

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA**

ISABEL LOPES DOS SANTOS KEPPLER

**SAÚDE E MILITÂNCIA:
Reflexões a partir da escuta de militantes**

**SANTOS - SP
2011**

ISABEL LOPES DOS SANTOS KEPPLER

**SAÚDE E MILITÂNCIA:
Reflexões a partir da escuta de militantes**

Monografia apresentada ao
Curso de Psicologia da
Universidade Federal de São
Paulo, UNIFESP Baixada
Santista, sob orientação do
Prof. Dr. Emílio Nolasco de
Carvalho, como parte das
exigências para a obtenção do
título de Psicólogo.
Área: Psicologia.

SANTOS – SÃO PAULO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Keppler, Isabel L. S.

Saúde e Militância: Reflexões a partir da escuta de militantes, 2011

144p.

Monografia, apresentada ao Curso de Psicologia da
Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista,
São Paulo.

Orientador: Carvalho, Emilio N.

1. Militância
2. Movimentos Sociais
3. Psicologia
4. Saúde

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Dr. Emilio Nolasco de Carvalho

Membro convidado: Professora Dr.^a Renata Cristina Gonçalves dos Santos

Examinado e Aprovado em: ____/____/____.

*Dedico esta monografia aos
trabalhadores e trabalhadoras
que lutam e resistem a partir
daquilo que sentem na pele.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Marta e Roberto Keppler**. Às tantas vezes que falaram que a vida confortável que tínhamos era exceção comparada ao “mundo lá fora”. É o que me deu – e ainda dá - tanta vontade de fazer com que vire regra. Por isso e por todo amor e carinho que me deram e dão até hoje, agradeço. Ao meu irmão **Pedro Keppler**, com quem de uma forma estranha sei que posso contar na hora do aperto. À **Leonor Motta**, mais conhecida como “vó”, tão presente mesmo que ausente. Mulher forte e trabalhadora, que nunca deixou de sorrir e de se indignar pela vida.

Ao orientador desta monografia, **Emílio Nolasco de Carvalho**, pela disposição de encontrar uma linguagem comum, mesmo que às vezes com vocabulários tão distintos; e pelo seu respeito e paciência ao tempo para greve, atos, assembleias, congressos e afins.

À **Jaquelina Imbrizi, Marcelo Vilhanueva e estagiárias, trabalhadores e usuários do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santos**, porque teoria não é nada sem prática, e este ano de trabalho com vocês foi uma aprendizagem e tanto.

À **Fernanda Aguiar, João Godoy e Luis Fernando Farcetta**, companheiros dessa luta cotidiana em tornar a vida mais doce e saborosa, e de encontrar sorrisos mesmo em tempos difíceis.

Aos **professores, servidores técnicos e estudantes** da UNIFESP que estiveram lado a lado na luta por uma Universidade Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, seja nos corredores da sala de aula ou em Brasília. Aos estudantes que já se formaram, espero que nos encontremos em outras lutas mundo a fora. Aos que ficam e que virão – em especial **Ana, Carlos, Daniel, Gabryell, Lila, Lilian, Luana, Mauricio, Saty, Thalita** – desejo toda sorte para continuar enfrentando bravamente os desafios que são colocados para àqueles que conseguem chegar hoje ao Ensino Superior, dando de cara com uma educação sucateada e que se não estivermos atentos estará cada vez mais precarizada. É por darmos tanto valor ao conhecimento e à Universidade enquanto espaço favorável para a construção de saberes que brigamos tanto.

À **André Ferrari e Guilherme Camilo de Fernandes**, pessoas fundamentais em meu trajeto de militância que me apontaram uma forma de sair concretamente desta lama em que vivemos, e me convidaram para ser parte desse processo de construção por um mundo com Liberdade, via o Socialismo e a Revolução. À **Marcus, Bernardo, Katia, Jane, Joana, Cris, Fausta, Edson, Afonso, Dimitri, Pedro, Diego, Daniel, Fabiano** e tantos outros que conheci em seguida. À **Flávia Ribeiro**, que chegou depois confirmando que estamos no caminho certo.

À **Adriana “Kinna” Knopp, André Rodrigues, Gabriel Medeiros e Larissa Finocchiaro**, sempre comprometidos em fazer das aulas um espaço mais interessante, em alguns momentos até mesmo suportável, buscando a arte como recurso fundamental para isso.

Às companheiras e aos companheiros da **Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP)**. Eu fui para o movimento estudantil de Psicologia procurando por uma Psicologia que eu pudesse defender e construir. Encontrei, para além disso, momentos e pessoas que levarei para a vida toda.

Aos militantes que cederam tempo e atenção para as entrevistas, aos que não foram formalmente entrevistados mas que se disponibilizaram a conversar e trocar as suas impressões sobre o tema. Enfim, à todas e todos aqueles que contribuíram para essa monografia sair, direta ou indiretamente. Dentre eles: à **Will de Siqueira**, pela sua sensibilidade, disposição para escutar e por seu companheirismo, nas horas de lazer – e ele me ensinou o quanto isso é importante – e nos momentos difíceis. À **Cleison “Spam” Luíz**, que surgiu nos últimos instantes deste processo acreditando em mim nos minutos em que desconfiei. Agradeço por me dar confiança para continuar e finalizar essa monografia. Também pelas músicas nas horas de repouso e pela disposição de discutir – exaustivamente - o tema comigo.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar os discursos de militantes acerca das relações possíveis entre saúde, sociedade e militância. O tema surgiu no circuito da militância, em que percebeu-se o como analisador interessante casos de militantes que adoeceram. Para tanto, entrevistou-se militantes implicados com a ruptura das relações de produção consolidadas no sistema capitalista, que passaram ou passam por algum adoecimento associado de alguma forma com a sua prática de militância. A partir disso, esse trabalho traz aspectos do circuito da militância, na medida em que problematiza conflitos e questões percebidos como relevantes no cotidiano dos movimentos sociais, tanto pelos entrevistados como pela pesquisadora. Também propõe-se contribuir no trabalho em saúde, analisando a partir da perspectiva dos militantes o processo de adoecimento e as práticas de cuidado em saúde no contemporâneo. Para contribuir com o debate, esta monografia também apresenta um resgate teórico de temas amplos que atravessam o tema proposto, sendo estes sociedade (conjuntura neoliberal e reestruturação produtiva), movimentos sociais (um panorama da história da luta de classes e seus dilemas contemporâneos) e saúde e psicologia (uma discussão sobre a concepção e prática hegemônica de cuidado que temos hoje).

Palavras-chave: movimentos sociais, militância, saúde, psicologia, marxismo

ABSTRACT

This monograph has the objective of analyzing the discourse of militants concerning the possible relations between health, society and militancy. This theme was brought up in the context of militancy, in which it was noticed as an interesting factor the cases of militants that suffered from illnesses. For that, militants who were strongly involved with the rupture of working relations consolidated in capitalism and that suffered from illnesses, associated by some mean to their militant practices, were interviewed. Therefore, this monograph sheds a light on aspects for the militancy environment, since it discusses conflicts and questions considered relevant in the routine of the social movements, not only by the interviewees, but also by the interviewers. This essay also intends to contribute for health care, analyzing through the eyes of militants the illness' process and the health practices in the contemporary world. To contribute to the debate, this monograph also presents a theoretical background of different themes, that are related to the essay objective, such as society (neoliberal juncture and production restructuration), social movements (a panorama of class struggle history and its contemporary dilemmas) and health and psychology (a discussion of practices of care, its concept and hegemonic practices).

Keywords: social movements, militancy, health, psychology, marxism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I – O Começo do Começo.....	15
II – Da escolha do Tema: “Conhecimento é pra ser usado”.....	17
III – Da forma que esta monografia se apresentada.....	21
IV – Das estratégias – Método.....	23
Capítulo 1 – O Contexto Neoliberal e a Reestruturação Produtiva.....	26
1.1. Conjuntura Neoliberal.....	28
1.2. Trabalho e Reestruturação produtiva.....	31
Capítulo 2 – Movimentos Sociais.....	34
2.1. Um breve panorama histórico.....	36
2.2. Da ditadura aos tempos atuais: dilemas históricos.....	49
2.2.1. Universidade e Movimentos Sociais.....	50
2.2.2. Os Novos Movimentos Sociais.....	52
2.2.3. Terceiro Setor: As ONGs e a institucionalização dos movimentos.....	56
2.2.4. Lutas Sociais e Luta de Classes.....	57
Capítulo 3 – Saúde e Psicologia no contexto neoliberal.....	60
3.1. Saúde: A proposta dos movimentos para a saúde e os desafios atuais.....	61
3.2. Psicologia em Debate.....	67
Capítulo 4 – Análise e Discussão das Entrevistas.....	73
4.1 História de vida dos entrevistados.....	75
4.1.1. Carlos.....	75

4.1.2. Fred.....	83
4.2. Discussão.....	92
4.2.1. Conceção e Tarefas da Militância.....	92
4.2.2. Relação Indivíduo e Sociedade.....	102
4.2.3. Processo Saúde e Doença no contexto da militância.....	114
Considerações Finais.....	123
Referências Bibliográficas.....	130
Anexos.....	135
Anexo 1 – Carta Para Militantes.....	136
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	137
Anexo 3 – Reportagem.....	140

I

*Eu vivo em tempos sombrios.
Uma linguagem sem malícia é sinal de estupidez,
uma testa sem rugas é sinal de indiferença.
Aquele que ainda ri é porque ainda não
recebeu a terrível notícia.*

*Que tempos são esses, quando
falar sobre flores é quase um crime.
Pois significa silenciar sobre tanta injustiça?
Aquele que cruza tranquilamente a rua
já está então inacessível aos amigos
que se encontram necessitados?*

*É verdade: eu ainda ganho o bastante para viver.
Mas acreditem: é por acaso. Nada do que eu faço
Dá-me o direito de comer quando eu tenho fome.
Por acaso estou sendo poupado.
(Se a minha sorte me deixa estou perdido!)*

*Dizem-me: come e bebe!
Fica feliz por teres o que tens!
Mas como é que posso comer e beber,
se a comida que eu como, eu tiro de quem tem fome?
se o copo de água que eu bebo, faz falta a quem tem sede?
Mas apesar disso, eu continuo comendo e bebendo.*

Eu queria ser um sábio.

*Nos livros antigos está escrito o que é a sabedoria:
Manter-se afastado dos problemas do mundo
e sem medo passar o tempo que se tem para viver na terra;
Seguir seu caminho sem violência,
pagar o mal com o bem,
não satisfazer os desejos, mas esquecê-los.
Sabedoria é isso!
Mas eu não consigo agir assim.
É verdade, eu vivo em tempos sombrios!*

II

*Eu vim para a cidade no tempo da desordem,
quando a fome reinava.
Eu vim para o convívio dos homens no tempo da revolta
e me revoltei ao lado deles.
Assim se passou o tempo
que me foi dado viver sobre a terra.
Eu comi o meu pão no meio das batalhas,
deitei-me entre os assassinos para dormir,
Fiz amor sem muita atenção
e não tive paciência com a natureza.
Assim se passou o tempo
que me foi dado viver sobre a terra.*

III

*Vocês, que vão emergir das ondas
em que nós perecemos, pensem,
quando falarem das nossas fraquezas,
nos tempos sombrios
de que vocês tiveram a sorte de escapar.*

*Nós existíamos através da luta de classes,
mudando mais seguidamente de países que de
sapatos, desesperados!
quando só havia injustiça e não havia revolta.*

*Nós sabemos:
o ódio contra a baixeza
também endurece os rostos!
A cólera contra a injustiça
faz a voz ficar rouca!
Infelizmente, nós,
que queríamos preparar o caminho para a amizade,
não pudemos ser, nós mesmos, bons amigos.
Mas vocês, quando chegar o tempo
em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós
com um pouco de compreensão.*

Brecht, Aos que virão depois de nós

INTRODUÇÃO

I **O começo do começo**

*Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento.
Mas ninguém chama violentas às margens que o
comprimem.*

Brecht

Frequentemente está presente na TV ou demais canais de mídia relatos de manifestações políticas das mais diversas — reivindicações trabalhistas, ocupações de reitorias e de terras, manifestações contra qualquer forma de opressão — , sendo tratadas como ações que “perturbam a ordem”.

Essa ideia de algo que “perturba” e gera “baderna” aparece seja de forma indireta — quando se exalta muito mais o fato de determinada ação ter atrapalhado o trânsito da cidade do que o motivo em si da manifestação — ou de forma direta — justificando a necessidade de uma intervenção militar quando esses movimentos “fogem do controle”.

De fato, essas manifestações estão, de alguma forma, contra a “ordem” vigente. No entanto, que “ordem” é essa? Queremos mesmo que ela se mantenha?

Não é preciso se esforçar muito para encontrar pessoas que estão insatisfeitas com o modo de vida que levamos, com o mundo em que vivemos. Mais que insatisfeitas, pessoas sofrem, adoecem e morrem cotidianamente frente ao modo que a sociedade está organizada atualmente. Sergio Lessa (2006) exemplifica isso em um artigo.

“É assim que tudo o que fazemos gira em torno do lucro, da propriedade privada. Desenvolvemos robôs que poderiam retirar do trabalho manual milhões de pessoas e poderiam reduzir o tempo de trabalho de todos nós. Mas, como o objetivo da tecnologia é o lucro e não a necessidade dos homens, nos comportamos como guardiões das mercadorias: usamos os robôs para fazer os operários produzirem mais em um ritmo de trabalho ainda mais estafante e jogamos no desemprego os trabalhadores agora excedentes.

Produzimos hoje três vezes mais alimentos do que o necessário para dar 180 gramas de proteínas e 3.600 calorias diárias para todos os habitantes da Terra, independentemente de idade ou profissão. Todavia, se toda esta comida for colocada no mercado, a oferta aumentará, o preço cairá e adeus lucro. Então os governos estabelecem estoques reguladores (de preços, não da fome) e tiram do mercado, jogam fora, deixam estragar etc., toda a comida que for necessária para que o preço não caia” (p. 236).

Dentro desse contexto, todos os dias, pessoas que buscam romper de alguma forma com esses limites impostos pela sociedade, que buscam formas alternativas de superar a condição de miséria e exploração da qual estamos submetidos, são presos, torturados e até mesmo assassinados, em função da garantia da “ordem”.

É muito comum que os problemas enfrentados cotidianamente sejam analisados como problemas de “gestão”, de forma de “governo”, ou até mesmo algo da “natureza do homem”. O objetivo deste trabalho é analisar os discursos de militantes que consideram sua prática vinculada à necessidade de uma ruptura com o sistema capitalista vigente acerca das relações possíveis entre saúde, sociedade e militância. No entanto, insere-se dentro de um esforço maior de buscar problematizar conceitos e práticas que hoje são naturalizadas e legitimados na sociedade, e reproduzidos e fortalecidos na Academia.

II

Da escolha do tema: “Conhecimento é para ser usado”¹

Vi, sim. Vi, e me assustei com a verdade bruta de um mundo cujo maior horror é que ele é tão vivo que, para admitir que estou tão viva quanto ele - e minha pior descoberta é que estou tão viva quanto ele - terei que alçar minha consciência de vida exterior a um ponto de crime contra a minha vida pessoal.

Clarice Lispector

O ingresso na Universidade foi um processo intenso, significativo e angustiante diante de tantas pesquisas, tantas formas de atuação. A psicologia apresentada como um campo que possui diversas áreas de atuação e mais que isso diversas formas de enxergar o mundo e, então, posicionar-se.

A primeira mensagem que serviu para localizar o que eu esperava da Academia é a que consta no título deste tópico: “Conhecimento é para ser usado”. Parece algo óbvio, mas explicita o quanto a Academia está repleta de teorias que parecem descoladas da sociedade, em que pouco se implica com aquilo que está colocado. Era preciso, então, fazer algo que estivesse vinculado a uma prática, a uma proposta, e contextualizada com o mundo em que vivemos.

Ao sair do lugar de “analista técnico” da sociedade, comprometendo-se com a necessidade de posicionar-se, ficou mais evidente que o conhecimento, a prática, a psicologia, o mundo possuem lados e que ao posicionar-se, a sua ação ainda que contribua para ambos, contribuirá mais para um do que para outro. Com isso, parto também do pressuposto de que não existe neutralidade ou imparcialidade em qualquer pesquisa ou intervenção profissional.

É ao entrar na Universidade que passo também a envolver-me com

¹ Frase proferida pelo Prof. Dr. Alexandre Henz, no primeiro ano de minha graduação, que serviu como direção para construir a minha formação nos anos que se seguiram.

movimentos sociais. A princípio com questões da Universidade, e posteriormente me envolvendo com outros movimentos. Assim como na graduação, não foi um início fácil, também foi bastante angustiante. O espaço dos movimentos é um espaço também de muitos tensionamentos, que me incomodavam — e ainda incomodam. Não bastava optar por um posicionamento de “esquerda”, assumindo uma postura crítica e defendendo alguma transformação, era preciso pensar de que forma pretende-se transformar e de como pretende-se viver e agir ao assumir uma postura que é como “nadar contra a maré”.

O envolvimento nos espaços políticos foi difícil no início, principalmente ao ver que, mesmo tendo como proposta uma intervenção na realidade social, esses espaços pareciam isolados do cotidiano. De fato, eu nasci ouvindo falar de participação política como algo no passado, de forma saudosista. Entrei na universidade ouvindo que não existia mais classe trabalhadora, tampouco direita e esquerda. E quando passo a me inserir nos espaços políticos, o que vejo são militantes que buscam alternativas distintas de buscar apresentar uma alternativa para a nossa vida em sociedade.

No entanto, discordando ou concordando, ainda que houvesse momentos extremamente delicados, pude ver ao me envolver com os movimentos de ocupações e greves, entre outros espaços, experiências únicas de confiança, de alegria, de sinceridade, de viver em coletivo, de democracia que apontaram para mim que alguma coisa de interessante tem nesse meio, que alguma proposta interessante pode surgir quando nós assumimos o controle da situação.

E que, por mais que exista um senso comum predominante, que cumpre

um papel ideológico importante em desmoralizar os movimentos combativos, os Partidos, os sindicatos etc., podemos ver que dentro da própria esquerda existe um debate de auto crítica e de preocupação de como se inserir na vida cotidiana. É a discussão feita no livro 'A moral deles e a nossa' (2009) e 'Questões do modo de vida' (2009), de Trotsky².

“Mas em história não se fazem nunca grandes coisas sem pequenas coisas. Mais exatamente: as pequenas coisas, numa grande época, quando integradas numa grande obra, deixam de ser ‘pequenas coisas’. Entre nós, trata-se da construção da classe operária, que pela primeira vez, constrói para si e segundo seu próprio plano. Esse plano histórico, ainda extremamente imperfeito e confuso, deve englobar no seu conjunto criativo único todos os elementos, mesmo os mais insignificantes, da atividade humana” (p. 9).

Este trabalho, assim, é resultado do encontro de dois mundos, que fizeram parte do meu percurso nos últimos anos, às vezes de forma afinada, às vezes entrando em choque. De um lado, o universo da Academia, onde entrei em contato com leituras sobre a sociedade, a psicologia, o cuidado em saúde; de outro, há o circuito da militância hoje definido por uma transformação social revolucionária, onde aproximei-me de militantes de Partidos, movimentos sociais e organizações sindicais.

Desse cruzamento, uma questão sempre recorrente era sobre o desafio de pensar que tipo de saúde é produzida na sociedade hoje e que cuidado pretendo defender e construir enquanto militante e profissional de psicologia.

Durante três anos fiquei, por muito tempo, tentando pensar alguma pesquisa para desenvolver na graduação. Olhava livros, conversava com docentes, tentativas de escrita... até que um tema para pesquisar, enfim, foi encontrado em uma ocupação urbana, às vésperas de elaborar o projeto de

² Trotsky (1879-1940) foi um revolucionário e intelectual marxista, importante referência até hoje para alguns setores da esquerda, denominados *trotskyistas*. Após ser expulso do Partido Comunista e exilado da União Soviética por Stálin, a quem fazia oposição, refugiou-se no México até ser assassinado por um agente de Stálin.

Trabalho de Conclusão de Curso.

Um militante, que posteriormente foi um dos entrevistados para esse trabalho, já afastado, visita uma ocupação de quase cem famílias organizadas no movimento em que ele faz parte, e lá anuncia seu afastamento para cuidar de sua saúde. Segundos depois de declarar seu afastamento ele olha para todos a sua volta e afirma que “não há melhor remédio do que ver isso acontecendo”.

Isso fez com que, por fim, chegasse às seguintes questões: que conflitos produzem ou são produzidos na relação entre a experiência da militância e os processos de saúde/doença? Tais conflitos podem apontar para alguma outra produção de saúde? Seria possível contribuir para uma atenção à saúde de lutadoras e lutadores que enfrentam as mais diversas formas de exploração presente no sistema capitalista?

Questiona-se, então, a possibilidade de pensar um trabalho em saúde que sirva de suporte e que, ao mesmo tempo, esteja implicada de alguma forma com essa militância. Em outras palavras, trata-se aqui de pensar a saúde implicada com esses sujeitos, através da qual seus saberes e práticas possam ir ao encontro da militância nos movimentos sociais, atentando-se para questões específicas desse circuito.

Ampliando ainda mais o olhar, para além de pensar o cuidado em saúde a este grupo específico, extrapolemos para a seguinte formulação: seria necessário um cuidado em saúde específico para esse grupo? Por que a saúde que temos hoje parece “não caber” para os militantes? Se partimos de uma concepção de que não existe neutralidade e imparcialidade, de que toda ação resulta em uma intenção, seja ela explícita ou implícita, qual a intenção das

nossas práticas em saúde hoje? Para que e para quem este cuidado contribui?

Por todas essas questões surge o interesse de investigar o que esses militantes que já passaram por alguma experiência de adoecimento teriam para dizer sobre isso. Também investigar o que as produções acadêmicas podem contribuir.

Do resultado desse percurso, este trabalho não traz respostas, mas sim caminhos, hipóteses e um grande anseio de continuar estudando sobre o tema.

De forma mais ampla, pretende contribuir para instrumentalizar uma prática em saúde que tenha um viés militante, comprometida com a transformação social, entendendo que para efetivas mudanças acontecerem é fundamental nos aprofundarmos e debruçarmos a um estudo cuidadoso das relações de exploração de um ser humano sobre outro ser humano, da dinâmica de um Sistema que depende da produção de miséria alheia para continuar funcionando, bem como aprofundar demais estudos que venham a contribuir com aqueles que vão contra essa lógica.

III

Da forma que esta monografia se apresenta

Sobre a relação entre saúde e militância, da forma que esse trabalho pretende apresentar, pouco se encontra publicações sobre o assunto. Portanto, tornou-se importante, antes de entrar no tema, que esta monografia buscasse dialogar com pesquisas acadêmicas voltadas para temas que atravessavam a proposta desse trabalho, sendo estes: movimentos sociais, saúde e sociedade.

No primeiro capítulo desta monografia, será explorado o contexto

histórico atual. Optou-se por explicitar alguns traços da conjuntura neoliberal e das relações de trabalho devido à importância de compreender melhor o momento histórico em que estes militantes entrevistados estão inseridos. Além disso, esta discussão torna-se particularmente relevante aqui pois os militantes entrevistados dedicam suas vidas na busca de romper com esta forma de organização da sociedade.

No segundo capítulo, propõem-se traçar um histórico sobre os movimentos sociais e apresentar alguns dilemas teóricos e práticos. A partir desse histórico, pode-se compreender melhor o percurso de erros, acertos e decisões que contribuiu para definir o momento atual desses movimentos. Propõe-se também explicitar que os próprios movimentos sociais apresentam conflitos, dinâmicas distintas e disputas internas, tornando um campo delicado para a pesquisa.

No terceiro capítulo, será apresentada uma discussão sobre a saúde no contexto neoliberal, passando um pouco pelo processo de construção do SUS. Também tratarei da constituição da psicologia nesse percurso e de alguns modos hegemônicos como se atrela à ciência e à prática profissional. No entanto, a questão da psicologia será retomada em vários momentos na análise e discussão das entrevistas e considerações finais.

Por fim, no quarto capítulo, pretende-se analisar e discutir as entrevistas. Houve uma preocupação em enfatizar a escuta do que esses militantes que já passaram por uma experiência de adoecimento poderiam contribuir sobre o tema. Dessa forma, foi dedicado um bom tempo ouvindo as entrevistas gravadas em áudio, afim de não só extrair falas significativas, mas perceber as nuances: as expressões de alegria, tristeza, raiva, as pausas. Em um primeiro

momento, será apresentado cada caso separadamente e, em seguida, será feita uma discussão dos casos. Para essa discussão, foram feitas três grandes categorias de análise: (1) concepção e tarefas da militância, (2) relação indivíduo – sociedade e, por fim (3) processo de saúde e doença.

Nessas categorias de análise estarão presentes falas desses militantes, contribuições teóricas que de alguma forma se articulam com essas falas e hipóteses formuladas pela pesquisadora a partir desse “encontro de mundos”, entre a Academia e a militância.

IV

Das Estratégias - Método

Como foi colocado sobre a escolha do tema, este partiu de uma experiência pessoal que despertou muitas questões, com possibilidades diversas de serem exploradas. A opção de fazer as entrevistas e, mais que isso, de iniciar o trabalho a partir delas, ocorreu pela preocupação de partir de experiências concretas entendendo que, dado um contato prévio com militantes que passaram por algum processo de adoecimento, estes trariam grande contribuição para a discussão.

Paralelo a esse processo de realização das entrevistas, iniciou-se um processo de pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento sistematizado das publicações relacionadas ao tema abordado no projeto. Optou-se por delimitar a análise nas publicações dos últimos dez anos de três revistas indexadas na área da psicologia produzidas em universidades do Estado de São Paulo e disponíveis no site de publicações científicas Scielo: “Estudos de Psicologia” (PUC Campinas), “Revista de Psicologia da UNESP” (UNESP) e

“Psicologia USP” (USP). A análise das revistas visou obter uma amostra do que se produziu sobre o tema na última década, no Estado de São Paulo.

No entanto, não foi encontrada nenhuma pesquisa que analise os movimentos sociais ou a própria militância na perspectiva da saúde. Ainda sobre movimentos sociais, quase nada também foi encontrado.

Assim, a falta de outras pesquisas que tratassem diretamente do tema fez com que fosse relevante a realização das entrevistas, que serviriam também inclusive para saber que pesquisas acadêmicas, mesmo que não tratando diretamente do tema, poderiam contribuir para a discussão.

As entrevistas foram realizadas a partir do estabelecimento de contatos pessoais e indicações dos próprios militantes. Foi apresentada uma carta (anexo 1) para referências do movimento sindical, estudantil e de diversos movimentos sociais e profissionais da saúde envolvidos com a luta em defesa do SUS, solicitando que entregassem para quem achassem que poderia se encaixar no perfil das entrevistas e que poderia se disponibilizar. A escolha dos entrevistados deu-se mediante dois critérios: (1) ter passado por alguma experiência de adoecimento associada por eles à prática de militância e (2) ter uma concepção marxista atrelada a sua militância, optando por entrevistar aqueles que consideram sua prática vinculada à necessidade de uma ruptura com o sistema capitalista vigente.

Dessa forma, não participaram da pesquisa militantes que, lutando por uma causa específica (diretos da mulher, negros ou na luta antimanicomial) ou geral, não vinculam a sua militância a uma necessidade de ruptura com a estrutura capitalista da sociedade.

Já havia, antes, contato com quatro militantes que adoeceram e com os

quais pude conviver durante esse processo ou ouvir seus relatos. Assim, contatei essas pessoas solicitando entrevistá-las.

Dessas quatro pessoas com quem estabeleci contato, foi feita análise de entrevistas com duas delas, por considerar representativas dos discursos informais que transitam no campo da militância, tal como vivido pela pesquisadora. Além disso, os entrevistados abordaram de modo mais direto e detido os pontos centrais da presente pesquisa.

Com relação às cartas enviadas, obtive algumas respostas: um comunicou que havia entregado para um professor do movimento sindical, mas que esse não se dispôs; outro disse que conversaria com alguns militantes do MST, mas depois não foi feito mais contato; e uma profissional de saúde se dispôs a conversar com uma enfermeira que se encaixava no perfil. Foi estabelecido contato com a enfermeira, mas não foi possível marcar um dia e horário para entrevistá-la (foram feitas três tentativas).

Todas as entrevistas foram feitas em locais fechados, onde estavam presentes apenas eu e o entrevistado. As entrevistas respeitaram o procedimento ético, sendo o projeto enviado ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/Baixada Santista. Todos os entrevistados participaram de forma voluntária e concordaram previamente, mediante assinatura, com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2), em que consta informações sobre a natureza da pesquisa, justificativa, formas de publicação e exposição dos dados, garantia de sigilo e privacidade dos mesmos e o retorno dos resultados. Para constar na presente monografia, os nomes e demais pessoas citadas foram alterados afim de preservar a identidade dos entrevistados.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO NEOLIBERAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*Como operário eu era gente, era alguém.
Não vivia ao vento
Já não era só eu, estava feliz.
Tinha raízes, não era pó.
Estava na fabrica, de macacão, crachá
e com esperanças no peito.*

*Mas a crise...a reestruturação...os setores que fecharam,
as funções que desaparecem, os colegas demitidos.
Outras terras, nossa sina,
novas lágrimas, outras esquinas.
Tempos de desagregação e desatinos.*

*No recomeçar da empresa,
nossos sonhos incompreendidos.
E dia após dia, a produção foi comendo nossas vidas.
As máquinas, moendo nossos sonhos.
A competição, transformando-nos em inimigos.*

*No silencio competitivo,
somos humilhados, desqualificados.
No recomeçar da vida,
a radio peão anuncia que um adoeceu,
o outro morreu e mais um, desapareceu.*

*Meu peito, de tanto sofrimento é um laço, um nó.
Estamos perdidos, lançados ao vento,
num redemoinho de areia.
Somos muitos, cada vez mais, sem raízes. Soltos.
Como pó.*

Julio Tavares

O trabalho, a saúde, a educação, a habitação, a forma que nos comunicamos, vestimos, relacionamos uns com os outros e com a natureza, todos esses aspectos estão inseridos dentro da forma na qual a sociedade está organizada. No dia a dia, construímos as nossas vidas realizando algum tipo de trabalho, criando laços familiares, de amizade, relações amorosas, e de vez em quando até questionando, criando e atribuindo significados a nossa existência enquanto seres humanos pertencentes a uma sociedade.

Muitas vezes, o percurso de nossas vidas é construído de forma descolada — até mesmo alienada — da forma como se trilha o modo de viver em sociedade. No entanto, esse processo existe: o tempo inteiro a sociedade está em movimento, em constante tensão, e segue para algum horizonte, independente de termos ele claro e sermos partes ativas da construção dessa história.

“Submetidos a uma vida de miséria e privação, à opressão cotidiana, à competição desenfreada por um lugar ao sol, todos nós convivemos com a sensação de estarmos submetidos a um destino, a uma força, que não controlamos e sequer conhecemos.” (LESSA e TONET, 2004, p. 8)

O projeto de sociedade hegemonicamente apresentado atualmente é o projeto capitalista neoliberal (SADER; GENTILLI, 1995). Esse projeto está diretamente relacionado ao modo de produção dos meios de vida, afetando diretamente as relações de trabalho (MARX, 2006) e repercutindo nos diversos âmbitos da vida em sociedade: a produção de saúde e a forma de lidar com o adoecimento, a educação, a habitação etc.

Desnaturalizar a forma que nossa sociedade está organizada hoje, entendendo que existem projetos de sociedade e uma disputa por qual projeto é efetivado concretamente permite que passemos a compreender que o tempo

inteiro estamos inseridos em um contexto histórico em que somos agentes, mesmo que nem sempre de forma consciente, e que a partir de nossas ações também transformamos, mesmo que de forma quase que imperceptível na maioria das vezes, o percurso da nossa história. (LESSA e TONET, 2004)

Neste capítulo abordarei dois aspectos da conjuntura atual: primeiramente o neoliberalismo e, em seguida, a questão do trabalho e a reestruturação produtiva — esta por considerar o trabalho enquanto categoria ontológica (MARX, 2006), ou seja, atividade que condiciona e determina o ser humano em sociedade.

1.1. Conjuntura Neoliberal

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre América Latina e Caribe (PNUD, 2010), da ONU, o Brasil é o terceiro pior do mundo em desigualdade social. De forma contraditória, constantemente nos deparamos com notícias otimistas sobre o avanço econômico do país. Ainda, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calcula que no Brasil os 10% mais ricos ganham 28 vezes a renda dos 40% mais pobres.

Para compreensão dessa realidade de desigualdade, parte-se da concepção de Estado, formulada por Engels, no livro 'A Origem da família, da propriedade privada e do Estado' (2002) . Nessa obra, consta que essa desigualdade não ocorre por uma debilidade na dinâmica de governabilidade do Estado.

O papel do Estado é justamente, mediante leis e normas, mediar os

conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia, de forma que garanta a manutenção da ordem capitalista vigente, que depende dessa condição de desigualdade social (ENGELS, 2002). O exército e a força militar, por sua vez, são utilizados como instâncias quando esses conflitos se acentuam, como veremos no capítulo seguinte.

A corrente liberal (século XIX), quando surgiu na Europa, marcou uma ascensão da burguesia, sendo um momento de grande expansão do modo de produção capitalista em que se fez necessário combater a ideia de um Estado intervencionista, e seu papel, a partir de então, era de unicamente assegurar o desenvolvimento pleno da economia privada. A ideia de “liberal”, assim, está diretamente atrelada à ideia de liberdade de ação do mercado (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010). Essa corrente permanece até hoje, porém assumiu diversas configurações na dinâmica da luta de classes.

Dentro disso, frente à crise estrutural da década de 70, o Estado, em seu papel de “instrumento a serviço da economia” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 57) passou a adotar a política neoliberal, que previa aumento do gasto público estatal, emissão de maior quantidade de dinheiro, aumento da tributação, redução da taxa de juros, investimento na atividade produtiva e comercial, estímulo no aumento da demanda efetiva, busca do pleno emprego (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Embora não seja colocado de forma explícita, existe uma relação direta entre a forma de acumulação do capital e a pobreza, sendo que a existência da segunda é *condicionante* para a sobrevivência da primeira (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

“Quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial

de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação. E quanto maior essa massa (de Lázarus da classe trabalhadora) tanto maior o pauperismo.” (MARX, 1980, v. 1, p. 747 *apud* DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 81)

Embora exista essa relação direta, ela nem sempre é clara. O Estado , dessa forma, não explicita seu papel de fiscalizar e regular a economia a serviço da classe dominante.

“Assim, apesar do importante papel que o Estado cumpre para a acumulação de capital, os aspectos que caracterizam o chamado ‘Estado benfeitor’, e sua intervenção via serviços e políticas sociais – direitos políticos e sociais, a democracia, a legislação trabalhista, as políticas e serviços sociais e assistenciais, entre outros -, não podem ser creditados apenas aos interesses capitalistas (industrial-comercial); eles devem ser em alguma medida pensados também como produto de fortes e permanentes lutas de classes (manifestas ou não), demandando e pressionando a classe hegemônica e o próprio Estado para dar tais respostas às necessidades dos trabalhadores e da população em geral.” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 145).

Nesse sentido, temos como ideologia dominante uma concepção de que o bem estar dos indivíduos deve partir de seus próprios esforços e o papel “social” do Estado é criar políticas voltadas para quem não está integrado ou sequer tem acesso ao mercado³ (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Com o neoliberalismo, a desresponsabilização e ausência de participação do Estado se acentuou, atribuindo um maior papel de fiscalizador da economia. A retirada de participação do Estado abre caminhos para outros ocuparem seu espaço.

“A busca pela recomposição das bases cumulativas implicou uma disputa ideológica pelo novo modelo econômico capaz de suplantando as consequências da crise dos anos 1970, na qual as agências multilaterais, sobretudo FMI e Banco Mundial, são significativas para a implantação das políticas destinadas aos países dependentes,

³ Sobre isso, certa vez ouvi de um militante do movimento de moradia a seguinte metáfora, sobre as políticas sociais como o “Minha Casa, Minha vida”: “Se você não tem pernas, e o governo te dá uma cadeira de rodas, você vai ficar feliz. No entanto, se o Governo corta suas pernas e te dá uma cadeira de rodas, já não é um Governo tão bom assim”.

sobretudo a partir dos anos 1980.” (GOULART, 2009, p. 23)

Assim, esse novo momento atribuiu o poder econômico e, por consequência, a influência política à grandes empresários e organizações como o Banco Mundial (que veremos no capítulo três como se relaciona com o setor da saúde, por exemplo).

1.2. Trabalho e Restruturação Produtiva

É o trabalho enquanto atividade humana de produção dos meios de vida, mediante a transformação da natureza de forma consciente que peculiariza o homem dos demais animais. Partindo dessa concepção, analisar como se estrutura esses modos de produção é central para compreender como a sociedade se organiza (MARX, 2006).

No final da década de 70, a consolidação do neoliberalismo ocorreu diante de uma ofensiva contra o trabalho e reestruturação produtiva (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

A reestruturação produtiva a partir dos anos 80 consiste em flexibilização e precarização do trabalho, com diminuição do trabalho baseado no modelo taylorista fordista – regime de acumulação que regulamenta de forma mais consolidada a relação entre os proprietários dos meios de produção, trabalhadores e Estado – e grande aumento de um modelo definido como toyotismo.

Nesse novo cenário, temos um movimento pendular da classe trabalhadora: por um lado, menos trabalhadores que trabalham muito, como no período da revolução industrial, marcando uma redução do trabalho estável e

do ideário de emprego como uma proteção social e qualidade de vida relativamente estável – amparada também pela ideia de Estado de Bem Estar Social (ANTUNES, 2007). Do outro lado, existe cada vez mais homens e mulheres com menos trabalho, desesperados em busca de qualquer alternativa que gere renda, ao mesmo tempo que faz surgir cada vez mais trabalhos precarizados e informais (ANTUNES, 2007).

“Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’, que joga fora tudo que serviu como ‘embalagem’ para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital” (ANTUNES, 1998, p. 92).

Consolida-se o imaginário de sujeito descartável, de insegurança em seu emprego, de temporalidade em um determinado posto de trabalho. Isso é um determinante importante para dificultar que o trabalhador se reconheça enquanto parte da classe trabalhadora, e a consequência disso é a dificuldade de compreender a sua condição social enquanto questão coletiva, passando para uma individualização e culpabilização grande⁴ (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

O trabalho terceirizado é um exemplo dessa nova forma de relação capital/trabalho mais difusa, em que a compra da força de trabalho é feita

⁴ É importante ressaltar que a Academia cumpre um papel importante nesse aspecto, como podemos ver na citação de Mauro Iasi: “Os estudos sociológicos recentes tenderam a deixar o terreno das teorias explicativas de nosso país como formação social integrada à ordem capitalista e a natureza desta integração, incluindo suas consequências para uma particular estrutura de classes (seja na perspectiva marxista de caracterização capitalista da formação social brasileira, seja na dicotomia arcaico / moderno de inspiração weberiana, seja nas sínteses que levaram à dicotomia desenvolvimento / subdesenvolvimento), em direção a temas que buscavam a análise do microcosmo da produção e dos processos de trabalho, das atitudes operárias e manifestações coletivas para aspectos da subjetividade. Gradativamente, a terminologia muda de classes para atores, de consciência para identidade” (IASI, 2006, p.36 apud ZEN, 2009, p. 14). Essa análise legitima a individualização da questão social. (veremos isso mais detalhado tanto nos dois capítulos a seguir)

descaracterizando “o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista – mediante a transferência de responsabilidades de gestão e de custos para um ‘terceiro’” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 233). Esse tipo de trabalho está muito presente em serviços públicos e fábricas, diferenciando os empregados frente ao seu vínculo empregatício e, por consequência, dificultando a possibilidade de desenvolver laços e a consciência de classe dos trabalhadores.

“A reestruturação produtiva (...), as privatizações, as reformas da seguridade social, a redução de políticas sociais, todos esses processos derivados do novo projeto hegemônico do capital não ocorreram com ausência de conflitos, de oposição, com aceitação passiva das classes trabalhadoras” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 212 e 213).

No entanto, isso se dá em um contexto de acúmulo de grandes derrotas da classe trabalhadora frente a aposta de um projeto revolucionário, dificultando ainda mais a possibilidade de organização sindical para responder a esses ataques. O crescimento do trabalho informal, tendo como consequência a diminuição da filiação de trabalhadores em sindicato, é um fator importante para compreender o esvaziamento dessa instância e enfraquecimento da organização da classe trabalhadora (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 232). É o que veremos de forma mais aprofundada, no capítulo a seguir sobre os movimentos sociais.

CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS

*Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.*

*E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome.*

Marighella, Liberdade

Nesse capítulo, conforme apresentado na introdução, será traçado um histórico da luta dos trabalhadores. Pretende-se extrair da história alguns elementos concretos que nos ajudam a pensar o contemporâneo, baseado no livro 'A história das lutas dos trabalhadores no Brasil' (GIANNOTTI, 2007).

Essa história é contada a partir da seguinte premissa, extraída de um trecho do Manifesto Comunista (1848):

“A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio do conjunto das classes em conflito.” (MARX e ENGELS, 2008, p. 8)

A nossa história é constituída pela história da luta de classes. De um lado, os trabalhadores, que diante de uma condição muitas vezes miserável e de constantes novos ataques se organizam das mais diversas formas em busca de alguma mudança; de outro, a burguesia, cumprindo seu papel de conter esses movimentos e de garantir a manutenção da ordem (MARX e ENGELS, 2008).

“A memória histórica ‘oficial’ é um lado perverso de nossa história, pois tem sido produzida pelas práticas dominantes no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta em um esforço contínuo de exclusão destas forças sociais como sujeitos que forçam a história, nunca narrada oficialmente. Produzem, com isso, subjetividades que desconhecem, desfiguram e distorcem os embates dos ‘vencidos’, como se estes não estivessem presentes no cenário político.” (COIMBRA; SILVA, 2009, p. 35)

Essa história é contada de diferentes formas, com diferentes

perspectivas, e por isso a relevância de trazer aqui, essa versão muitas vezes apagada. Como os autores acima colocam, o fato dessa história omitir em sua versão ‘oficial’ os “vestígios” das classes populares traz um impacto importante na vida dos militantes, o que torna um debate relevante de apresentar nessa monografia.

Dessa forma, pretende-se, em um primeiro momento, apresentar (1) como se constituem as classes sociais, (2) exemplos de como a classe trabalhadora avança enquanto classe a partir de lições que tira de sua própria história e (3) o percurso das lutas sociais e da luta de classes no Brasil até a ditadura. Em seguida serão apresentados dilemas contemporâneos que são, em sua essência, dilemas históricos dos movimentos e setores da esquerda⁵ que perduram até os dias de hoje.

2.1. Um breve panorama histórico

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

José Guimarães Rosa

Historicamente, podemos observar o quanto as mudanças sociais significantes foram reflexo da pressão popular, fruto de movimentos com diversas particularidades determinadas por um contexto sócio-histórico. A condição da classe trabalhadora é o ponto chave para compreendermos a situação de miséria social (ENGELS, 2008), e compreender a dinâmica da luta

⁵ O termo “esquerda” para definir um posicionamento político passou a ser usado a partir da revolução francesa, diante da disposição dos membros na Assembleia parlamentar, em que os mais radicais localizavam-se à esquerda do presidente da Assembleia. (conhecimento geral). Nesta monografia, utilizarei esses termos “esquerda” e “direita” apenas de forma genérica, pois são categorias complexas que não podem ser consideradas absolutas e consensualizadas entre a própria esquerda. A concepção de “ser de esquerda” parte tanto de um discurso quanto de uma prática.

de classes nesse marco (os fluxos e refluxos do movimento da classe trabalhadora relacionado com tais condições que estão dadas) contribui no processo de construção para uma transformação social.

A chamada classe operária se constituiu em um contexto de “implantação, consolidação e expansão do capitalismo” (GIANNOTTI, p. 25-26, 2007), no período da Revolução Industrial, sob condições extremamente precárias e de grande exploração⁶.

“as classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo *lugar que ocupam* em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas *relações* em que se encontram com respeito aos meios de produção [...], pelo *papel que desempenham* na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo *modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social* de que dispõem.” (LENIN, 1966 apud DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 86).

Essa consciência dos trabalhadores de que eles pertencem a um mesmo grupo social, a uma mesma classe, acontece determinado pelas condições objetivas, pelas situações comuns de moradia, jornada de trabalho e modo de vida em geral.

“O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila.” (ENGELS, 2008, p. 64)

Assim, tornou-se necessário e possível, diante das condições objetivas, que esse conjunto da classe se organizasse coletivamente para reivindicar seus interesses em comum, contra um inimigo que é comum a eles também (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010). A partir de então começaram a formar associações sindicais, que adquiriram diversos formatos de acordo com as

⁶ Sobre isso, ler ‘A situação da classe operária na Inglaterra’ (ENGELS, 2008).

condições objetivas e subjetivas (dispostas em uma constante relação dialética) e do momento histórico (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Na forma de se organizar como classe, os instrumentos de luta e as pautas de reivindicações surgem através de tentativas, acertos e erros. A classe trabalhadora, partindo dessas vivências tira lições que permitem avançar na sua organização. Citemos, então, três exemplos de movimentos da Europa que exemplificam isso: o *Ludismo*, o *Cartismo* e a *Comuna de Paris*.

Com o avanço da tecnologia, a reestruturação dos modos de produção caminhou para uma transição mais intensificada da manufatura para máquinas, gerando aumento do desemprego. Trabalhadores, indignados com essa realidade, começaram a destruir as máquinas, entendendo-as como responsáveis por aquela conjuntura, e não o próprio sistema. Esse movimento, conhecido como *Ludismo* (1811), marcou um momento imaturo da história da classe trabalhadora (GIANNOTTI, 2007). Ilustrou o início de um processo de mobilização que parte de uma indignação por uma condição sobre a qual não se tem clareza de porquê está dada dessa forma, ainda que se compreenda a necessidade de superá-la (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

O *Cartismo* (1838) mostrou um salto qualitativo na organização das lutas dos trabalhadores. Foi reconhecido como uma das primeiras lutas sindicais em que se avançou para além da questão econômica e assumiu um caráter político, reivindicando direito de voto universal entre outros direitos sociais (GIANNOTTI, 2007).

Essa relação entre lutas reivindicatórias economicistas e lutas políticas percorreram ao longo da história da classe trabalhadora até os dias de hoje.

“A consciência sindical promove a ‘luta sindical’, uma luta que, sem ultrapassar o plano reivindicativo, torna-se claramente *reformista*; isto

é, sem conseguir desvendar e compreender as leis que governam o MPC⁷, a luta sindical visa, na preservação da ordem social, sua lógica e fundamentos, às alterações nas condições da compra e venda de força de trabalho; visa as melhores condições para a exploração da força de trabalho, não sua superação”. (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 103)

A classe trabalhadora acumulou forças, avançou e amadureceu, agora não apenas na Inglaterra, mas em outros países que também passavam por um processo de industrialização. Nesse contexto, greves foram deflagradas e se tornaram um grande instrumento para os trabalhadores. Essa estratégia de mobilização se traduz no seguinte aprendizado: se o que interessa ao patrão é o lucro gerado a partir da produção realizada pelo operário das máquinas, o que se faz necessário para serem atendidos é parar as máquinas até que isso aconteça. E foi isso que fizeram, repetidas vezes, desde então (GIANNOTTI, 2007).

Essas mobilizações trouxeram conquistas no que diz respeito às leis trabalhistas e outros avanços nos direitos sociais referentes a saúde, previdência etc. Na metade do século XIX esse processo amadureceu de tal forma que passou a ter claro a necessidade de reivindicar seu “projeto sociopolítico em contraposição à burguesia” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 229).

Sobre isso, a *Comuna de Paris* (1871) revelou-se como uma experiência central da história da classe trabalhadora, que expulsa a burguesia e seu exército fazendo com que Paris passasse por 72 dias sob controle majoritariamente dos trabalhadores, em um sistema democrático como nunca se havia experimentado antes (GIANNOTTI, 2007). Evidentemente, a burguesia não permitiu que isso durasse e avançasse para outros países e,

⁷ Modo de produção capitalista

com isso, os trabalhadores foram duramente massacrados pelo exército francês e alemão.

A partir de então, são inúmeros os momentos significantes nos processos de organização da classe trabalhadora: a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), a formação de Partidos operários, Centrais Sindicais e, mesmo em lugares em que não era permitido a organização dos trabalhadores, estes se organizavam por associações de bairro, clubes, dentre outras formas possíveis, até que no século XIX fosse conquistado o direito de se organizarem em sindicatos (GIANNOTTI, 2007).

No Brasil, é importante compreender algumas particularidades: enquanto os países passavam por um intenso processo de industrialização, ainda era predominante por aqui o sistema latifundiário. O processo de “libertação” dos escravos foi duro e precário, na medida em que foram soltos sem direito a nada (GIANNOTTI, 2007), sem o país passar por mudanças que adequem a essa nova conjuntura, como por exemplo, a reforma agrária. “E foi assim que começou a se formar o enorme exército de miseráveis que até hoje mora em cortiços e favelas em todas as capitais do país.” (GIANNOTTI, 2007, p. 52).

Antes do período de industrialização, o Brasil experimentou algumas mobilizações, como a libertação dos escravos, pela mudança de regimes políticos, entre outras. No presente trabalho, tanto a pesquisa de periódicos quanto a de bibliografias básicas apontaram para uma escassez de produções acadêmicas que retratem esses movimentos, se compararmos por exemplo, a enorme produção sobre as lutas sindicais que estavam ocorrendo no mesmo período, na Europa. Maria Gloria Gohn, nesse sentido, é uma referência para compreender o processo histórico que o Brasil passava nesse período⁸.

⁸ Utilizo essa autora especificamente para tratar desse tema por ser uma das poucas autoras

Historicamente, independente de existir uma “classe trabalhadora” definida, sempre existiu uma elite que oprime grande parcela da sociedade. Nesse período que antecede o período industrial, ou seja, anterior ao final do século XIX, essa parcela explorada era formada por pobres, escravos, pequenos artesãos etc. Ocorreram mobilizações encampadas pela elite (como a Inconfidência Mineira, de 1798), mas também passamos por revoltas populares importantes, impulsionadas pelas camadas mais pobres (como a Cabanagem, em 1835), demonstrando uma grande parcela que se revoltava contra a miséria e a desigualdade que assolam o País. O caráter religioso era característico de muitos desses movimentos (como Canudos, em 1874).

Alguns movimentos agregavam ambos os grupos sociais, trazendo o conflito de opressores e oprimidos para dentro do movimento, como foi o caso da Revolta dos Alfaiates (1798), em que em um dado momento o desejo dos escravos pela liberdade se colocou contra os interesses da elite. O movimento era constituído por membros das elites locais, “influenciados pelas ideias da Revolução Francesa” (GOHN, 2003, p. 22) e por baianos pobres, estes artesãos, escravos, brancos e negros (GOHN, 2003).

Esses movimentos que agregavam pessoas de diferentes segmentos era algo muito comum no Brasil do século XIX, e tiveram percursos parecidos: nasciam de uma insatisfação geral com a situação, se juntavam frente a necessidade de negar algo colocado, ainda que não defendessem uma alternativa comum a realidade colocada, e enfim, sofriam de forma desigual nesse processo.

encontradas durante a pesquisa a publicar sobre isso, ressaltando, entretanto, que o trabalho dela difere, em grande medida, do referencial teórico e político dos demais autores utilizados nessa monografia.

“Mas a falta de clareza, de politização, de projetos claros e as ambiguidades das alianças, aguçadas pelas contradições das camadas médias, fizeram com que as camadas populares fossem sempre as mais reprimidas.” (GOHN, 2003, p. 25)

Dessa forma, era muito comum que, mesmo com a participação de membros da elite, na grande parte das vezes eram as camadas mais populares que saíam penalizadas por isso. Na segunda metade do século XIX ocorreu uma intensificação das lutas contra a escravidão (GOHN, 2003). Com as leis restringindo cada vez mais a prática de escravidão, passou a ser mais interessante investir nas indústrias, que no Brasil chega de forma muito tardia.

A classe trabalhadora cresceu pouco a pouco no início da industrialização, durante os últimos anos do Império. Isso se transformou durante a República, em que houve um processo de crescimento acelerado das indústrias, concentrando-se principalmente em Rio de Janeiro, Juiz de Fora (MG) e São Paulo, contando com a vinda de muitos imigrantes europeus para o país, contratados preferencialmente por já terem certo domínio técnico sobre as máquinas (GIANNOTTI, 2007).

“As condições de trabalho para os primeiros operários das fábricas e para os trabalhadores da construção civil eram péssimas. (...) O ambiente daquelas fábricas, movidas a vapor, era completamente nocivo à saúde. Insalubre. Umidade, fumaça de carvão, vapor vazando e uma alimentação de miséria eram o caldo ideal para a tuberculose e outras doenças infecciosas, como o tifo e a cólera. Em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos” (GIANNOTTI, 2007, p. 53).

Em um primeiro momento, mesmo diante dessas condições precárias, por conta da grande influência da concepção liberal, havia pouca ou nenhuma intervenção estatal e era proibida a relação entre os trabalhadores em qualquer tipo de organização.

No entanto, os imigrantes trouxeram mais que o domínio do conhecimento técnico para operar as máquinas. Trouxeram também certa experiência em greves e organização sindical. Assim, é a vinda dos imigrantes que impulsionou o início das lutas operárias, focadas nas questões semelhantes aos problemas dos demais países: jornada de trabalho sem limite, condições precárias de saúde, moradia etc. Em um primeiro momento, os trabalhadores organizaram-se em caixas beneficentes e associações de bairro, e em 1906 criou-se a Confederação Operária Brasileira (COB), que foi um esboço de uma primeira central sindical no Brasil, focada sobretudo na questão da jornada de 8h de trabalho diário, um jornal dos trabalhadores (“A voz do trabalhador”), “incentivo para as mulheres se organizarem e participarem dos sindicatos” (GIANNOTTI, 2007, p. 73) e orientação para que as diversas organizações operárias fossem chamadas de sindicatos. (GIANNOTTI, 2007).

Começam a definir, então, diversos grupos e organizações políticas. Antes de diferenciá-las, é importante ressaltar que embora haja uma divisão genérica entre “esquerda” e “direita”, compreendendo a “esquerda” aqueles que buscam modificar a ordem e a “direita”, conservá-la, ambos os grupos não são uniformes e sem tensionamentos. Dentro desses existiam diversas concepções e estratégias de como transformar (no caso do primeiro) e como conservar (no caso do segundo). Dessa forma, a “esquerda” é marcada por uma disputa com a “direita”, conforme o projeto de sociedade que reivindica, mas também por uma disputa interna sobre o que é “*ser de esquerda*” e qual a melhor forma de concretizar esse projeto.

Então, na década de 20, podemos sintetizar em cinco grupos presentes no movimento operário brasileiro, sendo quatro deles considerados setores de

esquerda: (1) *anarcossindicalistas*, que explicitavam a necessidade de uma revolução para acabar com o Estado e toda e qualquer autoridade, via luta sindical. Não reivindicavam um Partido da classe trabalhadora ou uma mudança pela via eleitoral, pois avaliavam que qualquer uma dessas instâncias apenas reproduziria a lógica de poder. (2) Os *comunistas* consolidaram-se fundando Partidos em diversos lugares do mundo - no Brasil, em 1922 -. Defendiam “o fim do capitalismo, da propriedade privada e das classes sociais” (GIANNOTTI, 2007, p. 97). Diferentemente dos *anarquistas*, acreditavam na necessidade de um Partido da classe trabalhadora para que se concretizasse a revolução, e reivindicavam a via eleitoral como uma alternativa possível também para a luta dos trabalhadores. Outros dois grupos reivindicavam o socialismo, de diferentes formas: (3) Os *socialdemocratas*, que acreditavam em uma mudança gradativa pela via eleitoral e pela pressão popular dos movimentos e sindicatos. Não falavam concretamente no fim do capitalismo, posicionavam-se “contra o capitalismo selvagem” (GIANNOTTI, 2007, p. 96) e buscavam sempre localizar as condições mínimas para que isso se tornasse viável (por isso também chamados de *minimalistas*). (4) Os *socialistas revolucionários*, por outro lado, não viam alternativa dentro do capitalismo e por isso reivindicavam como única alternativa para a classe trabalhadora, uma grande ruptura, por meio de uma revolução (por isso chamados de *maximalistas*). Tanto os reformistas como os revolucionários não eram tão expressivos nesse período (GIANNOTTI, 2007, p. 96).

Além desses setores da esquerda, havia também presente no movimento operário os chamados *sindicatos amarelos*, um grupo mais moderado que defendia “a conciliação entre capital e trabalho” (DURIGUETTO

& MONTAÑO, 2010, p. 235). Os “amarelos” buscavam formas de frear as greves e demais iniciativas impulsionadas pelos setores da esquerda, e tinham um forte caráter religioso (GIANNOTTI, 2007).

Esses grupos assumem mais organicidade nesse período, e até hoje é possível observar a influência dessas tendências, como veremos ao longo deste capítulo. As lutas nesse período acompanhavam grande crescimento e maturidade política, contagiados diante das mobilizações presentes em vários países e, sobretudo, diante da Revolução Russa (1917). Isso transformou o ano de 1920 em um ano dominado por greves gerais em cidades inteiras (GIANNOTTI, 2007), em que tinha como corrente predominante os anarcossindicalistas, mas também contavam com os comunistas, que disputavam sua influência entre a classe trabalhadora (GIANNOTTI, 2007).

A contenção desse movimento ocorria tanto pela ação repressiva dos patrões como com a ação de lideranças dos sindicalistas amarelos, que foi expressiva o suficiente para que a COB perdesse forças e sofresse um processo de desarticulação, logo em seguida.

A luta por melhores condições de trabalho, presente no movimento operário, concretizava-se também na busca de consolidação de leis que garantissem esses direitos. Antes da Era Vargas havia poucas leis trabalhistas, e as que haviam poderiam ser caracterizadas principalmente como forma de controlar o movimento grevista⁹. Além disso, abrir certas concessões era algo inevitável diante da pressão dos trabalhadores e da própria conjuntura internacional que fez com que, diante do impacto da Revolução Russa, o

⁹ A lei de 1907, por exemplo, que reconhece o direito da organização sindical, poderia ser encarada como uma vitória a princípio, “Mas na verdade, como já vimos seu objetivo era controlar os sindicatos e tentar evitar novos movimentos grevistas. A finalidade dos sindicatos, segundo esta lei, deveria ser a de ‘confraternizar as classes’. A liberdade de atuação dos sindicatos nunca foi reconhecida. Era como se não existisse. A única lei era a das patas dos cavalos da polícia, para a repressão de qualquer reivindicação operária” (GIANNOTTI, 2007, p. 99-100).

próprio Estado em diversos países buscassem avançar e internacionalizar as leis de trabalho¹⁰. Mesmo assim, as leis dificilmente eram efetivadas, pois os patrões se recusavam a aplicar e, por conta da influência liberal ainda presente, não havia formas do Estado intervir na garantia dessas leis (GIANNOTTI, 2007). O Brasil, assim, se apresentava como um dos países mais atrasados no que diz respeito a leis que garantissem os direitos dos trabalhadores (GIANNOTTI, 2007).

Na Era Vargas esse quadro se reverteu: iniciou-se uma política de intervenção estatal com o fim da República Velha (marcada fortemente pela política do café) e o próprio Estado passou a investir em indústria pesada (GIANNOTTI, 2007). Foi um período de grande avanço das legislações trabalhistas, resultando inclusive na conquista da jornada de 8h de trabalho (excluindo trabalhadores rurais).

A Revolução Constitucionalista, de 1932, representou mudanças importantes no que diz respeito às leis, mas pouco abalou as estruturas do que realmente gerava a desigualdade. Isso fez com que a Reforma Agrária, questão central para superação de problemas históricos no Brasil, não tenha sido sequer citada na Constituição (GIANNOTTI, 2007). A história prosseguiu em anos de tensão por parte dos trabalhadores e oscilação entre repressão e concessões do Estado burguês, por outro.

“Numa escala ampliada, o principal marco da década de 30 foi o conflito ideológico entre o fascismo e o comunismo. De um lado, os comunistas apoiados e se espelhando na URSS, e do outro, o nazifascismo da Alemanha e da Itália, tolerado pelos EUA e pela Inglaterra” (GIANNOTTI, 2007, p. 115).

Para além do movimento operário, a história dos países da América

¹⁰ A primeira lei foi a Lei de Acidentes de Trabalho, de janeiro de 1919, que atribuía aos empregadores a responsabilidade por indenização em casos de acidente (GIANNOTTI, 2007, p. 100).

Latina passou por grandes mobilizações por independência do neocolonialismo europeu. Grandes revoltas e revoluções apareceram em diferentes intensidades e com algumas características particulares, mas muito mais um sentimento comum de necessidade de mudança.

O contexto era de Guerra Fria, mobilizações como o Maio de 68 da França, o assassinato de Che Guevara entre outros elementos que só traziam mais ânimo e agitação popular. (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010). Como falado anteriormente, esses períodos de acirramento da luta de classes, de fortalecimento da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que refletem grandes conquistas, como de fato foram conquistadas (por exemplo, a jornada diária de 8h de trabalho), por outro lado provocam também uma posição ofensiva da burguesia, que intervém principalmente de duas formas: ideologicamente e militarmente (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Ideologicamente, desde a década de 30, durante o Estado Novo, observa-se uma intensa propaganda do Governo, e censura de tudo que vá contra ele, resultando na prisão de muitos ativistas políticos e artistas e uma ofensiva ideológica de colocar qualquer um que se posicionasse contra o regime militar como alguém contra o Brasil e os brasileiros.

“Toda uma geração de jovens estudantes e intelectuais – e ali estava eu – vivemos intensamente o alegre e descontraído início da década de 60, continuação do que ficou conhecido como os famosos ‘anos dourados’ - os anos 50 da Bossa Nova, do bem-humorado e sorridente presidente JK [Juscelino Kubitschek].” (COIMBRA, 2009, p. 23)

Isso se coloca também no universo acadêmico, com intelectuais que passam a defender uma ciência “neutra”, no intuito de isolar a Academia e a Universidade da conjuntura política e das diversas lutas que se instalavam pelo

mundo. As reformas universitárias intensificaram uma ciência comprometida com a ideologia burguesa, da classe dominante como veremos mais adiante.

A intervenção militar marcou a história de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai na chamada *Operação-Condor*, em que os regimes político-militares desses países se unificaram para conter os movimentos (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010). Evidentemente foi um processo difícil, em que muitas lideranças importantes foram assassinadas. Por outro lado, não foi algo sem tensionamento: o período das ditaduras foi um período também de grupos de guerrilhas que iniciam revoltas armadas.

“O Brasil viveu, de 1955 a 1964, uma grande efervescência cultural e política. Discutia-se o futuro do país em praças públicas, nas fábricas, no campo e nas universidades. O conflito entre o projeto nacionalista, defendido pela esquerda, e a ideia de um país dependente, associado ao imperialismo dos EUA, defendido pela direita, se acirrava” (GIANNOTTI, 2007, p. 146).

Aqui no Brasil, a perseguição aos comunistas foi algo intenso, prendendo, torturando e matando todos aqueles que se opusessem ao governo, incluindo os anarquistas e ativistas em geral. Isso diante de um cenário internacional, de um mundo dividido em dois blocos, tendo isso como uma estratégia de conter um possível avanço do comunismo no Brasil (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Nesse espaço, em um contexto difícil nacional e internacionalmente, que resultou no fim da União Soviética, na queda do muro de Berlim e em um difícil momento de enfraquecimento e fragmentação das lutas, surgiram diversas leituras para compreender o que aconteceu. Por isso, daqui pra frente tratarei de discutir a partir de alguns dilemas.

É preciso compreender que as organizações de esquerda se constituem

dentro de um acúmulo da classe trabalhadora, frente a lições tiradas historicamente, de seus erros e acertos. Trata-se de grupos que partem de uma análise de experiências concretas de nossa história para compreender a situação atual e conseguir pensar a partir disso um programa para intervir na realidade (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Traçamos até agora um panorama bem geral, passando por alguns momentos significativos da luta de classes no Brasil. Esses elementos nos ajudam a compreender questões que nos atravessam até hoje.

A partir do período da ditadura, temos questões importantes a explorar de forma sistematizada. Para tanto, o próximo subcapítulo elenca em tópico algumas questões referentes ao período pós-ditadura.

2.2. Da ditadura aos tempos atuais: dilemas históricos

*Você diz:
nossa causa vai mal.
As trevas aumentam. Nossas forças diminuem.
Depois de termos lutado tantos anos,
estamos numa situação pior do que a do começo.
E o inimigo está mais forte do que nunca.
(...)
Cometemos erros, não se pode negar.
Nosso efetivo está reduzido.
Nosso discurso está confuso; e uma parte das nossas
palavras
foi distorcida pelo adversário até se tornar
irreconhecível.
O que é que está errado no que nós dissemos?
Alguns pontos? Ou tudo?
Com quem devemos contar, ainda?
Somos apenas os restos de um naufrágio que o rio
deixou
nas margens, abandonados,
antes de continuar sua viagem?
Estamos ultrapassados?
Não compreendemos mais nada
e ninguém mais nos compreende?
Precisamos ter sorte?
É o que você pergunta. Mas não espere resposta
a não ser de você mesmo.*

Brecht, Aos Vacilantes

Podemos observar de uma forma mais ampla que a história é marcada por momentos em que a classe se mobiliza, obtém conquistas importantes, apanha, recua, se fortalece, enfraquece... existe um ciclo condicionado por questões subjetivas e objetivas que se atravessam o tempo inteiro e, quando se trata de analisar o contexto atual ou de um determinado período, é necessário avaliar o conjunto desses elementos e sua síntese.

Anterior ao período da ditadura, observa-se no Brasil um período importante no que diz respeito aos avanços em ciência e tecnologia: o chamado “milagre econômico”, os 50 anos em 5 de Juscelino Kubitschek, a industrialização e crescimento desordenado das grandes cidades.

No golpe de 1964 tínhamos um País marcado por uma grande contradição: de um lado, um grande avanço tecnológico, grandes possibilidades e expectativas de crescimento, um sentimento patriótico grande. Por outro lado, um regime que impossibilitava a liberdade de expressão, a censura de qualquer tipo de arte, posição política que poderia ser contrária ao governo e ordem vigente. A possibilidade de uma grande mudança estava dada, embora seu rumo estivesse em disputa: a consolidação do Brasil enquanto grande potência do sistema capitalista, ou a possibilidade de uma outra sociedade, socialista, reivindicada internacionalmente em diversos lugares do mundo (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

2.2.1 Universidade e Movimentos Sociais

A Reforma da Educação de Ensino Superior foi utilizada de forma utilitarista para formar profissionais técnicos aptos a desenvolver e aplicar a

tecnologia que estava sendo implementada no Brasil, e formar também intelectuais como cientistas sociais, psicólogos e outros profissionais capacitados a justificarem e reivindicarem a ordem vigente, fortalecendo um compromisso com setores da burguesia. Assim, iniciou-se um processo que resulta em políticas concretas para que fosse feita uma dissociação entre Educação e Política, de forma que se tira da Universidade sua característica de formação de sujeitos críticos, de espaço do pensamento, para dar lugar uma formação técnica que acompanhe os avanços do País, e coloque o professor como alguém “neutro”, preparado para capacitar os estudantes (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Dessa forma, contar a história a partir daí é apresentar, pelo menos, duas fortes tendências que estavam presentes na Universidade: uma ala mais conservadora, apropriando-se da ciência como instrumento para consolidar a ordem vigente, e uma ala mais à esquerda, de pessoas articuladas e/ou influenciadas por diversos movimentos nacionais e internacionais, que traziam para dentro da Universidade uma tensão e possibilidade de construção de ciência aliada a um novo projeto societário.

A Universidade se insere no debate de duas formas, portanto, tanto pelo papel que vai assumir de espaço em que se formulará e legitimará a forma que a história da sociedade brasileira será contada a partir de então, e pela própria disputa que se inicia no interior da Universidade, com o fortalecimento do movimento estudantil, assumindo importante protagonismo dali em diante.

2.2.2. Os Novos Movimentos Sociais

Dentro desse contexto de luta pelo fim da ditadura e redemocratização do País começaram a se fortalecer bandeiras envolvendo questões culturais, ambientais, manicomiais, de liberdade sexual, de discriminação de gênero, de raça etc., bastante influenciadas pela conjuntura europeia, como o Maio Francês (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010) e norte-americana. Como já vimos anteriormente, esse período é marcado por um grande tensionamento ideológico entre capitalismo e socialismo. O protagonismo do movimento estudantil é um aspecto interessante desse período, e para além da aliança com a classe trabalhadora, participando ativamente de greves gerais, o caráter anticapitalista estava presente e a palavra “revolução” era assumida para as diversas mobilizações que surgiam: a ideia de uma “revolução sexual” e de uma “revolução cultural”, por exemplo (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

A luta dos trabalhadores via movimento sindical permanece, mas o protagonismo do movimento estudantil e as mais diversas bandeiras de cunho político cultural passam a atrair também uma camada média da população, trazendo novas características para os movimentos.

“A geração de 68 no Brasil, que recebeu as inspirações de diferentes acontecimentos internacionais, entra nos anos 70 mantendo sua resistência sob duas formas: de um lado, as fortes mensagens das vitórias das guerrilhas vietnamitas, e mesmo a derrota de Che Guevara na Bolívia, impulsionaram muitos no Brasil a ‘criar um, dois, três, muitos Vietnãs’. Por outro lado, a influência hippie, seus costumes e atitudes (cabelos e barbas compridos, roupas coloridas e as imagens selvagens), experiências com drogas, contestação do consumismo, da tradicional organização familiar e sexual, fascina muitos jovens.” (COIMBRA, 1995)

A partir desse período, diversos teóricos passam a se dedicar a estudar o fenômeno desses “novos movimentos sociais”, fascinados sobretudo com o

Maio Francês. Essa vertente teórica é chamada de “acionalista”. O “novo” era justificado por “sua constituição heterogênea, compostos por identidades diversas” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 310). Em sua concepção não havia um caráter classista, e as lutas estavam mais envolvidas com mudanças pontuais, não levando necessariamente a uma transformação mais radical da sociedade (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Nesse contexto de Guerra Fria, onde estava colocado claramente o debate entre socialismo e capitalismo, os “acionalistas” buscam um distanciamento disso, apresentando proposta de ações que estejam aparentemente por fora da contradição capital e trabalho (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

“Para eles, a formação e o agir dos ‘NMS’¹¹ dependem menos de condições objetivas (estruturais) do que da existência de um conflito (manifesto) e da vontade (subjativa) de participação social em torno desse conflito: o ator desses conflitos é o Movimento Social, não as classes, não o Estado.” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 314)

Essa concepção apresentada na teoria “acionalista” influenciou, posteriormente, a formação do que se chama a “esquerda pós-moderna”, que tomou forças na década de 80. O contexto já é de grande ofensiva neoliberal, após crise da ideia de Estado de Bem Estar Social e do projeto de consolidação do socialismo real (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010). Os autores caracterizam esse grupo da seguinte forma:

“(…) inspirados claramente nas “teorias acionalistas”, negavam a herança tanto das bases teóricas do marxismo – divisão da sociedade em classes; luta política revolucionária – quanto a vitalidade das organizações clássicas (partido e sindicato), considerando-as superadas frente às demandas dos novos movimentos sociais, agora fundamentalmente circunscritas ao universo da cultura e da reprodução social” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p.311).

¹¹ Novos Movimentos Sociais

O que esses grupos colocam para justificar o distanciamento do debate das classes é que o capitalismo ataca diversos grupos que vão para além da classe social, sendo grupos como mulheres, negros, etnias etc. Além disso, pontuam também uma diferença com a concepção de “classe trabalhadora”, substituindo por uma concepção de uma sociedade com grande diversidade, pluralidade, fortalecendo uma ideia de valorizar o indivíduo e sua singularidade.

Por fim, segmentos marxistas e comunistas também buscam responder às demandas colocadas pelos “NMS”, mas ainda reivindicando as formas de “organizações clássicas herdadas do marxismo e do leninismo: partido e sindicato” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 311). Esses grupos não entendiam esses movimentos como uma forma *alternativa* de mobilização, mas como forma *complementar* às formas tradicionais por compreender a conjuntura de enfraquecimento do movimento sindical (parte também devido a reestruturação produtiva, crescimento do terceiro setor, ofensiva neoliberal, como vimos no capítulo anterior) e fortalecimento desses novos movimentos.

O que se deve problematizar centralmente no debate sobre os “novos movimentos sociais” é a consequência de se negar todo um histórico, apresentado nesse capítulo, enterrá-lo e apresentar algo “paralelo” a essa história (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Muitos teóricos que se propõe a discutir os movimentos sociais, da década de 70 até os dias de hoje, negam a discussão sobre luta de classes. Assim, predomina na Academia a discussão sobre os novos movimentos sociais, mesmo entre os teóricos que reivindicam a leitura marxista, sendo esses colocados a refletir sobre esse fenômeno. Um exemplo é essa tese de doutorado, de Eduardo Luiz Zen (2009):

“O analista que diante de um fato histórico de grande importância, como a queda do muro de Berlim em 1989 ou o desmantelamento da União Soviética, decreta o fim da história; (...); ou um cientista político que, diante da subida à Presidência da República de um operário que adere ao liberalismo econômico, decreta a lei de que as forças políticas de esquerda necessitam convergir ao centro para chegar ao poder; ou um sociólogo que diante da crise do movimento sindical derivada da ampliação dos níveis de desemprego estrutural e insegurança dos trabalhadores em seus empregos, e o crescente protagonismo de movimentos sociais não ligados diretamente ao mundo do trabalho, decreta o fim das classes; (...) são pesquisadores que observam determinados fenômenos, muitas vezes com fundamento e propriedade, mas não conseguem captar a essência do que estão observando, ou seja, não vão muito além das aparências, caminham do ‘fetiche’ ao ‘fetiche’, como diria a teoria marxista”. (p. 16)

É contraditório dizer que “direita” e “esquerda” são conceitos superados, sendo que ainda vivemos numa sociedade que se sustenta na luta de classes, no poder de uma classe minoritária sobre uma classe explorada, que vive em uma situação de grande miséria (não só econômica, mas de diversas outras misérias), e para além disso, cumpre um papel importante de deslegitimar a luta daqueles que ainda permanecem inseridos em movimentos combativos e contribuir com a lógica neoliberal.

“Por sua vez, o Estado tem agido de forma a criminalizar cada vez mais as ações dos movimentos sociais, descaracterizando suas ações como lutas por conquistas sociais, para transformá-las em ilegalidades brutais contra o Estado de direito democrático. Ou seja, as formas de luta dos movimentos sociais são criminalizadas, deixando espaço apenas para a disputa legal eleitoral, colocando as ações que estão além do limite parlamentar como atos criminosos contra a coletividade e a democracia” (GOULART, 2009, p.28)

Partindo da leitura sócio-histórica, é um equívoco acreditar que seja possível construir uma prática “por fora” da dinâmica da luta de classes, visto que isso faz parte da estrutura de nossa sociedade (MARX, 2008) e, de forma consciente ou não, a prática irá refletir de alguma forma, contribuindo para algum dos lados da luta de classes.

2.2.3. Terceiro Setor: As ONGs e a institucionalização dos movimentos

Após o período de redemocratização, fortalece no Brasil a ideia de que é possível transformar gradativamente a sociedade através da democracia burguesa colocada. Dessa forma, muitas lideranças de movimentos sindicais e movimentos sociais passam a disputar e compor órgãos do governo ocupando cargos.

O crescimento do terceiro setor¹², com o surgimento de diversas ONGs que nascem como alternativa para dar conta daquilo que o Estado não provém ou onde o Estado “não chega”, é um evento importante.

A aposta de que pela via institucional é possível mudar a exploração e a desigualdade presente no modo de produção capitalista sempre foi reivindicada por grupos, como os chamados sindicalistas amarelos e os reformistas. No entanto, é nesse cenário de democratização reconstrução do sistema político abre um maior espaço para essa institucionalização acontecer.

“Neste novo cenário de confrontação política, os movimentos redirecionaram sua esfera de ação para a participação na definição de políticas através dos conselhos de representação de interesses, na tentativa da construção e negociação de novos direitos, não somente, tratando do plano dos direitos oficiais estatais, mas considerando os direitos emergentes da prática social, ampliando a esfera de participação dos diferentes movimentos e priorizando o canal institucional de conquistas, o que gera uma aproximação das ONGs (Organizações Não Governamentais) com os movimentos sociais, num primeiro momento como assessoria e posteriormente, nos anos 1990, como substituto dos mesmos.” (GOULART, 2009, p. 21)

Yamamoto (2006) faz uma caracterização precisa sobre qual seu papel na conjuntura atual.

¹² Caracteriza-se como terceiro setor as ONGs, instituições de caridade, atividades filantrópicas, ações solidárias, ações voluntárias, atividades pontuais e informais. (MONTAÑO, 2002 apud DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 305)

A questão é a mudança do foco das antigas entidades da sociedade civil – como os movimentos sociais – para as chamadas organizações não-governamentais (ONGs), tem como consequência a despolitização dos conflitos sociais. Nunca é demais lembrar que, como um dos elementos do tripé responsável pela intervenção no campo social, tais organizações estabelecem “parcerias” com o Estado, sendo repositórios da transferência de recursos públicos por meio do chamado “fundo público” (uma das facetas da privatização antes aludida). (p. 33)

Dessa forma, o que se observa é que, embora o terceiro setor cumpra uma função com as camadas mais pobres da sociedade, estabelece uma relação significativa e acaba por contribuir de forma relevante para o lucro do capital.

2.2.4. Lutas Sociais e Luta de Classes

Considerar como central o debate de luta de classes não significa desconsiderar ou deslegitimar as lutas caracterizadas como “novos movimentos sociais”. Os movimentos por moradia, de combate a opressões, em defesa do meio ambiente, movimento cultural, entre outros são espaços importantes que, em um contexto de grande ofensiva neoliberal, apresentam como alternativas interessantes para os trabalhadores se organizarem coletivamente de diferentes formas e responder às diferentes formas que o capitalismo nos impõe como forma de agir, pensar e organizar a nossa sociedade.

Ainda assim, é importante que se garanta o debate da questão de classe. Sem isso, os movimentos correm o risco de perder o foco da necessidade de ruptura com o sistema como está colocado.

“Não é mais importante a desigualdade de classe que a desigualdade de gênero ou de raça etc. Se falarmos para uma mulher que sofre

violência doméstica, por exemplo, que sua condição é menos importante que a questão de classe estaríamos cometendo uma terrível injustiça (...) Na verdade, a exploração de uma classe por outra é fundamento da sociedade capitalista. Não é mais importante, mas é fundamento. O fundamento explica a sociedade e lhe confere caráter central na(s) luta(s) pela emancipação social” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010, p. 126 - 127)

Podemos então diferenciar dois tipos de luta: lutas sociais e luta de classes. A luta de classes diz respeito à luta que confronta diretamente o modo de produção capitalista. As lutas sociais caracterizam-se por lutas de diversos grupos (mulheres, negros, defensores do meio ambiente, imigrantes), que não estão diretamente relacionadas à contradição entre capital e trabalho, podendo ser consideradas ou não como parte dessa luta por uma ruptura com o sistema capitalista.

“Em definitivo, ‘luta de classes’ e ‘lutas sociais’ não são expressões contraditórias, mas formam parte de um processo comum, às vezes em níveis diferentes. O que diferencia as formas de luta é o tipo de organização pela qual se desenvolvem, seus objetivos de curto e longo prazos, a clareza de se orientar a questões meramente econômicas, ou num nível politicista ou culturalista, ou, pelo contrário, alcançar o nível de uma luta político-econômica que contempla as demandas de curto prazo, almejando o horizonte mais amplo de emancipação humana.” (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010,p. 120)

Essa dificuldade em vincular essas lutas gera consequências importantes. Como pudemos ver, ao longo da história, dentro da esquerda existe desde quando se configura a classe trabalhadora, a luta por superar o caráter reivindicatório da luta sindical e demais lutas sociais para que se assuma um caráter de luta classista. O enfraquecimento do socialismo real enquanto projeto é um elemento importante que dificulta a possibilidade de explicitar a luta de classes.

Existe atualmente uma tendência a rejeitar as formas tradicionais de organização da classe trabalhadora, visto a grande institucionalização,

burocratização e cooptação pelos setores da burguesia, de partidos e sindicatos (como a experiência PT/CUT).

A própria esquerda, de fato, da forma que se apresenta hegemonicamente, trouxe motivos concretos para que a classe trabalhadora se frustrasse e, por consequência, passasse a duvidar ou até mesmo desacreditar de um projeto alternativo, ainda que, como já colocado anteriormente, dentro desse campo tivessem diversos grupos que fizeram e fazem até hoje a crítica e a autocrítica de seus problemas.

Os pontos elencados neste capítulo ajudam a compreender o contexto dos militantes entrevistados, os desafios que enfrentam e de que perspectiva de movimento partem. Aproveita-se a contextualização para iniciar a discussão de saúde nos marcos dos movimentos sociais, considerando que essa pauta também teve seu espaço importante dentro dos diversos movimentos que emergiram na década de 80 no Brasil.

CAPÍTULO 3: SAÚDE E PSICOLOGIA

NO CONTEXTO NEOLIBERAL

*Adelante corazón, sin miedo a la derrota,
durar, no es estar vivo corazón,
vivir es otra cosa.*

Corazón Libre, Mercedes Sosa

3.1. Saúde: A proposta dos movimentos para a saúde e os desafios atuais

O Sistema Único de Saúde é considerado uma grande conquista popular, que surgiu nos anos 80 como fruto das grandes mobilizações em torno da Reforma Sanitária da mesma década. Esse movimento assumiu um caráter mais amplo que a luta pelo acesso universal a saúde, em defesa desse sistema. Para além de colocar a questão da saúde enquanto direito de todos e dever do Estado, amplia também no sentido de atentar-se aos determinantes sociais, como podemos ver no documento apresentado na VIII Conferência de Saúde, em 1986:

“‘A saúde para todos’ significa que saúde há de ser colocada ao alcance de cada indivíduo em um país determinado; por ‘saúde’ há de entender-se um estado pessoal de bem-estar, ou seja, não só a disponibilidade de serviços sanitários, como também um estado de saúde que permita a uma pessoa levar uma vida social e economicamente produtiva. ‘A saúde para todos’ obriga a suprimir os obstáculos que se opõem à saúde (desnutrição, ignorância, água não potável e habitações não higiênicas), assim como resolver problemas puramente médicos, como de falta de médicos, de leitos hospitalares, de medicamentos e vacinas.” (DIAS, 1986)

Esse momento histórico explicita o quanto a discussão sobre saúde está intimamente relacionada com um projeto de sociedade, com um posicionamento político. Nesse contexto, compreendia-se que só conseguiríamos ter saúde de qualidade se outras medidas ocorressem, como a implementação da Reforma Agrária, por exemplo.

A Reforma Sanitária, anterior ao processo de implementação do SUS, agregou movimentos do campo sindical, popular e estudantil, incluindo movimentos da saúde, e mesmo trabalhadores e estudantes que individualmente passaram a incorporar a essa luta. É importante compreender que, nesse momento, a luta pela saúde assumiu um caráter institucional forte,

de exigir uma política de Estado voltada para a saúde.

Nesse sentido,

“Entre o Estado que *não foi* e o Estado *que fosse*, deve haver um Estado que é: capitalista, autoritário, privatizado e patrimonialista. No caso da sociedade, permanece o desafio de compatibilizar a dominação burguesa com a democracia. O conhecimento dessa sociedade e desse Estado realmente existente se faz necessário para compreender o processo da RSB [*Reforma Sanitária Brasileira*]. Assim, a transição que possibilitou a inclusão na cena política e em aparelhos estatais de sujeitos oriundos de movimentos sociais que lutaram contra a ditadura e pelo reconhecimento dos direitos sociais pelo Estado brasileiro, pode indicar a atuação de outros atores políticos na conjuntura que apostaram no desenvolvimento da cidadania no Estado moderno, apontando para a possibilidade de uma Reforma Democrática do Estado” (PAIM, 2008, p.68).

Assim, o movimento pela Reforma apresentou uma concepção de saúde que confrontava a lógica hegemônica capitalista, considerando-a uma sociedade produtora de doenças. O grande resultado disso, a criação do Sistema Único de Saúde (1988), embora tenha sido uma grande vitória, ocorreu dentro dos limites do Estado, já apresentados neste trabalho. Embora muitos compreendiam que, na luta pela efetivação do SUS, a lei seria forma de “assegurar” algo que estava sendo construído e que avançaria dada a conjuntura de grande mobilização, isso acabou tomando outros rumos.

A implementação do SUS ocorreu e, mesmo que com alguns obstáculos, como vetos do Presidente, pode ser considerada uma lei que abrangeu princípios, práticas e objetivos progressistas, em um plano mais geral. Um exemplo disso é o controle social, que atribui a movimentos e sociedade civil a participação ativa na discussão da gestão e gerenciamento do SUS, o que serviria para garantir também que um sistema eficaz de saúde pública poderia ser efetivado. No entanto, com o enfraquecimento das lutas sociais gerou, novamente, uma dificuldade de responder aos ataques que o Estado passa a fazer ao SUS.

Dessa forma, observa-se a dificuldade de conseguir fazer sair do papel as conquistas da Reforma Sanitária, passados os mais de 20 anos. Mesmo que tenhamos exemplos de experiências locais bem sucedidas de implementação do SUS, por não expandirem para algo nacionalmente, o que ocorre é a tendência de retroceder essas conquistas, sobretudo em períodos de crise e recessão.

Um elemento importante para se discutir atualmente é a privatização dos serviços públicos de saúde, cada vez mais presente, seja de forma camuflada, com captação de recursos ou via terceirização de alguns serviços, vínculo de trabalho e/ou equipamentos, ou mesmo de forma explícita, como a gerência de unidades de saúde, via Organizações Sociais (OSs) e outras fundações privadas.

No entanto, a privatização não é um problema recente: desde a criação do SUS, consta em seu decreto que é permitido o âmbito privado como complementar. Desde o governo FHC, estendendo-se para o governo Lula e Dilma, observamos que a lógica privatizante participa das políticas públicas. Nesse percurso, com o sistema público ainda bastante precarizado e, por consequência, mal visto pela população, criou-se uma cultura de valorização dos convênios e hospitais privados, sendo a intervenção da empresa privada colocada como alternativa, como uma saída à precarização do serviço público (RIZZOTTO, 2000). Dessa forma, o setor privado passa a ocupar cada vez mais o espaço na saúde, deixando de se tornar apenas “complementar”.

Com a terceirização e a intensificação dessa relação público-privado, tornou-se mais difícil exigir os direitos, pois diferente de algo que é gerido pelo Estado, a empresa privada não tem nenhum dever perante a questão social,

seu objetivo é o lucro, explicitamente. Outro elemento é a questão dos equipamentos em que se tem duas entradas: uma para quem paga os planos de saúde, e usufrui um serviço de melhor qualidade, e outra entrada para quem não tem condição de pagar – que é, no caso, a grande parte da população. Com isso, fortalece a ideia de que existem serviços para todos, diferenciados de acordo com o que você pode pagar.

No entanto, o elemento mais alarmante é que, cada vez mais, a saúde ser vista como forma de lucrar, gerar renda para grandes empresários. Esse interesse das empresas privadas seja na forma de fundações, nos hospitais privados ou na própria indústria farmacêutica tem se revelado um setor em potencial a ser explorado pelo mercado. Isso se torna preocupante pois, na medida em que se prioriza o lucro, o compromisso social com a demanda do usuário¹³ sai de foco. Assim, fortalece a lógica da concepção de saúde como mercadoria. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, no atendimento “em série” dos postos de saúde, de forma compartimentalizada entre os profissionais de saúde, remetendo a lógica de produção presente nas fábricas (MERHY, 2003).

Aprofunda a gravidade da situação o fato de que essas políticas neoliberais presentes hoje no Brasil expressam uma política ditada pelo Banco Mundial, na qual defende explicitamente

“...o fim do direito ao atendimento equânime e universal pelos serviços de saúde, substituindo-o por uma "cesta básica" de doenças e procedimentos (simplificados e de baixo custo) a serem destinados aos pobres, e outra, complementar, apenas aos que por ela puderem pagar, mecanismo explícito de exclusão social que não precisa de comentários” (CARVALHO e YAMAMOTO, 2002).

Essa discussão sobre as políticas de Estado para saúde são importantes

¹³ Compreende-se por “usuário” àquele que utiliza os serviços de saúde, contrapondo-se ao termo “paciente”, que remete a uma ideia passiva no processo de cuidado e ao termo “cliente”, que remete a uma relação de consumo do serviço.

para pensarmos a concepção e a prática de saúde hegemônica e a que defendemos. A justificativa biologicista e uma prática centrada na cura buscam extrair a compreensão social da doença, e por consequência extraem o elemento político, fazendo com que o trabalho em saúde seja basicamente de ordem técnica.

“Na sociedade capitalista, por exemplo, o conceito de doença explícita está centrado na biologia individual, fato que lhe retira o caráter social. O conceito de doença oculta, quer dizer, que está subjacente na definição social do que é doença, refere-se à incapacidade de trabalhar, o que a coloca em relação com a economia e eventualmente com a criação da mais-valia e possibilidade de acumulação capitalista” (LAURELL, 1982, p. 9).

No campo da saúde mental e da psicologia é imprescindível estabelecer essa relação, sobretudo na conjuntura atual em que se observa um grande aumento de diagnósticos em transtornos mentais, elementos que favorecem demasiadamente a indústria farmacêutica, com o aumento de medicalizações para esses tipos de doença.

O diagnóstico, no campo da saúde, hegemonicamente reconhece e legitima o catálogo formulado pelo CID 10¹⁴ e pelo DSM IV¹⁵. Esses dois modelos visam catalogar, com uma proposta atórica e apolítica as doenças, incluindo os transtornos mentais. São os principais meios utilizados como ferramenta para falar sobre processo saúde e doença, tanto no campo da saúde como no senso comum. São desses catálogos que saem a depressão, a síndrome do pânico, o transtorno de adaptação entre outras tantas.

Podemos ver que a forma que diagnosticamos e reconhecemos um processo de adoecimento é se apropriando desses termos presentes no CID e no DSM, termos os quais que colocam de que forma o adoecimento se

¹⁴Classificação Internacional das doenças e problemas relacionados à saúde. São Paulo: EDUSP; 1997.

¹⁵Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artes Médicas; 1994.

expressa no indivíduo.

Vejamos, a seguir, um exemplo de uma dessas doenças, o transtorno de adaptação (F43.2):

“Estado de sofrimento e de perturbação emocional subjetivos, que entravam usualmente o funcionamento e o desempenho sociais. ocorrendo no curso de um período de adaptação a uma mudança existencial importante ou a um acontecimento estressante. O fator de “stress” pode afetar a integridade do ambiente social do sujeito (luto, experiências de separação) ou seu sistema global de suporte social e de valor social (imigração, estado de refugiado); ou ainda representado por uma etapa da vida ou por uma crise do desenvolvimento (escolarização, nascimento de um filho, derrota em atingir um objetivo pessoal importante, aposentadoria). A predisposição e a vulnerabilidade individuais desempenham um papel importante na ocorrência e na sintomatologia de um transtorno de adaptação; admite-se, contudo, que o transtorno não teria ocorrido na ausência do fator de “stress” considerado. As manifestações, variáveis, compreendem: humor depressivo, ansiedade, inquietude (ou uma combinação dos precedentes), sentimento de incapacidade de enfrentar, fazer projetos ou a continuar na situação atual, assim como certa alteração do funcionamento cotidiano.

Transtornos de conduta podem estar associados, em particular nos adolescentes. A característica essencial deste transtorno pode consistir de uma reação depressiva, ou de uma outra perturbação das emoções e das condutas, de curta ou longa duração.” (CID 10, p. 337)

Embora não seja citado no CID, esse diagnóstico é utilizado algumas vezes em casos de trabalhadores que sofrem assédio moral no trabalho. Nesse caso a doença, ainda que se reconheça o determinante social – quando aponta fatores “estressantes” que produziram esse efeito – o que é dado ênfase é como esta se expressa no indivíduo de forma “subjetiva” (como citado logo no início) e, dentro disso é estabelecido pelo profissional o que o *indivíduo* pode e deve fazer para recuperar seu estado *normal*.

Faz-se necessário nesse momento apresentar quem é, afinal, esse indivíduo e como que, a partir de sua configuração, torna possível estabelecer essa relação entre o *normal* e o *patológico* tão marcante hoje na concepção e prática de saúde. Veremos, a seguir, como este se configura mais próximo do

campo da psicologia.

3.2. Psicologia em debate

Nesta parte, pretende-se abordar o campo prático e teórico hegemônico da psicologia, ainda que se compreenda ser uma área ampla e bastante heterogênea. Atentou-se nesta monografia em aprofundar no que as entrevistas com os militantes trariam, cabendo a um outro momento explorar essa heterogeneidade da psicologia e que saberes e práticas aproximam ou distanciam-se do projeto apresentado pelos movimentos. De qualquer forma, esse debate será retomado nas considerações finais.

Como vimos, o individualismo é um elemento marcante da conjuntura neoliberal. Isso parte de um processo que parte da noção de indivíduo que, embora tratada de forma naturalizada, foi construída historicamente, tomando corpo sobretudo pós revoluções burguesas e aparecimento da ciência moderna (BOCK, 1999). A autora define indivíduo da seguinte forma:

“Indivíduo é uma noção associada às noções de liberdade, autonomia, igualdade, como direitos naturais, dotado de características e potencialidades próprias, particulares; dotado de consciência individual e de emoções particulares. A noção de indivíduo carrega consigo a ideia de um sentimento profundo de identidade, que o iguala a todos os outros homens e, ao mesmo tempo, carrega a ideia da posse de algo absolutamente único e irrepetível, que o distingue dos outros” (p. 40).

Consolidar essa noção de indivíduo era importante nesse contexto de revoluções burguesas, no processo de transição entre o sistema de feudalismo e o sistema capitalista. Isso porque:

“A burguesia, que disputou o poder e surgiu como nova classe, defende

a emancipação do homem para poder emancipar-se. Foi preciso quebrar a ideia de um universo estável, dado, inquestionável, para poder transformá-lo e tê-lo como fonte de riquezas a serem exploradas.” (BOCK, 1999, p. 42)

Porém, no instante em que houve um triunfo da burguesia, justamente para assegurar seu lugar enquanto classe dominante, tornou-se necessário tomar algumas medidas. Assim, a burguesia passou a buscar instrumentos que justificassem a organização social da forma que está como algo que é para ser assim. A ciência moderna, ainda nesse sentido, surgiu para dar conta de explicar a realidade em que vivemos, e explicá-la de forma objetiva, buscando naturalizá-la.

“Com relação ao psicólogo, vale lembrar que sua história não se conta apenas, como costuma parecer à primeira vista, a partir dos progressos da técnica de observação e de manipulação do comportamento humano. Foi preciso que, a partir de um determinado momento, se tornasse historicamente necessário o controle do comportamento para que tais técnicas aparecessem e passassem a ser utilizadas” (CAMPOS, 2010, p. 205)

Com esse processo de naturalização, criaram-se conceitos que foram se configurando de forma dicotômica, para além da dicotomia indivíduo e sociedade, mas também o que é do campo objetivo e o que é do campo subjetivo, o que é normal e o que é patológico.

Como aponta Campos (2010), é necessário que haja um contexto e demanda favorável para a emergência ou desenvolvimento de determinada ciência. Além disso, como podemos ver no caso da psicanálise, o seu desenvolvimento ao mesmo tempo que dependeu desse contexto, na medida em que se consolidou, acaba por legitimar e fortalecer esse ideário presente.

“Dessa maneira, um dos seus efeitos [*da psicanálise*] foi engendrar uma concepção de subjetividade individualizada e individualizante, particular, singular a cada sujeito, mediada exclusivamente pela

história pessoal de cada indivíduo. Entretanto, esta concepção de subjetividade só foi possível emergir num contexto historicamente datado e circunscrito, onde as ideias próprias ao ideário individualista vigoravam, isto é, a ideia de um indivíduo livre, independente, igual a todos os outros, porém singular, pois dotado de uma interioridade ímpar” (DIMENSTEIN, 2000, p. 98).

Assim, fez-se uma cisão do que diz respeito ao indivíduo e sua vida privada e o que diz respeito a questão social, fortalecendo uma individualização do processo social e, por consequência, a lógica liberal, como colocado anteriormente.

No caso do CID, ao iniciar afirmando que existe um “estado de sofrimento e de perturbação emocional subjetivos” (CID 10, p. 377), naturaliza e personaliza, alienando de sua relação direta com uma situação que é concreta, objetiva. O nome atribuindo, “transtorno de adaptação” pressupõe que o sujeito não consegue se adaptar àquele meio, e que o *normal* seria conseguir, independente das condições deste meio.

Essa cisão e valorização daquilo que é da ordem do “subjetivo” cumpre um papel ideológico importante. Por ideologia, entendemos o conceito marxista apresentado por Chauí (2004):

“Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia” (p.8).

A respeito da dicotomia normal e patológico,

“É na exata medida em que o processo de produção cria a figura do homem normal – aquele que se adequar ao processo de trabalho instituído pelo capital – e do excepcional – aquele cujo trabalho não

pode ser convertido em valor-de-troca – que o psicólogo registra e separa estas duas categorias: o normal e o excepcional. (...) Podemos avançar, pois, a hipótese de que, se Freud – conforme observa Lourau, ao tratar da Psicanálise na divisão do trabalho – trabalhou sobre o terreno da insatisfação sexual e do ócio das mulheres da burguesia vienense (quadro este também produzido historicamente pela divisão capitalista do trabalho), também a Psicologia Científica oriunda dos laboratórios e da organização científica do trabalho na fábrica trabalhou sobre o terreno da dominação do capital sobre o trabalho” (CAMPOS, 2010, p. 209).

Assim, hegemonicamente o campo da psicologia se localiza a partir da elaboração de diversas teorias e práticas que, em sua maioria, enaltecem esse indivíduo configurado da lógica liberal. A análise neste trabalho para compreender a psicologia que temos hoje se faz no marco dessa citação de Martin-Baró (1996):

"Por isso, as perguntas críticas que os psicólogos devem se formular a respeito do caráter de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que está desempenhando na sociedade, não devem centrar-se tanto no onde, nas no a partir de quem; não tanto em como se está realizando algo, quanto em benefício de quem; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as consequências históricas concretas que essa atividade está produzindo." (p. 22)

Voltemos, então, para o debate sobre os diagnósticos, a partir desse questionamento apresentado. O que estamos produzindo ao centrar o processo de saúde e doença em uma discussão individualizante e categórica?

Essa questão antiga para a psicologia, tendo diversos teóricos que buscam aproximar esse campo com o marxismo. No caminho dessa preocupação, visando problematizar a tendência individualizante da clínica individual tradicional, iniciativas que surgem sobretudo no fim da década de 70 e início de 80 no Brasil, buscam infiltrar a psicologia no campo social, através da Psicologia Social e Comunitária.

Lane (2006) fez um resgate histórico da Psicologia Social, que teve seu

auge no momento pós segunda guerra (1945) nos Estados Unidos.

“Os temas de estudo continuavam sendo os mesmos; partindo ou não de sistemas teóricos da psicologia, todos se voltavam para a procura de fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social. (...) É uma Psicologia Social que isola o indivíduo, criando uma dicotomia entre ele e a sociedade — um poderia influenciar o outro, mas se tratavam de dois fenômenos distintos” (p. 76).

No Brasil, embora exista esforços de teóricos, sobretudo no meio Universitário, e de profissionais da área, o que vemos é que a psicologia pouco conseguiu superar esse modelo individualista, mesmo quando passou a atender as camadas mais pobres. Segundo Yamamoto (2010, apud Botomé, 1979), em artigo que discute as perspectivas e os limites do trabalho do Psicólogo,

“(...) cruzando dados dos honorários de psicólogos que atuavam na área predominante (a clínica) com a distribuição de renda no Brasil, concluía que apenas 15% da população brasileira tinha acesso aos serviços profissionais do psicólogo” (p.30).

Em seguida, relata que esse quadro mudou na década de 80, tanto por uma politização da profissão – presente também em demais profissões como consequência da conjuntura de redemocratização do País e período de efervescência política, como pudemos ver no capítulo de movimentos sociais – ; mas também por uma necessidade de abranger o mercado de trabalho do psicólogo que, com a expansão dos cursos de Psicologia no País, tornou-se necessário não se restringir apenas ao campo da clínica individual tradicional e particular.

“Esse crescimento *[da participação do psicólogo nas camadas mais amplas da população]* está associado a dois processos interdependentes: a introdução sistemática do psicólogo no campo do bem-estar social (sobretudo, mas não exclusivamente, no da saúde

pública), num movimento contraditório e a presença crescente do psicólogo nas organizações do chamado “terceiro setor” voltados para a área do bem-estar social.” (YAMAMOTO, 2010, p. 31)

Assim, a ampliação do campo de trabalho do psicólogo, criação dos Sistemas-Conselho¹⁶, e o próprio espaço da Universidade para se debater o compromisso social da Psicologia marcaram o fim da década de 70 e início da década de 80, algo que vem sendo fruto de discussão até hoje, tendo então muitos autores e profissionais que dedicam tempo e disposição para refletir esses limites e apontam formas distintas de buscar superar essa relação tão próxima entre a psicologia e os interesses da classe dominante¹⁷.

Ao entrar em contato com casos de militantes que adoeceram, essa discussão se tornou evidente. Como relacionar essas respostas que a psicologia hegemonicamente oferece com as respostas que estes militantes esperam encontrar quando procuram o atendimento psicológico?

Além disso, buscar aproximar-se daqueles que se propõem criticar a psicologia da forma que está dada hoje e construir um outro projeto de psicologia do campo da militância e movimentos sociais, que aparenta ter uma demanda por alguma espécie de suporte ao sofrimento existente nesses espaços, parece um passo importante para avançar tanto no campo da Psicologia como no campo da militância. Uma iniciativa está nas linhas que se seguem, na discussão e análise das entrevistas.

¹⁶ Conselhos Regional e Conselho Federal de Psicologia

¹⁷ Nas considerações finais retomaremos esse debate.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

*“Debaixo d’água tudo era mais bonito
mais azul mais colorido
só faltava respirar
Mas tinha que respirar
Todo dia
Todo dia, todo dia
Todo dia
Todo dia, todo dia
Todo dia”*

Arnaldo Antunes

Como apresentado na introdução, neste capítulo iniciaremos apresentando sobre os entrevistados, importante antes de iniciar a análise.

Como também colocado anteriormente, foram analisadas nessa monografia duas entrevistas. Com o primeiro caso, Carlos¹⁸, foram realizados três encontros, de duração de cerca de uma hora cada. No segundo caso, Fred, um encontro que durou aproximadamente 2h30.

Para a realização das entrevistas, foi estabelecido um procedimento inicial comum a ambos, em que se iniciou solicitando para que o entrevistado contasse quando inicia a militância e sobre o seu percurso desde então. Dentro dessa discussão, cada entrevista foi tomando um percurso diferente, partindo da fala dos entrevistados. Em um segundo momento, buscou-se aprofundar mais sobre o período de adoecimento e como o entrevistado entendeu esse processo.

As entrevistas foram gravadas em áudio. Para a análise e discussão, optou-se por não transcrever, integralmente, as entrevistas. Dessa forma, decidiu-se por escutar as entrevistas repetidamente e extrair, ao longo da análise, trechos interessantes de serem destacados.

Como colocado, diante do fato de não ter sido encontrado referências teóricas sobre o tema, a decisão do que seria relevante aprofundar para a análise foi feita diante de (1) temas que repetiram em ambos os casos, (2) temas identificados pela pesquisadora como recorrentes no circuito da militância, (3) temas que estão próximos da discussão sobre psicologia. Para produção da análise, separou esses temas em três grandes categorias: (1) concepção e tarefas da militância, (2) relação indivíduo – sociedade e, por fim (3) processo de saúde e doença.

¹⁸ Os nomes e alguns locais foram alterados para preservar a identidade dos entrevistados.

Após finalização da análise, as entrevistas foram escutadas novamente para acrescentar trechos interessantes para compreensão do tema, e que foram incluídos na apresentação sobre a história de vida dos entrevistados.

4.1 História de vida dos entrevistados

4. 1. 1. Carlos¹⁹

Carlos tem 34 anos, trabalha atualmente como professor Universitário e funcionário de uma empresa de Petróleo. Começou sua militância com 13-14 anos, no movimento secundarista, principalmente no Passe Livre e Fora Collor. Quando entrou na faculdade passou por dificuldades por ser de um curso tecnológico que, segundo ele, havia dificuldade de inserir um debate político. Mesmo assim, fazia parte do Centro Acadêmico²⁰.

O ambiente universitário foi, para ele, um espaço que despertou mais ânimo para a militância, sobretudo quando tornou-se residente da moradia estudantil. Filho de trabalhadores, a sua própria dificuldade de permanecer na Universidade fez com que considerasse a militância algo necessário.

Quando você está sofrendo mais na pele as consequências da injustiça, você tira mais energia e essa militância se torna...como se fosse a sua sobrevivência, uma melhora do seu bem estar dependeria daquela militância, e não só do seu bem estar mas de um bem estar coletivo (...). Eu via uma coisa que me dava um retorno, então era uma militância viva.

Nesse período, Carlos começou a conhecer mais militantes, participou do movimento da moradia estudantil e se envolveu com a frente LGBT²¹ e, em

¹⁹ Os nomes e alguns locais foram alterados para preservar a identidade dos entrevistados.

²⁰ Centro Acadêmico é a entidade representativa dos estudantes de um curso de Ensino Superior

²¹ A frente de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais diz respeito a organização em movimentos, participação de atos e diversas ações que dizem respeito ao combate a esse tipo de opressão.

seguida, entrou para uma chapa do Diretório Central dos Estudantes²². Ao terminar a graduação, passou um tempo afastado da militância e mais centrado em seu mestrado e, em seguida, doutorado. Enquanto estava no doutorado começou a trabalhar e, assim, começou a atuar também no movimento sindical.

Essa mudança foi lenta, começou conversando com os trabalhadores sobre sindicato, participava de assembleias e panfletagens, e só tempo depois começou a participar de algumas reuniões da diretoria. Esse espaço, logo de início, foi identificado por Carlos como um ambiente bem mais difícil que o do movimento estudantil, considerando-o “mais duro”.

Antes mesmo de entrar na direção do sindicato, eu presenciei alguns atos violentos no sindicato como diretores arremessando sapato aos funcionários, acompanhando processo de assédio moral e sexual dentro do sindicato, os próprios funcionários do sindicato se organizando, escrevendo uma carta contra o clima do terror que tava instalado no sindicato...

Carlos relata, então, a preocupação dele e de outros trabalhadores em buscar renovar o movimento sindical, tentando construir outro sindicalismo, em que fosse possível

repensar as práticas sem abandonar os princípios.

É assim que começou a organizar um coletivo, formado principalmente por jovens trabalhadores da empresa (entre 23 e 30 anos). Em 2009, esse coletivo, em conjunto com alguns trabalhadores de mais tempo no sindicato, montou uma chapa para as eleições.

²² Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos estudantes de uma Universidade

E nisso na eleição uma nova chapa foi composta, incluindo inclusive companheiros dessa gestão do terror, mas os novos diretores propostos a mudar essa cultura sindical que estava prevalecendo dentro do sindicato.

Segundo Carlos, o processo de inserção no movimento sindical, até o período de formação de chapa, estava sendo lento e gradual. No entanto, nesse fase passou por uma transformação abrupta em sua vida, que interrompeu o doutorado e organizou sua vida para ficar voltado inteiramente para a campanha e, ao ganhar as eleições, para a luta sindical.

As reuniões, como relata, eram bem conturbadas e logo no início começou a receber ofensas homofóbicas.

Cadeiras voando na cabeça das pessoas, porradas, gritos... e como eu e mais alguns amigos começaram a ir contra esse tipo de prática, começamos a cada vez mais ser assediado por conta da nossa posição de ser... de exigir uma postura diferente dentro do sindicato.

Em um primeiro momento, foi utilizada uma tática de confrontar essas práticas, que trouxe consequências.

Comecei a sofrer uma retaliação muito forte por conta de alguns diretores do sindicato. Manifestações ameaçadoras, por exemplo 'vou te matar 'viadinho', cuidado comigo' isso no meio das reuniões de diretoria, o coordenador falando comigo.

Começou, então, um período considerado por ele o mais difícil de sua vida, passando por episódios posteriormente diagnosticados como de depressão. Afirma, atualmente, que não identificava com clareza isso, contando que foi um processo em que foi ficando cada vez mais desinteressado, decepcionado, recorrendo ao uso de drogas.

Outros processos me levaram a crises, mas não necessariamente a um processo de adoecimento. Esse, apesar de ter durado pouco,

alguns meses, em toda a minha vida não tinha me visto tão pra baixo assim.

Para contrastar essa fase, Carlos relata que no movimento estudantil, a chapa que montou para as eleições do DCE era chamada de “*chapa dos viadinhos*”, mas isso não o afetava, pois isso foi visto como uma questão política dentro da chapa, inclusive entre outras pessoas que não eram homossexuais. Foi uma bandeira assumida coletivamente.

Já no movimento sindical foi diferente: a única mulher da chapa do sindicato, Alessandra, chegou a ser chamada de *piranha*, *prostituta* e ele de *viadinho*, *bicha* etc. e isso passou a fazer muito mal também pela omissão dos demais companheiros da chapa.

Com o tempo, as práticas homofóbicas passaram a se tornar cada vez mais recorrentes no cotidiano da diretoria.

Por exemplo, botei meu nome para participar de alguma coisa e as pessoas declararam votos que não iam votar em mim porque eu era gay e a base dos trabalhadores era contra gay (...)

Essa situação vivenciada por Carlos traz um exemplo concreto do que foi discutido no capítulo um, da importância de relacionar as lutas reivindicatórias por uma luta mais ampla, de ruptura com a lógica capitalista que reproduz a opressão das mais diversas formas. No sindicato que Carlos pertencia, vemos outra situação.

(...) Então uma declaração de votos homofóbica. Era uma coisa muito sofrida, muito antagônica. Como as pessoas tão ali lutando pelos trabalhadores e tão oprimindo os camaradas? Foi uma coisa bem difícil, mas a cultura não é ali reproduzida. Não é ali aquele grupo que tá fazendo... vem sistêmica externa, vem ali de dentro pra fora, de fora pra li. Tá reproduzida e viva ali.

Ainda na relação com o capítulo um, Carlos traz, em sua fala, os impactos da conjuntura sindical em seu caso:

Então hoje a base tá completamente fora das decisões da diretoria. Então isso cada vez mais enfraquece, me enfraquece. Porque isso nitidamente, se colocado para uma avaliação mais ponderada pela base, deveria rechaçar esse tipo de conduta dentro do sindicato. Mas uma vez que hoje não existe uma relação da participação da qualificação e da participação da base nas decisões do sindicato, então nos fragiliza também nesse processo. Ou seja, a gente não contaria com o apoio da própria base. Visto que, se por acaso esses diretores violentos fizerem uma assembleia e defenderem a posição deles é possível que eles ganhem a defesa (...) Então isso também fragilizou muito a gente, a gente se sentiu mais isolado ainda porque... pela caracterização, característica do movimento sindical.

Carlos explicita, assim, um desamparo significativo. Quando os amigos vinham dar algum suporte, relata que não sentia-se apoiado diante da forma que o caso era abordado, em que as pessoas colocavam o tempo inteiro ser um momento difícil já que ele era homossexual. Sentiu-se muito exposto, uma coisa de cunho íntimo sendo debatido publicamente de uma forma muito personalizada, o que fez com que algumas vezes chegou a sentir-se mal por ser gay, algo que diz sempre ter facilidade de lidar desde jovem.

No meio desse processo, Carlos e mais dois que estavam também assumindo esse confronto, escreveram uma carta denunciando tudo que estava acontecendo e a partir disso, a própria diretoria decidiu que esses que assinaram a carta deveriam ser afastados da diretoria por seis meses.

A Alessandra logo entregou a carta de renúncia e eu e Lucas a gente ficou esperando o tempo acabar e vamos ver o que que a gente... bom, o tempo acabou e eu e o Lucas recebemos uma carta que o tempo de punição havia acabado sendo que a nossa decisão era de que não havia saúde... não havia possibilidade de nenhum de nós voltarmos por conta da continuidade do clima de violência, de assédio, de ameaça. Então a gente decidiu não retornar por questão de segurança.

Com isso, retorna para seu local de trabalho. Quando questionado sobre

como é sua relação com o trabalho:

Onde eu trabalho são engenheiros, geólogos, geofísicos, classe média alta. Poucos são provenientes de classe baixa, e o pensamento prepondera o pensamento reacionário. Então, no trabalho, no meu local de trabalho eu tenho grande dificuldade de me relacionar. No começo eu tentei, me esforcei, conversar... com algumas pessoas eu... essas conversas acabaram em discussões. Então, hoje eu só converso com as pessoas que abriram brecha para um espaço de diálogo. (...) Eu vou pro chão de fábrica, eu tenho muito mais facilidade de conversar.

O período é marcado pela dificuldade tanto de se relacionar com a luta, como com a questão do trabalho.

Então são duas fotografias completamente diferentes: eu entrando no sindicato com os hormônios sindicais ebulindo e eu saindo de lá completamente... que cada vez que eu pensava na questão me gerava algum processo que remetia àquele processo de sofrimento.

Acrescenta:

Eu sabia que estava tendo um desgaste pessoal, tava sentindo que tava ficando diferente, quando ia para a base, fazer trabalho sindical, eu achava que todo mundo achava que eu era ali o viadinho do movimento sindical, e comecei a me recuar mais na minha militância.

Nessa fase difícil que passava, começou a pensar que seria importante fazer terapia, mas adiava pela própria compreensão que tinha de terapia – voltada pra burguesia. Passou um tempo nessa resistência até que foi.

Segundo Carlos, a psicóloga diagnosticou seu caso como depressão leve. A terapia foi o momento de discutir questões de sua vida, dentre elas a sua sexualidade, e alega que teve que trazer muitas coisas de seu percurso da militância, e se via explicando para ela cada uma dessas fases, sendo um momento importante de colocar em análise a sua própria militância. Esse momento que inicia a terapia, opta por afastar-se do movimento sindical, e

debruçar-se no trabalho.

Na retomada cheguei a passar por um processo de assédio moral intenso que foi o meu chefe querendo saber o que aconteceu no sindicato, que eu tava desapontado, ao mesmo tempo dizendo que a princípio não me daria um trabalho mais pesado porque não sabia se continuaria lá ou não (...) você fica ali sem trabalho e começa a ser tachado como resquício que veio do movimento sindical e agora não tem nenhum trabalho, não tá fazendo nada...

Hoje, sente que se recuperou, já afastado do sindicato há três anos. Carlos encontra-se atualmente em três empregos (na empresa, que trabalha das 7h às 18h todos os dias, e em duas instituições de Ensino Superior, que dá aula das 19h às 23h). Sua militância atualmente está mais relacionada com o movimento LGBT. Sobre o retorno a luta sindical, diz:

E como se dá a volta nesse processo? Não ocorreu. Ocorreu [o retorno] de forma muito tímida, participei de algumas assembleias, participei de movimentos, houve minha participação, mas tá sendo um processo em andamento. A gente retomou alguns grupos, conversas com grupos antigos do sindicato (...) Até mesmo esse novo grupo eles praticam talvez... compartilham talvez a mesma ideologia opressora? Sim, mas nesse meu caso foi muito educativo para eles, e não para a diretoria do sindicato. Então para esse grupo que a gente vem formando, essa questão foi muito educativa. Então reformulou muito a atuação de cada... dos militantes que tão dispostos a tentar criar uma alternativa que passe não necessariamente pela questão das eleições, mas para a consolidação de um grupo com material, com ação na base, participação na CIPA²³, de um grupo alternativo que venha debater prática e vida sindical lá no local de trabalho.

Sobre amigos e família, Carlos fala muito pouco durante a entrevista. Quando perguntado de forma direta, conta um pouco o cotidiano com amigos e família e como relaciona com seu cotidiano de militância.

Com relação aos amigos, conta conviver bem com amigos não militantes, que “vão a baladas e compram cuecas de 40 reais”. Diz que, com o tempo, foi aprendendo a estabelecer uma relação de troca: ele conseguir, por

²³ Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

um lado, aproveitar algumas coisas da vida que não estão dentro do cotidiano da militância, mas também conseguir apresentar para esses amigos outras realidades da vivência enquanto militante, ou discutindo algum fato que está sendo comentado, fazendo um debate político.

Sobre a família, Carlos inicia falando

Com a questão com a militância e a família, tem o total apoio.

Conta que sempre houve um certo senso crítico, tanto de sua mãe como de seu pai, mas nada muito politizado. Contou que seu pai participa de fóruns da internet para discutir algumas questões, entre elas sobre a corrupção, ficando em dúvida ao definir se o pai poderia ser considerado um militante ou não.

Meu pai sempre manda vários materiais dentro da comunidade dele (...). ele tem alguns contatos em Cuba, então repassa alguns e-mails dos contatos de Cuba que ele tem. Apesar de não ser uma família militante, eles não são... aí que tá... meu pai é militante? Na concepção de militância? Eu acredito que sim, mas é aquela coisa que não é, é aquela militância que não é organizada, então acaba se dissipando. Mas contribui? Contribui.

Essa discussão sobre o que é a militância aparece muitas vezes na fala de Carlos, mostrando ser uma questão importante para ele no momento em que vive.

O que eu sinto, que eu acho que falei bastante, só para dar uma ênfase maior... é que como você acha que por você ser um militante você não vai sofrer por questões, por depressões, por saúde mental, por questões que você tá acostumado a lidar. Então... nesse sentido eu friso que a militância tem que ser não só de estômago mas de coração, tem que ter paixão, tem que ter vida, tem que ter amor na militância, senão o processo acho que não é verdadeiro. E eu sempre tentei em muitas etapas dessa vida de militância tentar ser a pessoa mais segura, mais dura, mais convicta, para poder mostrar firmeza para

outros estudantes ou para outros trabalhadores, no movimento sindical. Mas será que um dirigente tem que ter essa postura? É necessário tanta essa dureza? A gente pode ser duro e terno ao mesmo tempo. Acho que esse é o recado aí.

Nesse instante, falo “é...Che”²⁴, e ele responde:

É, esse velho recado (risos)

4.1.2. Fred

Fred tem 48 anos e nasceu em Petrolina, Pernambuco. Sua militância é marcada por vários inícios, dependendo do que se considera por ser militante. Chama de “militância em si”, quando tinha 14 anos, e participa da luta pela meia passagem de ônibus de sua cidade (Petrolina). Nesse dia, Fred diz ser “batizado” por um policial em uma manifestação:

Eu tenho uma marca na testa até hoje que a polícia deu bem em cima da minha testa, fui batizado e de lá até hoje sempre estou na militância, qualquer coisa que tenha aí eu estou dentro.

No entanto, outro início apontado é quando Fred apresenta duas características que recorda existir desde criança. Uma delas é o senso crítico, citando principalmente a forma que contestava questões religiosas muito presentes na sua educação;

Mas o senso crítico vem desde criança mesmo. Desde as questões religiosas, que tenho uma crítica muito forte, a minha mãe me colocava para fazer a catequese e eu queria entender as coisas que era mostrada no livro, achava absurdo algumas coisas, né. Aí ficava de castigo de joelho em cima das pedras, que era o castigo que eles davam. Então essa questão de contestar, de não aceitar os fatos, vem

²⁴ “Há que endurecer sem jamais perder a ternura.” - Frase famosa de Che Guevara, citado em “Mi amigo el Ché” - Página 11, de Ricardo Rojo - publicado por Jorge Alvarez, 1968, 2. ed. - 266 páginas

desde criança.

Outra característica apresentada por Fred é o “pensar coletivamente nas coisas”, citando o time de futebol que organizou quando era criança, em que encabeçou a lista para comprar uniforme.

Três garotos: eu, o Jorge e o Antonio , e a gente conseguiu comprar o uniforme. É uma militância, de qualquer forma é uma forma de você vir desde criança pensando coletivamente nas coisas.

Chama de “militância mais política” quando esteve próximo a um Partido, que diz ter interrompido após se frustrar com esta organização, passando a militar pelo voto nulo.

Em Petrolina sempre organizou discussões, teatro, e outras atividades junto com outras pessoas. Trabalhou por muito tempo como cobrador de uma grande rede de loja de móveis e eletrodomésticos. Sua função era ir à casa das pessoas que não pagaram as prestações e cobrá-las. Fred alega ter uma outra abordagem e fala com orgulho que nunca teve que retirar nada, que sempre negociava os juros e, visto a disposição de Fred em ajudar, as pessoas sempre davam um jeito de pagar. Fala isso em comparação aos outros trabalhadores que ameaçavam retirar o móvel das pessoas.

Então isso, quando eu vim pra cá também, foi essa coisa de não se deixar explorar e nem deixar explorar os outros.

Chegou em São Paulo em 84,

Olha, eu vim duas vezes: vim e voltei. A primeira vez foi a passeio, e terminei ficando.

Era no auge da campanha de Jânio Quadros, e fez campanha, já que

toda a família alegava que representava mudança. Depois, alega que viu o desastre que foi e se afastou um pouco da militância, ficou mais envolvido com o trabalho. Embora não estivesse ativo politicamente, diz que “nunca deixava ser explorado” pelo patrão, e por isso logo que entrava já procurava sindicato, se juntava com as pessoas, até ser mandado embora. Assim, trabalhou com várias coisas: repositor de supermercado, camelô, cobrador de ônibus, entre outros bicos. Como cobrador de ônibus foi vítima de muitos assaltos, e no último teve um canivete colocado em seu pescoço. Foi quando decidiu largar.

Em três meses fui assaltado quatro vezes. É... três meses, fiquei três meses. Na quarta vez, o cara vinha sentado do meu lado, conversando, de boa. (...) Daqui a pouco, o cara quando tá chegando perto do ponto final o cara coloca o canivete na minha garganta e diz 'ô, dá o dinheiro. Você é um cara bacana, um bom papo, mas me dá a grana'. E você não podia é, como que diz... eles queriam cobrar seu. Os caras lhe assaltavam e ainda queriam que você pagasse para a empresa o dinheiro que foi assaltado.

Em 88, volta para Petrolina para ajudar um amigo da época que participava das greves e movimentos na época que era jovem. Este amigo foi até São Paulo convidá-lo para construir a campanha junto com ele.

Porque com essas coisas da loja, eu fiquei muito conhecido. Já era, né, e fiquei mais ainda. Porque meu pai era sapateiro, trabalhei na sapataria com meu pai até certo tempo e vendia na feira. (...) Jogava futebol, lógico, e você fica mais conhecido ainda. E essa questão do grêmio das escolas, e minha mãe também, pessoa muito conhecida. E fui lá fazer esse trabalho político com ele, e foi um trabalho muito bom, porque a gente foi fazer enfrentamento com os donos da cidade, né.

Fizeram, durante a campanha, grande enfrentamento com uma família poderosa da cidade. Fred recorda de vários episódios de exploração e abuso de poder nessa família, que entrou em contato durante a campanha em que foi feita realizando um trabalho importante para a cidade de denunciar essas práticas.

A campanha teve uma repercussão grande, e a diferença de votos ao final foram 128 votos, em que mais de um milhão de pessoas votaram, com suspeitas de fraude.

Então, quando foi de manhã, eu ia sair e recebi o convite ilustre que eu tinha que deixar a cidade. Porque eu era filho da minha mãe, que se não teria ficado por lá mesmo. (...) eu vim de 88 pra cá com a costelinha quebrada pelo aviso e dizendo: 'se você voltar você fica'. Fui no diretório, procurar saber dos caras 'nós vamos ficar, vamos denunciar?'. Aí os caras 'é melhor um militante covarde vivo que um militante herói morto, né. É melhor você ir... '.

Volta, então, para São Paulo e começa a trabalhar em uma fábrica de móveis, e se ligando ao sindicato dos marceneiros começa também a se aproximar da militância partidária. Depois de uma grande frustração com esse partido, se afasta novamente da militância.

Em 92, muda para o bairro do Jardim Pantanal²⁵ e vai trabalhar em uma loja de discos, sem fazer nada político. Dois anos depois, como Fred relata

Em 94, logo depois da copa do mundo, eu tive uma pneumonia. Aí o médico me deu dez dias em casa, e disse que tinha que fazer caminhada. E eu fui caminhar pelo Pantanal. O que eu vi... aí o negócio despertou de novo...e vem de novo o vírus da luta, que não dá pra ficar assim.

Fred se impressionou ao ver as crianças que conheceu quando se mudou usando drogas e, ao observar o interesse geral pelo futebol, começa a organizar um time com a juventude. Diz que é assim que volta a militância. O time foi mais um exemplo de organização de um coletivo: tudo era discutido e votado juntos, e todos participaram desde a construção da chapa até a

²⁵ No anexo 3 é possível ler uma reportagem da Brasil de Fato que caracteriza um pouco a situação deste bairro. A compreensão dessa realidade contribui para a compreensão da complexidade do caso. A importância de caracterizar o local de militância foi citada e autorizada pelo entrevistado e a escolha deste canal de mídia ocorre por compreender que traz uma versão mais aproximada da versão dos movimentos.

construção do time (o nome, o uniforme, as regras). Para poder jogar, teriam critérios: proibido chegar bêbado ou usar drogas na semana do jogo, brigar ou ir armado para o campo também era punido. Em dois anos de time foram 36 troféus, com jogos em outros Estados.

Em 95-96, começou a organizar um espaço cultural do bairro e mudou de trabalho. Com isso, não conseguiu se dedicar como técnico e disse que depois que saiu, o time desandou, tendo até um dos meninos assassinado em campo.

Eu não tinha tempo. É aí onde começa você... como se diz? As coisas gostosas, eu fui parando de fazer aquelas coisas bem gostosas que era o futebol, o barzinho com os amigos, a família, a questão da vai ficando mais de lado e você se encabeça numa organização como foi o espaço cultural

Quando começou a participar desse espaço começou também a se envolver com outros movimentos, e diz que é quando começa a entender um pouco de política geral, fazendo reuniões da frente de esquerda, com partidos e movimentos. Em 97, organizou a ida de 3 mil pessoas, moradoras da região em que atuava, para o Palácio dos Bandeirantes, onde ocuparam durante o dia.

Em fevereiro de 98, saiu o decreto para derrubar as casas da região em que morava e lutava. Assim, foi um período de intensificação das lutas e, por consequência, da rotina de Fred que, ao listar os fóruns que participava, passa a fazer até cinco reuniões no mesmo dia. O espaço cultural era um dos espaços que mais ocupava tempo.

E o pessoal queria transformar de fato o espaço cultural já em uma ONG. E era uma discussão que a gente fazia - 'não, a gente quer uma organização onde caiba todo mundo, que não tenha só um que

manda...’ - Aquela coisa que então dava um trabalho da gota. Aí nós fizemos no espaço cultural uma carta de princípios para que as pessoas que quisessem fazer alguma coisa não tivesse acesso, né. Era uma forma da gente se precaver e não fechar as portas. Então as pessoas podiam participar, só não podiam decidir. As decisões era do pessoal de lá. Então tinha o conselho eleito, e o conselho ele tinha como objetivo: ele discutia, deliberava e fazia.

O espaço cultural ganhou um terreno, e para construir a sede precisava organizar a questão financeira, e com isso teve que preparar o estatuto. Relata que foi um custo conseguir oficializar, pois não queriam fazer da forma tradicional, com formato hierárquico (presidente, vice presidente etc). Em 98, foi eleito administrador do espaço cultural, tendo ajuda de custo para fazer as tarefas.

Dentre esses diversos espaços políticos que frequentava atividades, reuniões etc., passou a participar de um grupo que foi convidado, chamado Brás Cubas, cujo projeto se encerrou com uma ida a Cuba. O grupo começou com 85 pessoas e terminou com 44 que foram a Cuba a partir de campanha financeira organizadas coletivamente. Também tiveram formação política com Antonio Candido, Plinio de Arruda Sampaio, Emilia Maricato etc.

Quando retorna de Cuba, em 2001, começa também projetos de mutirão para organizar a sede, em que na própria construção do movimento se discutia como deveria ser feito. Ele e outras pessoas acreditavam na importância da sede ser construída em conjunto.

E algumas pessoas trabalhava contra, achava que tinha que pedir dinheiro para banco, para esses negócios, para contratar pessoas para fazer, tinha uma visão diferenciada. E isso tomava um tempo...

Conta, então, das dificuldades vividas nesse período, em que passou noites sem dormir, iniciando um processo de desgaste.

Então na época do espaço cultural. Teve uma mulher que em 2001 também, assim que eu cheguei de Cuba, teve uma mulher que era tesoureira de lá e ela passou a mão em 4 mil reais, naquela época, e falsificou minha assinatura dizendo que tinha dado o dinheiro pra mim e isso foi caso de polícia. (...) foi coisa de louco assim, todo o pessoal que participava do espaço cultural foi na frente da casa da mulher bater panela.

Fred narra estratégias do próprio movimento superar esse desgaste, como as confraternizações, e o fórum de formação política do movimento urbano local, do bairro, reestruturando a frente de esquerda que havia na região, que antes estava composta por 32 entidades, que se comprometiam em diferentes níveis com as discussões, e num processo de ruptura reduziu, então, para cinco.

Nesse período iniciou processos intensos de lutas locais, dentre elas o processo de colocação de luz e de água, que conta de forma entusiasmada, mas também relatando o desgaste vivenciado.

Em 2002, Fred começa a entender a luta de outra forma, sentindo necessidade de participar de organizações mais amplas já que via que as questões locais estavam de certa forma articulada com problemas de outros locais. Logo em seguida passa a participar de um movimento nacional por moradia, para além do movimento organizado localmente. No mesmo período sai do espaço cultural, que estava difícil de construir.

Fred sai do espaço cultural em novembro e, em um mês depois, o espaço cultural fecha. Foi criada uma ONG no bairro, com dois irmãos que são herdeiros do terreno atualmente ocupado pelos moradores locais. É contratado pela assistente social local, que chama Fred para trabalhar na ONG como agente social. Estava desempregado e, discutindo com algumas pessoas do bairro, avaliaram que poderia ser algo interessante. Depois reavalia:

Foi uma desgraceira , porque a concepção nunca foi a mesma, né.

Em 2003, foi contratado para ser agente social em saúde e fazer um projeto que discutiria desde meio ambiente a questões de prevenção da AIDS, projeto de mulheres etc. Tinha vários projetos, mas todos foram negados. Colocam para trabalhar com a psicóloga em um grupo de idosos:

Pensando que ia me ferrar, me colocou [o dono] para trabalhar com a mulher dele e os idosos. Ele não sabe o presente que me deu. Foi dois anos trabalhando com o grupo de idosos, foi muito bom, aprendi muito. A gente fez coisas maravilhosas, inclusive organizamos uma manifestação aqui na prefeitura com os idosos, três ônibus cheios de idosos e os familiares, na prefeitura.

O processo na ONG sempre foi muito desgastante e dificultoso, e Fred sofria por ser um espaço profissional. Um exemplo disso é quando colocam ponto, e Fred se via sempre tendo que discutir e “se humilhar” quando tinha um compromisso da militância do bairro.

Começa a militar novamente em Partido, e entra em conflito com alguns moradores que não conseguiam enxergar relação nas atividades que fazia nacionalmente (Fórum Social Mundial, reunião do movimento em Goiás etc) estava diretamente ligado com o que fazia na região, refletindo em um discurso de “melhorar primeiro aqui no bairro, depois ir pra outros lugares”. No entanto, começa também a se juntar com algumas pessoas da região e organizar formação política em conjunto com elas.

Tudo aconteceu de 2001 a 2004. Foi quando o movimento teve reconhecimento da população, no período do espaço cultural e a ida a Cuba. Noites sem dormir, reuniões várias por semana, a candidatura em 2008,

pressão do movimento, trabalho, prefeitura, comunidade local... uma série de desgastes, sobretudo pelas questões da ONG.

E quando eu vi, eu tava lá dez dias em cima da cama.

Relata que a última participação efetiva que teve foi no Rio de Janeiro, que também foi muito difícil para ir, chegando ao ponto de brigar com a coordenadora da ONG.

Eu fui para ouvir, mas estava pisando fora do chão.

Já em um estado grave, sem conseguir passar perto da ONG, pede para sair de lá. Mais de um ano depois, ainda passava por lá e vomitava. Fred buscou profissionais de saúde (psiquiatra e psicólogo), passou pela perícia do INSS e então iniciou uma fase mais voltada para os cuidados com a sua saúde, que contou com a colaboração de sua mulher, sempre ao seu lado.

Fred mudou recentemente para outra cidade, no litoral Paulista, começando um novo período de sua vida, agora longe do trabalho na ONG, vendendo salada de frutas na praia e começando um movimento político na nova cidade, que Fred já enxerga bastante problemas. Continua indo para São Paulo, sendo atendido pela mesma psicóloga e o mesmo psiquiatra. Ao final da conversa, o telefone de Fred toca. Do outro lado, é o diretor da escola da cidade, convidando para uma reunião para discutir a questão da moradia. Fred ri e diz

Olha, tá começando. Tá começando, isso é ótimo!

4.2. Discussão:

Para iniciar a discussão, partiremos da concepção de militância dos entrevistados. Carlos, quando questionado o que é militância, responde que de certa forma todos somos militantes nessa vida, pois de alguma forma estamos lutando para sobreviver. No entanto, continua, um “militante” é aquele que faz isso coletivamente, organizado em alguma instância.

Para Fred, ao relatar quando começou a militar, aparece em sua fala a militância tanto como o fato de ser crítico, como também a ideia de fazer em coletivo, ambos exemplificados com situações da infância. Além disso, a “militância em si”, a militância tanto no passe livre como a militância partidária.

Assim, a partir dessas e outras falas, para facilitar a discussão sobre concepção e prática de militância, a princípio será dividido a militância enquanto atividade concreta, de agenda e rotina de um militante organizado em um ou mais coletivos; e a militância enquanto visão de mundo, algo que vai para além dos coletivos que compõem. Essa divisão deve ser tratada aqui apenas como um recurso analítico por compreender que, em alguns momentos, ela acaba acontecendo na prática militante, mas não de forma clara e delimitada. Não se trata aqui, tampouco, de uma divisão entre algo que é de ordem objetiva e algo que é de ordem subjetiva.

4.2.1. Concepção e tarefas da militância

Não consigo ter um meio termo entre militar e vida pessoal. É como se fosse ‘ou tudo ou nada’. e agora eu tô no ‘nada’. E eu tô chateado comigo mesmo (ou algo parecido com isso). É como se houvesse uma cobrança por minha parte pra que eu militasse²⁶

²⁶ Um acaso interessante: no período em que escrevia este capítulo, um amigo que não estava muito bem veio falar comigo sobre suas dificuldades.

Partimos, aqui, da ideia da militância enquanto algo intrínseco às condições de vida e à concepção de projeto de mundo do sujeito. Nesse sentido, essa militância é algo maior do que estar organizado em um movimento ou Partido, e não diz respeito a tarefas objetivas que lhe é atribuído. Trata-se de posicionar-se enquanto sujeito crítico a essa sociedade, e resistir à forma como ela está estruturada quase deixa de ser uma opção, para tornar-se condição ou princípio de sua existência.

Carlos, com relação a isso, diz:

militamos a partir do que sentimos na pele,

Além disso, complementa:

não dá pra sair do buraco. O buraco tem que ser fechado e a gente tem que sair do buraco em conjunto. Não existe saída individual pra isso.

Com isso, atribui a militância como única alternativa de mudar a condição de vida. Fred, no mesmo sentido, afirma:

a militância em si.. eu não consigo ficar um dia sem falar de política

Para além dessa concepção, tanto Fred quando Carlos organizam-se em coletivos e participam de espaços políticos, que acabam fazendo com que se envolvam com uma série de atividades.

A militância enquanto atividade seria formada pelas tarefas organizadas coletivamente em alguma instância (movimento(s) e/ou Partido). Essas tarefas

baseiam-se tanto em coisas simples e cotidianas (como uma reunião ou elaborar algum panfleto) a tarefas mais complexas, como uma ocupação de terra, que dura dias, ou até mesmo uma situação de enfrentamento direto com a polícia, em que o risco de vida é iminente.

Dentro desse contexto, o que há de comum entre os entrevistados é a situação de se deparar com uma incontável quantidade de tarefas. De fato, se partirmos do entendimento de que se trata de uma luta para transformar a realidade, enquanto ela se sustenta como está, são inúmeras as atividades e os desafios colocados cotidianamente.

A gente não pode extrapolar. Se fizer que nem eu fiz, vai ficar doente. Não aconselho ninguém a fazer do jeito que eu fazia. Deixar tudo de lado e pegar por exemplo, desde uma... agora mesmo, nesses tempos, se for contar todas as frentes que eu estava de atuação, é assustador. Quer enumerar aí, ó?

Fred enumera os espaços que frequentava, contabilizando dezesseis espaços políticos. E acrescenta o fato de ser chamado para participar de eventos enquanto “representante da comunidade”:

Teve dia que eu saí 6h de casa e meia noite e meia estar chegando e ter participado de cinco a seis eventos no mesmo dia.

Esse desgaste, presente na fala de Fred é físico: a falta de sono, a má alimentação, o excesso de atividades provocando dores no corpo – Fred relata que durante um determinado período houve um problema no joelho, de tanto ter andado, no período de instalação da luz na região. Além disso, existe um esgotamento mental, que podemos ver diretamente relacionado com o

processo de adoecimento dos entrevistados.

Quando vivido de forma pontual, é possível passar por esse desgaste e depois ter um período para recuperar e voltar para a militância. No entanto, durante um processo intenso e contínuo, como esse vivenciado por Fred, sem perspectiva de períodos de repouso, observa-se a um grau de esgotamento significativo.

Um aspecto interessante é que o trabalho remunerado de Fred, na ONG, estava relacionado com a sua militância, mas com uma concepção diferente, como afirma. Considerando isso, poderíamos articular esse processo de esgotamento com o denominado “Síndrome de Burnout”, caracterizado da seguinte forma:

“No esgotamento profissional ou burnout, a crise ocorre diante do desmoronamento não apenas de uma visão idealizada de si mesmo e de uma missão (como dizia Freudenberg), mas também pela percepção de que foi abalado o caráter ético que dava sentido às atividades realizadas. Esse aspecto é especialmente visível quando se trata de um trabalho de natureza social, por exemplo, no ensino, na saúde e na assistência social” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241).

Em 1999, essa doença foi reconhecida no Brasil como um transtorno mental relacionado com o trabalho. Desenvolveremos um pouco mais esse tema ao tratar do processo saúde e doença.

Carlos, por sua vez, traz uma outra questão com relação às tarefas:

A gente sabe que pra você militar com eficiência você precisa de uma organização, precisa ter camaradas da sua organização que pensem numa estratégia, que pensem em uma tática política, reflita sobre a conjuntura, sobre o momento... isso muito das vezes torna um protocolo burocrático e acaba tomando aquela cultura de tarefas, que não acho que esteja errado, mas fica um excesso de protocolo, que muito das vezes eu não respeitava esse protocolo, não me sentia a vontade em praticar esse protocolo.

Essa fala aponta algo presente na militância que merece atenção: o acúmulo de tarefas, muitas vezes, ocorre de uma forma que acaba afastando cada vez mais da perspectiva de transformação social, se atendo a um caráter “tarefista” e “movimentista”²⁷. As incontáveis reuniões muitas vezes não fazem sentido não pela falta de compreensão do militante, como Carlos, que “não sentia vontade”, mas pela própria atividade em si se distanciar da perspectiva militante, podendo levar, inclusive, a uma prática alienante, contraditória diante da própria proposta da militância.

Carlos traz um grande conflito referente a essa conciliação de sua concepção de militância com as tarefas exigidas. Uma relação interessante que faz é a “militância de estômago” e a “militância de coração”, definição que perpassa a conversa várias vezes. “Militância de estômago”, para Carlos, é aquela militância mais rígida, endurecida.

Olha a cultura militante que a gente alimenta, desde o movimento estudantil, do jovem que tem que ser o jovem aguerrido, que conversa com as forças... a gente começa desde cedo já disseminando essa cultura da burocratização...

Assim, apresenta uma grande dificuldade de lidar com uma militância que dê mais atenção às tarefas, dissociando o lado “vivo” da proposta. Esse lado mais “vivo”, Carlos define como “militância de coração”, em que aparece um aspecto mais sensível a questões cotidianas, a forma de posicionar-se no mundo.

O percurso de sua militância é marcado por uma reflexão constante de como conseguir implementar isso, considerando que a “cultura militante” (termo que utiliza) predominante é a da “militância de estômago”. Carlos, mesmo que traga em seu discurso uma compreensão de que essa forma não é

²⁷ Expressão utilizada por estes e outros militantes

interessante, mostra dificuldades de romper com essa lógica, de colocar em prática outra forma de militância.

Por exemplo, conta que logo nas primeiras reuniões que participou do sindicato começaram a aparecer coisas bem conturbadas. Toda reunião “voava cadeira” e tinham xingamentos, ofensas. Falavam que isso era normal e que fazia parte da dinâmica do movimento sindical. Sua postura diante desse cenário era de buscar-se adaptar a isso.

Eu sempre tive a sensação de que o militante, por saber já quão dura a vida é, deveria estar acostumado com essas coisas – vivemos com conflitos policiais, derrotas políticas como eleição de chapa de DCE, sindicato etc.

Assim, há duas hipóteses possíveis de serem apresentada frente a esse processo de “endurecimento” da militância. A primeira, é que talvez esse processo de naturalização possa ser uma forma de o sujeito se proteger de não ter que implicar com os próprios incômodos que o levou para a militância em um primeiro momento e até mesmo conseguir enfrentar as dificuldades que essa atuação traz (como os enfrentamentos com a polícia).

Assim, quando Carlos fala sobre o “militante aguerrido” e “acostumado” com as violências, falaria de um militante que não se deixasse abalar e ser afetado por isto de uma forma ruim. No entanto, essa própria proteção poderia servir como armadilha para o militante e para o movimento, considerando que o significado de sua militância está, justamente, em transformar essa indignação em luta, em movimento para combater as diversas violências.

Uma segunda hipótese a partir dessas falas é que essa chamada “militância de estômago” refere-se à própria reprodução da cultura hegemônica na dinâmica interna do movimento. Carlos traz isso a partir da sua experiência

no movimento sindical.

Percebi que existia uma cultura muito protocolar de uma militância. Um certo padrão, uma certa... que talvez não seja a cultura da organização em si, mas a cultura mesmo hegemônica da sociedade que você tem que falar firme, tem que falar igual macho, tem que falar com voz grossa... heteronormatividade, machismo... então, é uma lógica que não é pensada pela organização mas é reproduzida por ela. Então eu vejo que os espaços de direção eram machistas, a minoria eram mulheres, não tinham gays, as mulheres tinham que falar grosso...

Dessa forma, mesmo os movimentos que se reivindicam classistas, com uma perspectiva revolucionária, se não atentarem a aspectos da vida social (sobretudo a questão das opressões, no caso de Carlos), propondo outras formas de se relacionar com os outros, acabam por não conseguir romper com a cultura hegemônica, causando uma grande contradição dentro do movimento.

Sobre isso, Reich pontua, no livro “A psicologia das massas” (2001):

“O fato de dominar os problemas sociais da vida cotidiana proporcionará um entusiasmo invencível às massas humanas agora envenenadas pela reação. É indispensável estudar esses problemas, detalhada, concreta e objetivamente, pois isso assegurará e acelerará a vitória da revolução. E não me venham agora objetar que tais propostas são utópicas. Somente esgotando todas as possibilidades de um modo de vida específico de democracia do trabalho, assumindo uma posição militante contra o pensamento reacionário e desenvolvendo militantemente a semente de uma cultura viva das massas humanas é que a paz duradoura será assegurada.” (p. 66)

Pensar em uma “militância de coração” (utilizando-se do termo que Carlos apresenta em seu discurso) pode ser entendido como compreender que não se pode dissociar as tarefas cotidianas e gerais com os princípios da militância. Romper com a lógica hegemônica, dessa forma, passa por romper radicalmente – em sua raiz – com valores produzidos e reproduzidos para justificar o sistema. Trotsky (2009) já anunciava isso quando apontava a necessidade de conhecer o modo de vida cotidiano:

“Serão precisos anos ou decênios para escorraçar essa mentalidade do seu último refúgio – o modo de vida individual e familiar – e para remodelá-lo totalmente em um espírito coletivista.” (p. 29)

Assim, existe uma prática militante que está no âmbito das tarefas, referentes ao período em que se está dentro do sindicato, em um ato etc., mas existe uma prática militante que extrapola esses momentos e que significa pensar e colocar em prática outro modo de vida, outra forma de se colocar enquanto sujeito no mundo.

No entanto, assumir essa militância cotidiana não é nada fácil, visto que entra em confronto com uma “cisão” colocada quando o sujeito assume para si uma postura de esquerda em sua vida. Essa “cisão” é uma prática relativamente comum, que leva um militante a separar o que é a sua “vida comum” e a sua “militância”, como se fossem duas vidas distintas. É o que acontece com Carlos, que inclusive passa a ter duas “identidades” – “Carlos”, como é conhecido entre amigos, familiares, em sua vida acadêmica (mestrado e doutorado) e vida profissional (na sala de aula e no local de trabalho); e o apelido que é chamado nos espaços da militância.

Um aspecto interessante de destacar na saúde dos movimentos é a própria forma que o militante compreende sua militância em relação a outras instâncias de sua vida (família, amigos, trabalho, por exemplo), aprofundando em conflitos que existem nessas relações. Ao mesmo tempo que Carlos, por exemplo, mostra um exercício constante de conscientizar as pessoas a sua volta, apresentando um debate político para aspectos da vida cotidiana, existe também um esforço de romper com essa lógica que está dada, de forma que a própria identidade “militante” já se torna uma ruptura com o que é hegemônico,

e assim já se diferenciando do modo de vida das outras pessoas.

As pessoas tendem a etiquetar quem é o militante: é o sindicalista, é um militante do movimento estudantil. Então, as pessoas que não tem a prática militante (...), eu acabo etiquetando também. Eu acabo quando me apresento pra psicóloga, ou pro meu namorado, eu acabo colocando de uma forma etiquetada também: olha, eu sou militante, sou comunista, e tal. Então o cara para assim, e... ‘calma aí’. Então, eu tenho dificuldade de colocar, tirar essa etiqueta, e colocar uma coisa mais cotidiana, mais palatável ao entendimento das pessoas que não sabem nem o que é militância, tem uma visão beirando o senso comum.

Assim, o militante vivencia uma constante contradição, que consta em viver o dia a dia como qualquer outra pessoa, que sente e sofre essas violências de nossa sociedade e, ao mesmo tempo, diferenciar-se dos demais ao ter uma concepção política que é contra hegemônica, que vai contra o que é comum, comprometendo-se com tarefas que objetivam buscar formas de romper e superar essa lógica dominante.

Essas preocupações em buscar superar essa “cisão” surge no processo de recuperação de sua depressão, quando passa a se dar conta de que ele mesmo assume essa “dupla identidade” em sua vida. Carlos sintetiza de forma muito interessante o aprendizado desse processo:

(...) então era uma coisa [o movimento estudantil] que pra mim era saudável, era buscar saúde. Militar era buscar saúde, era buscar uma refeição melhor, então militar para mim era saudável. Só que quando começa a pesar mais responsabilidade, trabalho, ou de família, ou de um monte de... coisas da vida, você começa a ponderar muitas coisas, assim. Entra muito mais elementos da sua vida que tá ali... ali foi uma fase, estudante, jovem... então tinha poucos elementos... elementos diferenciados de pressão e sobrecarga social dentro de você. Quando você tem um salário para cumprir, um salário para poder ganhar no final do mês, ou tem um filho para cuidar, então vem outros elementos que a militância acaba que... se você for pensar de forma dissociada, acaba por ser uma coisa que vai atrapalhar. Você acaba vivendo mais o que? A militância por interesses pessoais, as pessoas que militam para poder ter uma condição melhor, mesmo, tá ali dentro do sindicato, vai ter carro, vai ter acesso, telefone... acaba aflorando esse tipo de militância personalista, burocrática (...) por isso que as coisas não podem separar, porque...a militância vai ser contraditória com seus objetivos no trabalho? Não. Vai ser necessário, porque no ambiente de

trabalho você tá... a exploração tá sendo em você, você tá adoecendo no seu local de trabalho, então se você não incorpora a militância no seu grupo, no seu trabalho, na sua família, pratica essa militância viva com sua família, com o pessoal do seu trabalho, conversa com o trabalhador... você não quer conversar com a pauta do acordo coletivo do ano? (...) você conversa... 'ah, você tem uma filha? Você trabalha tanto aqui... Deve ser difícil você tá longe da sua filha tanto tempo, você viaja tanto...'. Então você acaba aproximando o debate, e o cara se tocando o quanto é negativa essa exploração, (...) o quanto ele se ceifa de tantas coisas da vida dele por conta disso então você acaba trazendo elementos mais próximos a ele do que tá fazendo um discurso da cartilha marxista (...).

Carlos hoje busca “misturar” os espaços, trazendo um pouco de sua vida militante para sala de aula e um pouco de Carlos para as instâncias da militância. No entanto, deixa claro que isso não é algo resolvido, e que constantemente se coloca a refletir se está agindo da melhor forma.

Uma hipótese possível seria entender que uma forma saudável de lidar com essas questões seria, justamente, de assumir esse movimento contraditório, entendendo que não existe uma equação, um equilíbrio possível de ser encontrado.

Para Fred, esse conflito entre a vida cotidiana e a identidade enquanto militante não se localiza exatamente na distinção entre ambos, mas talvez o oposto: Fred relata sua vida extremamente atrelada a sua prática política, apresentando dificuldades de estabelecer limites, permitindo espaço para outras coisas. Conforme conta seu percurso, cita diversas atividades que foi deixando de fazer enquanto intensifica a sua participação política. Quando conta do período em que estava ficando doente, narra a seguinte situação:

E eu bravo com a Rosa [esposa] porque ela desligou meu celular por uma semana e escondeu. E foi bem na época mesmo das enchentes (...) o pessoal ligando, querendo saber das coisas e ela desligou, dizendo: 'você vai descansar, você tá nessa situação...'. Aí, né, eu não queria saber, queria estar com o telefone ligado, queria falar das coisas. E daí ela falou 'não tem condições, cara, você não consegue mais...as pessoas não deixam você comer, não deixam você dormir. Ligam duas horas da manhã, três horas da manhã...'.

Para Fred, o período em que adoeceu foi um período de buscar lidar com isso. Assim, conclui:

Não adianta você querer parar. A militância, essa coisa do social tá no seu sangue. Ela não vai fazer mal pra você, essas coisas que você tem que fazer e que é do seu dia a dia. Agora tem que pensar em outras coisas: tem a militância, você tem que ter horário para almoço, tem que ter horário de passeios com a esposa... tem que ter limite. Então, eu tô trabalhando muito essa questão de limites. A militância em si, hoje ela me faz mais bem... você não sabe a euforia que eu tô de ir pra USP.

Dessa forma, podemos ver que a mesma hipótese para o caso de Carlos estaria presente no caso de Fred. É possível que não exista, afinal, uma receita exata de como lidar com o desgaste presente na militância. Dessa forma, a saúde estaria presente quando houvesse capacidade de lidar com esses limites.

4.2.2. Relação Indivíduo e Sociedade

‘compas’, quando eu estava subindo aquela escada para pegar a urna, sozinho e cercado de nossos inimigos de classe, senti uma coragem de quem não estava sozinho. E não estava. Estava com todos vocês, e nos próximos dias estaremos todos juntos rumo a essa vitória, que será da classe trabalhadora.²⁸

Essa discussão se faz importante por estar presente tanto no âmbito do movimento como no campo da psicologia, que se dedica a tarefa de pensar a subjetividade e a relação do indivíduo inserido na sociedade. Como vimos, na sociedade vigente o modo de subjetivação individualizante é hegemônico no senso comum e no campo das ciências humanas e da saúde. Mesmo o campo da psicologia social, Silvia Lane, referência desse campo da psicologia, apresenta da seguinte forma:

²⁸ Mensagem de um companheiro enviada por SMS durante as eleições sindicais em que havia outras quatro chapas de oposição.

“Em outras palavras, a Psicologia Social estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade” (LANE, 2006, p. 10).

Essa citação explicita uma cisão presente entre o indivíduo e a sociedade, ainda que aponte a sua relação. Essa é a concepção hegemônica que temos hoje, dentro e fora do circuito marxista. Ainda que busque aprofundar essa relação dicotômica, buscando pensá-la dialeticamente – no caso do circuito marxista, pouco conseguimos superar a ideia que existe algo do âmbito do indivíduo, privado e algo do âmbito coletivo, social.

A Psicologia vem explorando isso dessa forma, com diversas correntes teóricas que buscam conviver harmonicamente, sejam elas algumas voltadas para questões do “indivíduo”, sejam elas voltadas para questões do “indivíduo inserido na sociedade”. No entanto, pouco se vê assumindo integralmente o sujeito enquanto ser social.

As entrevistas, o suporte teórico e o próprio limite de tempo de pesquisa nos resguarda da possibilidade de aprofundar sobre esse tema bastante complexo. Ainda assim, nessa categoria de análise pretende-se compartilhar algumas hipóteses possíveis para futuras pesquisas.

As falas dos militantes entrevistados, de uma forma geral, foram voltadas para um fazer coletivo. O trecho abaixo, extraído da entrevista com Carlos, é um exemplo da compreensão da militância como uma ruptura com a lógica hegemônica que enaltece o individualismo:

(...) acho que hoje em dia essa... tá muito apagado, né, as lutas, os grandes movimentos populares... e hoje, assim, com esses novos movimentos na Europa, América Latina... nos países árabes, Norte da África... acho que acende também uma discussão mais importante que é esses novos movimentos que surgem, que vai todo mundo pra rua,

vai o dono da lojinha, o trabalhador, o cara super explorado... porque a pessoa sabe que tá falhando essa propaganda que vende que a gente pode tá lutando e melhorando... não dá, não dá pra sair do buraco. O buraco tem que ser fechado e todo mundo tem que sair do buraco, a saída é em conjunto. Não existe saída individual pra isso.

A militância carrega, em sua própria concepção, a busca por essa ruptura, ao propor estratégias coletivas de enfrentar os limites que nos são impostos no modo que a sociedade está organizada. Nas entrevistas, enquanto os militantes apresentavam a sua memória no percurso da militância, a questão da ação coletiva do movimento sempre era colocada de forma entusiasmada, como esta fala de Fred:

e começamos a nos organizar (...) em representantes de rua, tinham assembleias e reuniões com os representantes de ruas, fazia formação, discutia as questões com eles. Os moradores que não tinham representantes traziam outros (...) eu lembro que a assembleia que fizemos na colocação de energia elétrica, nós fizemos no meio da rua com caminhão de som, e tinha mais de 1200 pessoas na rua. E na assembleia, na hora de pedir pra votar ficou muito lindo.

É válido ressaltar que essa questão da coletividade está presente na própria concepção de militância de Fred, quando relembra a sua juventude e a organização do time de futebol, bem como na fala de Carlos, que diz que “de certa forma, somos todos militantes nessa vida”, mas que o militante é aquele que faz isso de forma coletiva e organizada.

Essa questão foi explorada por Marco Fernandes, militante do Movimento Sem Terra, em um artigo recentemente publicado denominado “Luta que cura”. Fernandes, neste artigo que considera uma “prosa entre militantes”, aponta o espaço da ocupação como um espaço terapêutico, que possibilita um espaço de potência para a saúde, mesmo que sem uma intenção clara e planejada.

Nesse trecho, Fernandes explica brevemente como se dá o processo de ocupação:

“Um processo de luta massivo e bem organizado tem tudo para gerar uma forte *mística* e possibilitar experiências de ruptura e de desnaturalização das relações sociais determinadas pelo capital. As ocupações de terrenos vazios nas periferias das metrópoles brasileiras chegam a reunir milhares de famílias sem teto e, num período de refluxo das lutas sociais como o que vivemos, é provavelmente um dos mais eficientes instrumentos de mobilização na cidade. Ocupa-se um terreno durante a madrugada com 200 a 300 pessoas e em uma ou duas semanas essa cifra pode chegar facilmente a mil, 2 mil pessoas (ou mais) dispostas a lutar pela conquista de uma moradia digna.” (FERNANDES, 2010).

Em seguida, sobre a experiência de romper com a lógica individualizante:

“No meio desta brecha, abre-se para o movimento a chance de questionar, na vivência cotidiana, os valores desta sociedade. De mostrar que estes não são “naturais” e que é possível tentar construir relações de forma distinta às que estamos acostumados. Uma ocupação de terra é sempre um território onde experiências de coletividade são vividas na prática como a única maneira de resistir ao poço sem fundo do individualismo contemporâneo, sobretudo para o povo pobre da periferia. Difícil viver meses num acampamento como estes e não se sentir, de alguma forma, modificado pelo que viu, ouviu e sentiu.” (FERNANDES, 2010).

Acrescenta, por fim, aonde consegue enxergar uma saúde presente:

“Muitas das centenas, ou milhares, de pessoas que se juntaram à ocupação por uma necessidade básica, a casa, parecem ter encontrado algo além: um tipo de *acolhimento e de suporte coletivos* forjado nas experiências de lutas massivas e combativas, nas festas memoráveis e nas inúmeras atividades culturais. Forjado também nas incontáveis “assembleias dos grupos” e nas reuniões de grupos pequenos, ao redor da fogueira, acompanhados de um velho violão, as bebidas e as histórias compartilhadas, quando a escuridão da noite cobria o acampamento. Um conjunto que lhes permitiu restabelecer vínculos perdidos, resgatar sua auto-estima e reconstruir um projeto de futuro. Sem projeto de futuro, nós simplesmente adoecemos.” (FERNANDES, 2010)

Este artigo foi o que mais se aproximou até então do tema deste trabalho de conclusão de curso. Relacionando com os trechos das entrevistas

apresentados, podemos ver que é possível que desse espaço coletivo presente nos movimentos, pode-se permitir produzir um cuidado em saúde que é interessante.

Na fala de Fred, fica explícito também saídas coletivas para enfrentar esses desgastes presentes no envolvimento com a luta, como podemos observar no trecho abaixo, referente ao momento de consolidação do Espaço Cultural:

Então é coisas assim que estressava, mesmo, mas que era um processo gostoso. Todo dia você tinha novidade. A gente tinha uma coisa com a gente até pra não deixar todos muito estressado, que uma vez por mês a gente fazia uma confraternização.

Atualmente, na maioria das vezes, a produção de saúde acontece de forma quase que “improvisada” no movimento, de forma casual, e é uma possibilidade interessante buscar aprofundar como os movimentos podem se apropriar disso de forma mais sistemática e planejada.

No campo da Psicologia Social e Comunitária podemos observar algumas armadilhas, dentro desse debate. Embora atualmente essa discussão esteja presente, reconhecendo a importância dos espaços coletivos como espaços de produção de saúde, novamente recai de forma individualizante, não permitindo avançar para uma ruptura na raiz do problema.

Dessa forma, a finalidade de um sujeito se apropriar de espaços coletivos, seja uma ONG, uma associação comunitária ou um sindicato é o seu fortalecimento enquanto indivíduo ou grupo restrito, e não enquanto classe social explorada que necessita emancipar-se coletivamente enquanto classe. Mesmo quando se traz a discussão de fortalecimento de um grupo, de uma comunidade, esta é feita para transformações locais e pontuais, que acabam

se aliando muito mais aos interesses do capital. Isso porque

(...) fundada em valores neoliberais/neoconservadores, empoderamento significa o fortalecimento da esfera privada, deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas. Combate-se, desse modo, políticas e programas estatais de assistência e bem-estar social. Sob o argumento de fortalecer as comunidades, o empoderamento assoma como justificativa para redução da despesa pública, dos impostos e da regulação estatal sobre as relações econômicas” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 492)

Dessa forma, a saúde presente nesse sentimento de pertencimento pode recair na forma conservadora da ordem, no sentido de apontar para a lógica liberal de fortalecimento do indivíduo, e é preciso cuidado para não cair nessa armadilha.

O cuidado para não reproduzir a lógica do indivíduo liberal não deve ser motivo para nos privar a atentar a essas experiências de pertencimento e força de um coletivo. Pelo contrário, torna-se mais necessário explorar tais experiências de forma a serem usadas a favor do fortalecimento da perspectiva militante. Observemos a seguinte fala de Carlos:

teve um outro ato que foi durante a greve da UFRJ, que foi lá na Praia Vermelha, que a gente combinou de ir até em frente ao Rio-Sul e voltar, no shopping. E cheguei lá no meio do caminho, ‘ah, não é pra entrar no Rio-Sul, e tá lá no Rio-Sul, aí quando fui chegando fui pra frente do ato. Os seguranças começaram a fechar a porta, assim, de uma forma, e aquilo foi me revoltando e eu comecei a ir pra cima dos seguranças pra entrar, de qualquer jeito. E nisso as pessoas atrás começaram a ir também, seguir.

Uma passagem do livro “Memórias de um Revolucionário”, de Victor Serge, dialoga com as falas dos militantes entrevistados, apresentando a força desse sentimento de pertencimento e a potência revolucionária que isso tem:

“Na mesma noite, cerca de uma centena de jovens, abrimos uma bandeira vermelha na zona dos edifícios governamentais, contentes de nos bater com a polícia. Sentíamos-nos próximos de todas as vítimas, de todos os revoltados do mundo, lutaríamos com alegria pelos

supliciados das prisões de Montjuich e Alcalá Del Valle, cujo sofrimento lembrávamos a cada dia. Sentíamos crescer em nós uma magnífica e terrível sensibilidade coletiva” (SERGE, 1987, p. 29-39).

Essa falas apontam para um fortalecimento que está relacionado ao militante individualmente, que se satisfaz e se sente seguro e potente, mas mais que isso, a um sentimento de potência consequência de uma experiência coletiva e trazendo um retorno positivo para o coletivo em questão e, mais que isso, a um sentimento de coletivo com tantos outros violentados dessa sociedade.

Assim, momentos como esse podem servir para um avanço da consciência de que são pertencentes a uma mesma classe que precisa enfrentar de forma conjunta aquilo que está dado. Nesse sentido, a saúde se faz presente na própria capacidade de, ao somar-se a outras pessoas, ser capaz de enfrentar aquilo que combatem.

Prosseguindo com as possíveis análises presentes nessa dicotomia, é importante colocar que os movimentos não estão isentos de conflitos relacionados a essa discussão indivíduo e sociedade. Na fala de Fred, é possível observar um esforço em tornar a ação coletiva, em tempos de desmobilização. Nesse exemplo, conta de um terreno que ganharam, e do modo como um grupo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP foi como voluntário contribuir com um projeto.

O projeto foi um mutirão para fazer um galpão. Era a construção de um galpão com dois vestiários. Demorou muito para ser feito, foi nove meses para fazer isso. Mas só acontecia se tivesse mutirão, se tinha o povo envolvido. Se ele não se envolvesse, não tinha. Então era uma campanha frequente de ver gente pra ir no mutirão, os próprios alunos de lá. E algumas pessoas trabalhavam contra, que achava que a gente tinha que pedir dinheiro pra banco, pra fazer, pra contratar pessoas pra fazer e a gente tinha uma visão diferenciada. E isso tomava um tempo... eu acho que naquela época eu já comecei a ficar doente.

Essa fala é bem interessante porque podemos analisar, com ela, que faz parte da prática de militância lutar para que as necessidades do ser humano sejam vistas de forma mais coletiva, e não individual como observamos hoje ser valorizado. É comum quando, ao invés de romper com a lógica hegemônica que temos hoje, reproduzimo-la apenas transferindo a responsabilidade para alguém de mais confiança, alguém da própria comunidade.

A questão da “liderança” não é um problema por si só. As pessoas se comprometem e assumem de forma desigual o compromisso com a luta, e por isso é comum que nesses coletivos algumas pessoas acabem se destacando, colocando-se enquanto referência do movimento. Fred, no exemplo acima, aponta o que seria tarefa dessa pessoa, cujo termo utilizado na militância é de “direção” do movimento. Fred coloca como tarefa necessária a luta pela apropriação dos sujeitos nesse processo, sem delegar a uma pessoa, mas de todos sentirem-se parte necessária para que o processo ocorra..

No entanto, isso nem sempre é algo claro, sendo sempre uma armadilha colocada à ideia de *fazer com*, e *fazer por* um coletivo. Em ambos os entrevistados, podemos ver um conflito presente e dificuldades de lidar com isso. O trecho abaixo, também da fala de Fred, é um exemplo disso:

Uma luta que nem essa loucura que nós fizemos no Jardim Pantanal – tem hora que eu olho praquilo e vejo que fizemos uma loucura -, a gente levar uma comunidade de seis mil famílias no peito e na raça, assim por uns cinco, seis anos seguidos, tentando organizar, não é brincadeira não. Hoje a gente analisa, assim... tava conversando com o Ernesto essa semana, ele me ligou se queixando. Eu falei ‘não vá fazer o que eu fiz. Procura ajuda, abre a boca, berra, pede pros companheiros ir junto. Fala que se não tiver gente junto você não vai fazer. Só faz se tiver companheiro junto.’ Porque o que a gente fez...

A urgência para resolver determinado conflito às vezes traz consequências negativas e, uma hipótese possível é de que se coloque como

uma armadilha que faça com que, na sensação de ser necessário resolver isso a qualquer custo — ainda que não exista a conjuntura de um movimento forte e coletivo para isso —, apropriando-se individualmente de uma tarefa que é de um coletivo. Carlos relata uma experiência que pode servir para ilustrar isso:

Então muitas vezes eu me vi envolvido em situações que isso ficou muito à tona, por exemplo, eu era conselheiro do CEG, do Conselho Ensino e Graduação na UFRJ enquanto meu julgamento de ser expulso do alojamento estava em votação. Então aquilo ali me fez assim partir para uma estratégia muito ruim. Porque eu tava... sabe quando as pessoas estão envolvidas com o caso e são afastadas? Então, eu não, eu fiz questão de estar ali, de servir como um Cristo para ser crucificado e sabia que ia me ferrar na minha tática, mas era essa a minha intenção mesmo? Para ver se isso acendia um pouco o movimento, que apontasse a injustiça como é feita a assistência estudantil na Universidade....?

Quando questionado como foi essa experiência, Carlos responde:

ah, foi traumática, foi um trauma, (...) foi uma estratégia 'kamikasi', assim, fui expulso, e aquilo que esperava ter de retorno, que seria a revolta, não aconteceu. As pessoas se indignaram, mas não transformaram indignação em movimento.

Nesse caso, mesmo que se tenha a concepção de que não é possível uma saída individual, e que se faz necessário que esse fortalecimento seja feito coletivamente, como Carlos mesmo aponta na entrevista, na intensidade do momento acaba por reproduzir a lógica individualista, e um sujeito é colocado ou mesmo se voluntaria para substituir um coletivo.

Isso gera uma superexposição que traz consequências para o próprio indivíduo, bem como acaba sendo negativo para o próprio movimento. Dessa forma, justamente por não existir um limite claro entre essas possíveis armadilhas é que se torna importante que o conjunto da esquerda busque estratégias de estar atento às práticas que reproduzem a ideologia dominante ao contrário de rompê-las.

Romper com a lógica individualizante, para além de uma preocupação necessária de se manter como um princípio dentro da militância, pode ser compreendida também como uma questão de produção de saúde, em que individualmente não haverá superação e transformação dos problemas existentes na nossa vida em sociedade. O processo de adoecimento dos militantes entrevistados explicita isso, como veremos a seguir.

No caso de Carlos, podemos observar um movimento interessante: a perseguição sofrida no sindicato, as acusações homofóbicas e a falta de suporte de um coletivo foi fazendo com que, cada vez mais, o caso fosse tratado de uma forma individualizante. Isso não por ele especificamente, ou pelos diretores do sindicato, ou por companheiros próximos, mas toda a situação foi armando um cenário para um caso que não foi compreendido como reprodução de opressão que deveria ser combatido, entendendo o compromisso político de um sindicato, mas como uma questão individual de Carlos com diretores do sindicato.

Embora compreenda que isso não seja algo de ordem individual, Carlos, ao se ver sozinho, sem um respaldo de um coletivo estruturado para responder a isso de forma coletiva, passa por um processo de sofrer individualmente essa opressão, desencadeando um processo de desânimo, frustração e, por fim, levando a ser diagnosticado de depressão. Assim, sentia que passava por um desgaste pessoal, que estava diferente.

Comecei a trazer, a ficar muito impaciente brigando, na época, com meu namorado, impaciente com meus amigos, impaciente brigando com membros que compõe a minha corrente política, dizendo que tava sozinho nesse processo, que tava faltando apoio político...

Para Fred, observamos uma trajetória semelhante, em que o

adoecimento se coloca como um processo.

Eu começo a perceber que eu não fiquei doente agora, né. Eu fui ficando doente muito antes, só que eu não percebia. (...) Em 2007, quando organizaram lá, o pessoal organizou pros moradores me matar, eu passei 16 noites sem dormir, eu e minha esposa.

É quando passa pela situação de ameaça de morte, e as lutas que seguem no movimento de moradia que participa.

Foi assim, o pessoal da prefeitura tinha projeto do parque, não o Parque Linear, um parquezinho, que iam fazer, e não fizeram. Então o pessoal começa a reocupar. O subprefeito falou que se apoiar eles em 2006, nas eleições fazer campanha, eles deixariam construir (...) Criou, foi construído assim num espaço de três meses, 700 casas (...) A gente ia denunciar, até que descobre que... 'a prefeitura tá apoiando a gente, por isso que deixaram fazer!' (...) Em 2006, logo que passa as eleições, no processo eleitoral, o promotor público entra com ação pedindo desapropriação da área, que tinha que desocupar senão subprefeito ia pra cadeia, secretário, tudo aí é tal. Os caras não podiam dizer que ele tava mentindo, contrataram um numero de pessoas pra dizer 'olha, a gente falou pra vocês construir e podia construir mesmo, mas a gente vai ter que derrubar, a gente não quer derrubar, mas o Fred do Instituto Alana tá pedindo pra derrubar. Aí eu falei nas reuniões com um grupo de dez, um grupo de cinco, daqui a pouco tava um ponto que não dava mais para apagar a labareda. Como que eu tô indo pras reuniões defender a legalização do Pantanal e chega o cara da prefeitura falando que eu to pedindo pra derrubar? Você vai acreditar em mim ou nos caras tudo de gravata lá ? Os caras acreditaram, e os caras ainda pagaram bebida naquele dia. Aí eles encheram o cu de cachaça e vieram lá, mas vieram mesmo pra me sapecar. A minha sorte é que eu tava com o mapa do parque impresso há três dias atrás, grandão, e eu ia levar na promotoria para mostrar.

Fred conta, então, que mostrou o mapa com as duas armas apontadas, mostrando a data do projeto de construção do parque, anterior ao processo de ocupação. Quando questionado como provaria isso para as pessoas, Fred convida para uma reunião que iria fazer no movimento para discutir o assunto, em que mostraria o mapa no telão.

Na sexta feira tinha quase 500 pessoas lá. Aí a gente foi mostrar, mas mesmo assim, eu passei mais de 15 dias sem dormir. Sei que a minha ruazinha que passa, o portão é bem na rua, e assim, o meu quarto a parede é bem na rua. Qualquer barulho que eu ouvia na rua assim 'VRUMM' eu pensava 'vieram!' (risos)

Fred começou então a passar por um momento grande de tensão.

Eu dei um soco, no irmão do Ernesto. Eu tava em pé com o telefone, aí ele chegou e tocou no meu ombro. Do jeito que eu tava eu virei. Eu andava assustado, andava assustado que não tinha como.

Assim, novamente aparece sobre a necessidade de estar acompanhado nesse processo.

E uma das coisas que a gente do movimento social faz é deixar o companheiro sozinho fazendo as coisas. (...) Por exemplo, você está lá na Baixada, se o bicho começar a pegar por lá, eu acho que os companheiros tem que tirar uma comissão grande aqui pra ir pra lá pra ficar junto com você, para não deixar você detonar, porque detona. Você fica... você começa a não dar conta das coisas, que é muita coisa, e você vai ficando aborrecido, injuriado, e não tem como no sistema que nós 'tamos' você fazer as coisas para acontecer imediato. Aquilo que você vai fazer... mesmo no Jardim Pantanal, a luz para ser ligada demorou dezesseis anos depois da ocupação.

Carlos, também aponta algo semelhante, referente a seu caso, diz:

As pessoas que acompanhavam isso politicamente, que era o José, também não ajudava, ele acirrava ainda mais a combatividade, mas ele não tava participando ali, não tava sentindo na pele. Então, digamos assim, ele jogava mais lenha na combatividade, mas eu não recebia um apoio político da minha ação ali no sindicato.

No caso de Carlos, podemos ver uma situação um pouco mais complicada, não apenas de apoio insuficiente de seus companheiros, mas de uma sensação de traição mesmo entre os membros do sindicato.

O sentimento também que pesou muito nesse processo foi a decepção mesmo, com aqueles que tavam do nosso lado, que diziam nos apoiar contra aquele processo violento, mas no meio do processo um pouco que realmente que traíram essa concepção de um novo movimento sindical, com a justificava de que nossos líderes não são perfeito, nosso mundo não é perfeito, que não vai ter como mudar isso a curto prazo.

Partimos, então, para uma discussão mais direta sobre o processo de saúde e doença na militância.

4.2.3. Processo Saúde e Doença no contexto da militância

O socialismo dava um sentido à vida: militar. As manifestações eram inebriantes, sob as pesadas bandeiras vermelhas, incômodas de se carregar quando se dormia mal, se almoçou mal.

Victor Serge
Memórias de um revolucionário

A partir da discussão feita até então, é possível partir da hipótese de que a concepção de militância e a forma como se coloca isso em prática, pode apontar para uma saúde potente, ou para um desgaste grande – diante do acúmulo de tarefas.

Mais que isso, podemos observar um caminho em comum, tanto em Carlos quanto em Fred, que diz respeito a essa relação indivíduo e sociedade.

Carlos, com a homofobia e perseguição vivenciada no sindicato e Fred, com as ameaças de morte, o cotidiano intenso de demandas no bairro e o constante assédio na ONG, alegam em um primeiro momento, sentir falta de companheiros a sua volta. Podemos compreender, assim, uma sensação de desamparo que, embora compreendessem não ser algo de ordem individual, mas sim social, a forma como a história foi trilhando levou a um processo de individualização do problema, uma *intimização* de um processo social, levando então ao adoecimento.

Esse processo de adoecimento aparece como um corpo que não aguenta. Repetindo a citação de Fred,

Uma luta que nem essa loucura que nós fizemos no Jardim Pantanal – tem hora que eu olho praquilo e vejo que fizemos uma loucura -, a gente levar uma comunidade de seis mil famílias no peito e na raça, assim por uns cinco, seis anos seguidos, tentando organizar, não é brincadeira não.

A busca por um cuidado de saúde se faz necessária. Podemos pensar que é uma estratégia que é adotada quando este problema já se torna de ordem individual, e não mais de um coletivo. É Carlos que está deprimido, é Fred que está ansioso e estressado. Quanto a isso, Carlos apresenta uma fala emblemática:

Quanto mais você incorporar saúde na sua prática e disseminar isso, melhor. Aumenta o tempo útil da sua militância. Mas isso é claro que não faz sentido pensar no indivíduo, tem que ser uma coisa coletiva, discutida nos espaços... alguns militantes que eu conheço se afastam por depressão, então como a organização encara esse debate? Ah, ela se afastou porque estava deprimido (...) A gente tende a fazer o velho resguardo. Se afastar um pouco, vamos esperar. Esperar por que? Se a gente pode tá ali conversando no dia a dia. A organização tem que estar lidando não com soldados, mas com vidas.

No entanto, cabe problematizar também o que foi colocado anteriormente: aparentemente, anterior à busca de um cuidado que é de ordem individual, houve um contexto individualizante. Então não seria o militante que se afasta de um coletivo, mas quando esse conflito é percebido como doença ele já está afastado, já está colocado no sujeito.

Prosseguindo a tentativa de compreender esse processo, podemos ver que a superação desse problema, por sua vez, é marcado por um período de acompanhamento psicológico que parece servir para dar atenção a esse conflito que foi colocado de forma individual.

Quando Carlos procura a terapia, vê como um momento importante de buscar lidar com isso que passa a sentir. A hipótese que podemos partir aqui é que ao se ver sozinho com essa questão, busca uma forma de solucionar, também sozinho. A terapia foi, nesse sentido, um momento importante para isso.

Esse apoio psicoterapêutico foi bem importante para mim. Só que nesse processo o que ficou muito negativo? A partir desse momento fortaleci meu lado pessoal, mas enfraqueci meu lado político sindical (...) Depois, quando um processo já de fortalecimento pessoal melhor, eu comecei a me dedicar melhor em outras frentes de atuação, como a questão do movimento LGBT.

O retorno às atividades da militância atuando na frente LGBT é curioso, pois vai ao encontro daquilo que Carlos fala logo no começo da entrevista, sobre militar a partir do que está sentindo na pele. De certa forma, após um período resolvendo a questão de forma individual, no processo psicoterapêutico, podemos formular a hipótese de que Carlos vai buscar resolver a questão da forma que acredita, retornando a um movimento coletivo, transformando a indignação daquilo que o fez adoecer em um primeiro momento, em força para lutar.

No caso de Fred, o processo foi um pouco diferente:

Não poder militar foi uma decisão minha, para poder ver se tinha alguma coisa. Se era a militância que estava me fazendo mal, se era a ONG. O que eu percebi é que não militar me fez mais mal.

A questão de Fred está tanto na relação com o trabalho, que buscou se afastar, como na questão de um desgaste excessivo, fazendo com que esse período afastado da militância pudesse lhe servir para compreender como se organiza diante das atividades, e como se comporta diante de algo que é coletivo. No caso de Fred, o tempo urgente de se resolver as coisas, e o tempo concreto da viabilidade de ter isso acontecendo coloca-se como uma armadilha para acabar assumindo medidas de apropriação, de fazer sozinho algo que é para ser feito em grupo.

Mas você que tá fazendo esse estudo sobre saúde e militância... a

gente tem muito companheiro aí na militância que fica doente mas é por não ver acontecer as coisas. E eles querem o imediatismo, as coisas imediatas. Principalmente como nós, que somos lá do Pantanal, que a gente tem que ter resultado, que é uma luta local. Na luta local a coisa é mais danada, porque se você não mostra resultado imediato, você vai ficando desacreditado, você vai ficando frustrado com as coisas e isso vai causando... você vai ficando doente.

E acrescenta:

Quando a gente faz uma militância que nem essa que a gente faz... que a gente sabe que pode ser a curto, mas é mais certo que vai ser a longo prazo... a gente quer que seja agora, a mudança na sociedade a gente quer que seja agora. Mas nós fazemos um trabalho de formiguinha, você lá tentando conscientizar os estudantes, que tem que cidadanizar, que tem que lutar (...), a gente lá do Pantanal tentando fazer os moradores lutarem pelo seu direito, ver que eles tem que ser donos da sua história, que tem que interferir na vida do cotidiano deles, isso é coisa pra longo, pra mais distante. E a gente vai se frustrando... mas também tem as alegrias, quando a gente vê o Ernesto... quando vê como vi hoje lá no Pantanal (...) tão arrumando as ruas.

Assim, podemos ver que a necessidade de compreender o tempo necessário para que as coisas aconteçam e a importância de manter-se atuando de forma coletiva parecem ser centrais nessa discussão. Na própria entrevista, Fred e Carlos apresentam conclusões desse processo que viveram.

No caso de Fred:

Essas coisas assim da militância, eu acho que ela só precisa ser comedida, né. E não fazer militância sozinho. Já diz: "militância", tem que fazer as coisas em grupo... tem as suas coisas, projeto pessoal seu, que você quer fazer, um projeto seu que quer por pra frente. Mas mesmo assim, a ideia é sua, o projeto é seu... mas você vai precisar das pessoas para fazer junto, porque você sozinho vai ser essa canseira, e a demora, e essa frustração e demora.

Complementa:

na medida que você vai ficando sozinho, você vai... você pode ter todo o apoio por e-mail, você tem o apoio nas falas, a pessoa vai lá uma vez fazer uma reunião, mas é diferente de tirar um grupo, falar: nós estamos aqui para te apoiar, você não vai sair sozinho, você vai fazer isso aqui assim... a gente vai tá junto. Junto mesmo de fato. Isso, a

gente da militância ainda falta fazer.

Ainda assim, compreende que houve um apoio, na medida do possível, e que este foi importante.

(...) o incentivo, de você tá junto, acho que é o que mais vai combater as doenças da militância. Porque você não se sentir sozinho, desamparado, isso ajuda. As pessoas podem achar que não, mas ajuda mesmo... é um apoio mesmo, se você tá militando num local que é perigoso e você tem que fazer, também nunca tem que deixar os companheiros lá sozinho. (...) porque senão você vai perdendo companheiros não só pra doença, mas até por morte mesmo. Que nem esses companheiros do Pará (...) ele avisou, pediu ajuda pra justiça, pediu de tudo (...) quando eu li, pensei, 'ainda mais que os companheiros daqui foram mais firmeza'. Eu acho que eu não fiquei, como se diz, em situação pior, na situação da minha doença, porque os companheiros daqui me deram um apoio fenomenal. A minha recuperação eu devo muito a eles...ao apoio que tive aqui. (...) quando fiquei setembro, outubro, novembro sem salário, na pindaíba da gota (...) essas coisas levanta você. Acho que o companheirismo de fato, dentro da militância, isso que ajuda mesmo. Não deixa adoecer. E não parar de militar (risos).

Dessa forma, o que Fred parece ressaltar é a importância de fazer algo de forma mais consciente e organizada, planejada. Quando questiono a Carlos o que ele esperava dos companheiros, Carlos responde:

Bom, o esperado era um acompanhamento desse processo, né. Não era só eu que tava sofrendo isso, um outro companheiro de uma outra corrente também tava, então eu acho que deveria haver uma ação conjunta de acompanhamento do que estava acontecendo ali no sindicato. Então além de uma atuação firme junto às pessoas que tavam praticando esse tipo de violência, até mesmo um acompanhamento periódico para poder subsidiar e até mesmo dar segurança, segurança individual e segurança política, pra gente poder continuar intervindo nesses espaços. E como que esse processo não foi feito, depois do afastamento compulsório nós decidimos não voltar a participar.

Outro aspecto que é importante apontar, embora não tenha elementos suficientes para aprofundar ainda, é o que diz respeito ao fato dos dois terem passado por um período em que seu trabalho estava relacionado com a

militância, no sentido de que eram pagos para militar – Fred pela ONG, Carlos como liberado pelo sindicato.

Além disso, é importante observar que esses militantes trazem, ao longo das entrevistas, situações de humilhação, exploração, assédio moral no trabalho, violência da vida urbana, entre outras situações que não cabem apenas na vida de um militante, mas que estão presentes na vida da maioria da população.

Carlos aborda um pouco isso quando fala sobre sua condição atual, em que trabalha em três locais distintos, mais de 12h por dia.

Uma das formas que eu entendi de tentar me fortalecer foi estabelecer uma rotina na qual eu tivesse menos tempo solto, livre para poder ficar destinando as minhas angústias. Então foi uma medida desesperada. Vamos trabalhar para esquecer os problemas. Trabalhar e estudar. Então com o doutorado e a tripla jornada de trabalho, né, são três empregos, isso compromete bastante. Ainda é um processo muito recente pra mim. (...) então tá sendo uma coisa louca, né. Até uma forma de tentar estabelecer uma saúde, foi perdendo em outra parte saúde também, porque você trabalha desse jeito, você acaba perdendo mais saúde.

Fred também trata um pouco disso:

A saúde ela vem justamente do sistema, porque você tenta que as coisas aconteçam, as coisas não acontecem e a culpa não é sua. A culpa é do sistema que tá aí, com tudo travado, que não tem saúde pública, educação de qualidade – e nem publica mais né - , não tem uma água boa de qualidade, as águas tão deixando as pessoas doente, por causa desse agro. (...) essas coisas todas juntas elas vão causando doença.

A fala de Fred, localiza bem o debate sobre saúde e militância, e porquê não, a saúde como um todo. Atualmente, mesmo quando se reconheça os determinantes sociais, eles são colocados como algo a mais, no sentido de existir *também* determinantes sociais. Para além disso, por mais que se reconheça a origem, pouco se leva em consideração os determinantes sociais

na hora de propor um cuidado em saúde.

Apesar de todas as críticas que se faça à forma como a saúde e a psicologia estão colocadas hoje, hegemonicamente, ambos os casos trouxeram um retorno muito positivo do percurso com o serviço de psicologia clínica – ainda que em linhas diferentes.

Dentro disso, arrisco algumas hipóteses para serem pensadas, que não apareceram de forma explícita nas entrevistas. A leitura que se pode fazer desse retorno positivo com o atendimento psicológico é que esse espaço supre uma demanda apresentada pelos movimentos. O recurso do suporte psicológico vem para dar conta de um espaço que o ambiente da militância não estava proporcionando, que é de situar o sujeito e suas questões advindas da luta cotidiana, dentro e fora do movimento, com os compromissos do movimento.

Assim, esse momento de cuidado, ainda que dentro de uma proposta que vem de um histórico individualizante, cumpre um importante papel de abrir espaço para as particularidades desse sujeito, permitindo que este compreenda o significado e, talvez, traga novos significados de sua identidade (de militante-e-trabalhador-e-parente-e-amigo-e-cidadão-e...), dentro de sua história de vida, que não está dissociada da história do coletivo e movimento que pertence, bem como não está dissociada com a história da luta de classes.

Marco Fernandes (2009) aponta isso em seu artigo:

“É preciso que saibamos conciliar a dinâmica específica das lutas com atividades cotidianas, digamos, mais rotineiras, pois uma hora ou outra, temos de voltar ao ritmo de vida, filhos, trabalho etc. Se não formos capazes de intervir na vida cotidiana da classe, então estaremos fadados ao fracasso. Esse era o maior limite das experiências que acabei de relatar. A verdade é que praticamente nenhum movimento popular urbano tem hoje uma inserção nos bairros periféricos realmente enraizada, a ponto de se transformar na própria

organização cotidiana da comunidade, em suas diversas esferas: o trabalho coletivo, o lazer, a formação, a saúde da comunidade etc.” (s/d)

Carlos também faz uma fala sobre essa demanda:

Então se nos espaços das reuniões as pessoas acharem que colocar seus problemas ‘pessoais’ é uma coisa que foge da política, isso é uma ideia errada. Aquilo ali tá dentro da política também. A sua relação com o camarada, a vida dele... isso é a política, não são duas coisas indissociáveis. Então, acho que se as organizações começarem a pensar nisso dessa forma, venha talvez, trazer mais saúde para a militância.

Essa fala de Carlos explicita, de certa forma, essa demanda que talvez se apresente para o espaço dos movimentos. Assim, pode-se partir para uma hipótese de que a busca pelo suporte psicológico vem como uma oferta interessante diante da debilidade dos movimentos a darem respostas a isso.

É claro que isso não pode ser visto de uma forma mecânica, em que se existir um espaço para isso, militantes deixarão de buscar um antedimento psicológico ou deixarão de adoecer. É importante colocar, também, que a busca pelo atendimento não é necessariamente ruim. O que se coloca em questão é que, na ausência de um projeto de saúde afinado com o projeto político da esquerda, os movimentos delegam o cuidado com a saúde de seus militantes para um cuidado em saúde que, como vimos no capítulo sobre o tema, é um projeto hegemonicamente aliado com a lógica dominante.

Isso torna-se uma aposta, que nem sempre pode vir a responder às questões referentes a esse circuito dos movimentos. Carlos arrisca, na entrevista, explorar um pouco sobre isso:

Se você me perguntasse a um tempo atrás... eu diria que não via saúde na militância. Eu via doença, sacrifício, noites sem dormir, tristeza, sofrimento e problemas... trabalhador trazendo um monte de

problemas, trabalhador perdendo vidas no local de trabalho... só pepino. Militar é lidar com pepinos. Mas a saúde tá no significado disso, e como você pratica essa militância. A saúde eu vejo mais numa... tento tirar aquele idealismo de plenitude da saúde, a busca da saúde plena, de uma vida plena de sentidos... mas hoje eu já estou repensando de como isso tem que estar associado ao dia a dia militante. Porque por exemplo, tem pessoas que acham... quando eu tava ali, sofrendo mais a exploração, a fome, aquilo ali me dava mais forças pra lutar. Então as pessoas tendem a pensar: então, quanto mais ferrada, melhor. Uma ideia errada. Pior a gente já tá, entendeu? Então como isso muda?

Dessa forma, para além de uma possível deficiência do projeto hegemônico de saúde, mas pensando num aspecto mais propositivo de um projeto aliado à militância, diante de toda a discussão feita nessa monografia, formulo a seguinte hipótese: podemos ver que a militância está cercada de contradições que certamente geram conflitos, podendo desencadear grandes sofrimentos nos militantes. Essas contradições são importantes de serem analisadas e discutidas, para além de buscar formas mecânicas de superá-las. Para tanto, é necessário encará-las, apropriar-se dessas contradições e buscar avançar em uma consciência que auxilie no processo de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

João Cabral de Melo Neto

De fato, como aponta Fred, existe um limite do que é possível fazermos enquanto profissionais da saúde, bem como existe um limite do quanto é possível evitar o adoecimento, ao entendermos que a própria forma que a sociedade se organiza se apresenta muito mais como produtora de doença – visto as condições precárias, de miséria e exploração que assolam não só no Brasil, mas no mundo como um todo – do que produtora de saúde.

No entanto, diante do quadro em que vivemos, é fundamental que a classe trabalhadora se arme e seja capaz de formular teorias e práticas do campo da saúde que estejam de fato comprometidos com o seu projeto de sociedade. Os movimentos de esquerda podem avançar muito se começarem a inserir em seus espaços o debate sobre a saúde e a doença.

Embora exista um projeto e existam princípios claros, o que parece é que existe um abismo entre compreender aquilo que a esquerda propõe e conseguir colocar em prática de forma integral e radicalmente, e não superficial e pontual como muitas vezes é feito. O debate de saúde pode ser uma forma de trazer para os movimentos algo que em meio a tantas tarefas, frustrações, erros e ataques, parece ter perdido.

O debate de saúde pode trazer a discussão cotidiana, a possibilidade de tornar o movimento mais vivo e dinâmico e menos burocrático, uma forma de auxiliar, quem sabe, no estabelecimento de uma ponte entre um projeto político e a luta do dia a dia, cotidiano.

No caso do desgaste de Fred, podemos considerar uma hipótese que necessitaria ser mais explorada. As tarefas que trazem desgaste ao militante, que Carlos inclusive diz não compreender às vezes seu sentido, não se tratam de tarefas individuais, mas algo referente aos movimentos e às organizações

políticas. Assim, esses coletivos poderiam atentar-se em tratá-las de forma mais coletivas. Que essas tarefas tornem-se mais explícitas, sistematizadas e compartilhadas de forma coletiva, e que coletivamente se pense quais as prioridades, quais as atividades dispensáveis caso haja necessidade de optar. Sem isso, a decisão de escolher uma ou outra – ou mesmo a opção de assumir todas – ficam a critério de um único indivíduo, um militante que carrega sozinho o que é de responsabilidade coletiva – e que é proposta da militância coletivizar.

Do mesmo modo, sobre as violências cotidianas que nem sempre estão em “pauta”, como no caso da opressão de Carlos vivenciada na luta sindical, deveriam ser abordadas no espaço do movimento. Ainda que o espaço do sindicato esteja voltado para as reivindicações trabalhistas, lutar para que esses espaços se tornem capazes de discutir aspectos cotidianos da forma que a opressão do capitalismo se manifesta é uma forma de inclusive colocar a luta em um patamar superior, avançar no seu processo de ruptura com a lógica dominante.

No que diz respeito à saúde e, dentro disso, à psicologia, trata-se de pensar a importância de aproximar-se do que a esquerda propõe, pela própria discussão elaborada no capítulo sobre o tema (capítulo três): vivemos em uma sociedade que é produtora de doença, que tem como seu motor a exploração e opressão de um homem sobre outro homem. Para a superação disso, Carone (1991) diz:

“Com efeito, se para Marx o homem só se constituirá com o socialismo, que é o homem antes do socialismo? (A pergunta “que é o homem?” é assim num certo sentido – diferente daquele que lhe conferem os humanistas – uma pergunta válida para o marxismo). Será preciso responder: o homem é... o operário, o homem é... o capitalista, ou

ainda pensando em outros momentos da história, o homem é... o cidadão grego ou romano, o homem é... o servo, o homem é... o senhor feudal etc. Como se vê, num certo sentido se pode dizer o que é o homem, antes do fim da 'pré-história', mas toda 'definição' do homem só é possível então se se disser outra coisa do que o homem. Só os predicados do homem – operário, capitalista, cidadão romano etc. são efetivamente. (...) Se o homem não é efetivamente, então porque não é? A resposta está em *O Capital*²⁹: o capital é o sujeito" (p. 1- 2).

Assim, considerando uma sociedade em que o homem não é sujeito de sua própria história, mas objeto dessa estrutura presente no modo de produção capitalista, o desenvolvimento de uma saúde plena – se é possível alcançá-la – só será possível na superação desta lógica opressora.

"Contas resumidas, a condição para que o indivíduo seja é a de que o capital deixe de ser sujeito de seu próprio movimento. O que há, no momento, são fragmentos de individualidades ou individuações meramente parciais, possibilidades humanas negadas por condições de não-liberdade. De qualquer maneira, a temática do indivíduo foi jogada para o futuro." (p. 2)

Partimos para pensar que uma aproximação do campo da saúde e da psicologia com o campo dos movimentos de esquerda estaria atrelada, então, com um comprometimento de fato com a superação desta lógica adoecedora. Ora, se temos clareza de que vivemos em uma sociedade em que o sujeito não é sujeito de fato, mas sim um sujeito-objeto de algo maior, é importante que busquemos formas de superar isso.

Os movimentos de esquerda, ainda que com todas as suas contradições internas, suas disputas, processos de burocratização, é o espaço em que o debate de superação dessa sociedade se faz vivo e presente, pulsante.

A aproximação do campo da saúde e da psicologia seria, dessa forma, importante para desenvolver uma concepção e uma prática de cuidado comprometida com esse outro projeto de sociedade. Nesse processo, cabe

²⁹ Marx (1867)

ressaltar que esta monografia parte da discussão do âmbito da militância, no sentido da necessidade de formularmos uma proposta de cuidado em saúde comprometida para com estes militantes que assumiram em sua vida a tarefa de construção de um outro projeto de sociedade, mais justo, solidário e libertário e, diante disso, enfrentam uma série de dificuldades particulares.

No entanto, para além de formular uma prática orientada para esse grupo, aponta-se também para a necessidade de profissionais do campo da saúde e da psicologia que compreendam a necessidade de transformação social radical, passem a formular um projeto de cuidado que esteja orientado para minimamente colocar em questão, no próprio processo de cuidado, a lógica individualizante.

“...se tomamos como ponto de partida o que psicólogos fizeram ou estão fazendo, não poderemos desbordar uma ideia positivista que nos mostrará uma imagem factual mais ou menos satisfatória, mas que deixará de lado todas aquelas possibilidades que, historicamente, têm sido descartadas. Daí o imperativo de examinar não só o que somos, mas o que poderíamos ter sido, e sobretudo, o que deveríamos ser frente às necessidades de nossos povos, independentemente de contarmos ou não com modelos para isso.” (MARTIN-BARÓ, 1996, p.13)

Ainda que hoje tenhamos muitos psicólogos que questionam a psicologia e pensem em práticas comprometidas em romper com a lógica individualizante, isso ocorre individualmente ou em pequenos grupos. É preciso ter clareza de que isto não se restringe a um projeto a ser desenvolvido para a profissão de psicologia de forma individual – o que seria, no mínimo, contraditório com tudo aquilo que buscamos construir ao longo desta monografia. Nas discussões sobre o que é a psicologia, o que queremos com ela, para quem ela serve e todas essas questões que dizem respeito a uma politização do debate da área, muitas vezes esse tema é trazido para a ordem

individual, como se coubesse ao sujeito, estudante ou recém-formado em psicologia, optar por aquela psicologia da classe trabalhadora ou aquela psicologia voltada para a burguesia. Tudo ocorre como se, feita a escolha “certa”, fica tudo acertado e, assim, todas as psicologias que temos hoje convivem, de certa forma, de forma harmônica, ausente de conflitos, pois pouco se coloca em disputa e confronto um projeto para a psicologia.

“O problema, obviamente, não pode ser visto na intenção subjetiva que podem ter os profissionais da psicologia em um determinado país, nem sequer, me atreveria a dizer, em sua opção política. O problema reside nas próprias virtualidades da psicologia como *quefazer* teórico-prático. Não se trata, portanto, de se perguntar o que pretende cada um fazer com a psicologia, mas antes e fundamentalmente, para onde vai, levado por seu próprio peso, o *quefazer* psicológico; que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade (Martín-Baró, 1996, p. 13).”

Essa discussão da psicologia comprometida deve ser feita não individualmente, mas sim coletivamente. Faz-se necessário incentivar espaços vivos de debate, conflito, tensão sobre o que se quer fazer, afinal, com a psicologia.

Vivemos em uma sociedade cuja “ordem” leva muitas pessoas diariamente à morte. Seja pela miséria e pobreza – ao morrer de desnutrição e fome, pela polícia, pela ilegalidade do aborto, por acidente de trabalho, pela violência doméstica, de frio, por falta de saneamento básico, de intoxicação, por enchente, por desabamento (no caso daqueles que moram em locais de risco) etc. Uma sociedade que faz com que milhares morram na guerra ou na violência social cotidiana (assaltos, assassinatos, estupros etc) e que, todos os dias, milhares e milhares de trabalhadoras e trabalhadores se rendam à morte lenta e cotidiana fruto da exploração do trabalho.

A própria “ordem” leva sujeitos a se isolarem, a entristecerem, a entrar

em pânico, a viverem em um auto nível de ansiedade, a adoecerem por não se sentirem capazes de viver da forma que dizem que é para se viver, de ter sucesso da forma que dizem que é para se ter sucesso, para amar da forma que dizem que é para amar, para sustentar – a si e a seus familiares – da forma que dizem que é para sustentar.

Com receio de parecermos irresponsáveis com a prática de cuidado em saúde, nos resguardamos frequentemente na busca de sermos imparciais, em nome de uma suposta autonomia do sujeito que vem em busca de algum aliado nesse processo de sofrimento que vive. Da mesma forma, em nome da suposta ética profissional, nos colocamos imparciais a essa lógica, respeitando, dessa forma, a “ordem” estabelecida.

É importante que não se caia em uma armadilha de, com isso, defender uma prática profissional panfletária, de forma rasa e superficial, do socialismo. Mas sim assumirmos, de uma vez por todas, que vivemos em uma sociedade em que a luta de classes está colocada e, dentro disso, de que lado estamos.

Esta monografia é uma tentativa de dizer: que fiquemos ao lado da classe trabalhadora. Que fiquemos do lado daqueles explorados e oprimidos. Que nós possamos assumir, por fim, a tarefa militante de construção de uma sociedade em que a liberdade de fato seja permitida. Entendendo que essa liberdade não será possível de ser conquistada individualmente, um a um, de acordo com sua capacidade, mas somente será conquistada quando a classe, em conjunto, se liberte.

É esse o velho recado.³⁰

³⁰“No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos.” - Trecho de “O Manifesto do Partido Comunista” (MARX; ENGELS, 2008, p. 46)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 17, n. 1 março 2003
- ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. In: A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (organizadores). São Paulo: Boitempo editorial. 2007.
- ANTUNES, R. **Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90**. Crítica Marxista, 7, 1998. pp 89-110.
- BOCK, A. M. B. **Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia**. São Paulo: Cortez. 1999
- CAMPOS, R. H. F. **A função social do psicólogo. Escritos sobre a Profissão do Psicólogo no Brasil**. Natal: Editora da UFRN, 2010 p. 205-214
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CARVALHO, Denis Barros de; YAMAMOTO, Oswaldo H. **Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira**. Psicol. Am. Lat., Mexico, n. 0, ago. 2002
- COIMBRA, C. **Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 1995.
- COIMBRA, C., **Gênero, Militância e Tortura**. In J. C. Mourão (Org.), *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. 2009. pp.21-33

COIMBRA, C.; SILVA, E. S. **Abertura dos arquivos: não ao esquecimento.** In J. C. Mourão (Org.), *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. 2009. pp. 35-44

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** Coleção Primeiros Passos. In: www.sabotagem.cjb.net. Digitalização em 2004.

DIAS, H. P., **Saúde como dever e direito de todos.** In: VIII Conferência de Saúde. 1986. Arquivo disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/8_CNS_Saude%20como%20direito%20de%20todos%20e%20dever%20do%20Estado.pdf Acessado pela última vez em 30 de novembro de 2011.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, M. **Luta que Cura,** 2010. In: <http://passapalavra.info/?p=40157#more-40157>. Acessado pela última vez dia 30 de novembro de 2011.

FRANCO, T.; Druck, G.; Seligmann-Silva, E.. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.** In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 35, núm. 122, 2010, pp. 229-24

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro, Mauad X, 2007

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GOULART, D. C. **As ciências sociais em duas tentativas de análise dos Movimentos Sociais no Brasil**. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo. 2009. In. 23, p. 21-31.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS: PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis, SC. Anais..., Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2011

IPEA/PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. — 1996. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 1996

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo : Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos ; 39)

LAURELL, A. C., 1983. **A saúde-doença como processo social**. In: *Textos. Medicina Social: Aspectos Históricos e Teóricos* (E. D. Nunes, org.), pp. 133-158, São Paulo: Global.

LESSA, Sergio. **Trabalho, sociabilidade e individuação**. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 231-246, 2006.

LESSA, S; TONET, I. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo, 2004. In: http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/28344342/name/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acessado em: 30 de novembro de 2011.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Expressão Popular. 1ª edição, 2008.

MARX, K. **O capital**, crítica da economia política. Livro I, Vol I, Livro II, vol. III e Livro III, vol. IV e V. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006

Organização Mundial da Saúde. ***Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde***; CID 10, 10 ed. São Paulo: EDUSP; 1994. v. 1.

MERHY, Emerson Elias. **Perspectivas atuais do SUS e o agir tecnológico do trabalhador como um ato ético- político.** 2003

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano**, 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/>> . Acesso em: 30 de novembro de 2011.

PAIM JS. **Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão crítica.** Rio de Janeiro: Fiocruz; Salvador: EDUFBA; 2008.

REICH. **Psicologia de Massas e do Fascismo.** 3a. Ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

RIZZOTTO, M. L. F. **O Banco mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS.** Tese de Doutorado em Saúde Coletiva – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

SADER,E. et GENTILLI ,P. **PósNeoliberalismo As Políticas Sociais e o Estado Democrático.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SERGE, V. **Memórias de um revolucionário.** São Paulo, Companhia das Letras. São Paulo, 1984.

TROTSKY, L. **Questões de modo de vida. A moral deles e a nossa.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

YAMAMOTO, O. H. (2007). **Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo.** *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.

ZEN, Eduardo Luís. **Movimentos sociais e a questão de classe : um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens.** Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTA PARA MILITANTES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SAÚDE E MILITÂNCIA: Reflexões a partir da escuta de militantes

Para quem não me conhece, meu nome é Isabel Keppler, sou estudante de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo, militante do movimento estudantil. Escrevo aqui solicitando a contribuição de militantes para meu trabalho de conclusão de curso. Em minha convivência com militantes do movimento sindical e outros movimentos sociais venho presenciando inúmeras situações de adoecimento que se relacionam de modos variados com a militância.

Por isso, considere importante realizar uma pesquisa voltada para as relações possíveis entre saúde, sociedade e militância. Para isso, partirei de entrevistas com militantes que passaram ou passam por algum processo de adoecimento (psicológico ou não) que de alguma forma interfira na sua prática de militância. Os militantes entrevistados poderão ser de qualquer movimento social.

A escolha dar-se-á mediante dois critérios: (1) ter passado ou estar passando por alguma experiência de adoecimento que de alguma forma interfira a sua militância e (2) considerar necessária uma ruptura com o sistema capitalista vigente.

Se você conhece alguém com esse perfil no Estado de São Paulo, favor encaminhar essa mensagem. Caso você se perceba nessa situação, tenha interesse de participar da pesquisa e/ou queira maiores informações, favor entrar em contato comigo no e-mail bel.keppler@yahoo.com.br ou nos telefones (13) 91677618 e (11) 64396722.

ANEXO 2: Termo de Consentimento livre e Esclarecido

Título do trabalho: SAÚDE E MILITÂNCIA: Reflexões a partir da escuta de militantes em situação de adoecimento

Objetivo: pensar as relações entre movimentos sociais, saúde e processo de adoecimento, considerando o contexto social. Para isso, entrevistará militantes de movimentos sociais que passaram ou passam por algum processo de adoecimento.

Procedimento: Serão realizadas entrevistas registradas em áudio, com perguntas acerca do tema e ocorrerão em data e local escolhido pelo entrevistado.

Termos Gerais:

→ Mesmo sabendo que não há risco neste estudo, o entrevistado estará livre para não responder alguma questão que me trouxer desconforto e poderá, a qualquer momento, interromper a entrevista.

→ A vantagem em participar deste estudo é de forma indireta, pois contribui para uma melhor compreensão sobre aspectos da militância e também do adoecimento.

→ O entrevistado tem o direito de receber informações atualizadas durante qualquer fase desta pesquisa. No caso de haver dúvidas quanto à sua participação neste estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora Isabel Lopes dos Santos Keppler, pelo e-mail bel.keppler@yahoo.com.br ou telefone (13) 91677618 ou com o Professor Emilio Nolasco de Carvalho, pelo e-mail – encarvalho@unifesp.br, endereço Av. D. Ana Costa, 95 - VI. Mathias - Santos/SP - CEP: 11060-001 ou telefone (13) 3878-3700. Caso haja alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: cepunifesp@unifesp.br

→ A participação do entrevistado é totalmente voluntária, podendo retirar seu consentimento e abandonar a pesquisa a qualquer momento.

→ O acesso às respostas será reservado apenas para fim de análise dos pesquisadores. Em nenhum relatório, artigo ou apresentação dos resultados da pesquisa será usado a identificação do entrevistado. Os dados obtidos serão utilizados somente nesta pesquisa.

→ O entrevistado não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa.

Dessa forma, acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “SAÚDE E MILITÂNCIA: Reflexões a partir da escuta de militantes em situação de adoecimento”. Eu discuti com a pesquisadora Isabel Lopes dos Santos Keppler e/ou com o Professor Emilio Nolasco de Carvalho sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Assinatura do entrevistado

Data ____/____/____

—

Assinatura da testemunha*

Data ____/____/____

* para casos de voluntários menores de 18 anos, analfabetos, semi-analfabetos ou portadores de deficiência auditiva ou visual.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste paciente ou representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura da pesquisadora entrevistadora

Data

 / /

Assinatura do responsável pelo estudo

Data

 / /

ANEXO 3: REPORTAGEM

Na zona leste de SP, um mega despejo à vista

21/12/2009

Fernão Lopes de São Paulo (SP)

Uma nova série de despejos se anuncia no estado de São Paulo: está para ser implantado o Parque das Várzeas do Tietê, também conhecido como parque linear do Tietê. Previsto para ter sua primeira fase inaugurada em 2012, ele se estenderá do bairro da Penha (zona Leste da cidade de São Paulo) até as nascentes do rio, no município de Salesópolis. A obra terá como consequência a desapropriação de mais de 5 mil famílias, mas, até o momento, não há um plano de reassentamento da população afetada.

Sua implantação, segundo o poder público, é parte de uma política compensatória para os danos ambientais causados pelo alargamento das pistas expressas da Marginal Tietê, juntamente com um esforço de embelezamento para a Copa do Mundo de 2014. Além disso, insere-se nas ditas políticas de despoluição do rio Tietê.

Ao todo, estão envolvidas no projeto 13 prefeituras, além do governo estadual. Nas fases posteriores, as obras do parque se estenderão até chegar à região das nascentes. Conforme o trecho do empreendimento, uma faixa que varia entre 50 metros e 200 metros a partir das margens do rio será desapropriada.

Não há estimativa da população afetada nos outros municípios, mas certamente o número de famílias a serem desapropriadas aumentará, já que, até o município de Mogi das Cruzes, o rio Tietê corre numa região densamente ocupada.

Sem compensação

Apesar dos impactos, à população não foi oferecida nenhuma política compensatória considerada razoável. Até o momento, poucas pessoas foram sequer informadas do projeto; talvez nem imaginam que estão correndo um sério risco de perder suas casas. As que sabem, tentam espalhar a notícia, mas estão apreensivas devido ao fato de os governos municipal e estadual não terem formulado até agora nenhum plano de reassentamento que seja adequado à realidade daquela população.

Representantes de movimentos dos bairros locais denunciam que a prefeitura levou em conta o cálculo de uma casa por família, enquanto cada casa abriga, na realidade, três ou até mais famílias, frequentemente em sobrados. Teria sido oferecido o reassentamento de apenas 600 famílias, e num município mais distante (Itaquaquecetuba, mais de 10km depois do bairro paulistano de São Miguel Paulista).

Também fazem parte das “alternativas” o “cheque-despejo” –, parcela única no valor de R\$ 5 mil – e o “Vale aluguel”, uma bolsa de R\$ 300 pelo período de um ano. Nenhuma das propostas chega perto de uma solução do problema.

A população pobre, que já havia sido empurrada para a várzea do rio Tietê pelas difíceis condições de vida, paga com o que é para muitos seu único bem: a casa própria. Em muitas áreas existe um constante risco de inundação. “Se pudéssemos, não moraríamos dentro do rio!”, reclama uma moradora da Vila da Paz, em protesto ocorrido no dia 2 de dezembro, em frente à subprefeitura de São Miguel Paulista. Na ocasião, reuniram-se diversos movimentos de toda a várzea, com moradoras e moradores do Jardim Romano, Vila Aimoré, Jardim Helena, Chácara Três Meninas, Pantanal, entre outras comunidades, todas exigindo a abertura de diálogo com a prefeitura e a cessação das hostilidades e atos de intimidação.

Ameaças à população

As ameaças estão cada vez mais comuns. Recentemente, realizou-se no Jardim Pantanal uma ação conjunta entre Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e agentes da Operação Defesa das Águas, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – com a ajuda de tratores. A ação só não se deu porque houve resistência da população, que se articulou e repeliu pacificamente a tentativa de despejo.

Outro fato relatado pelos moradores é a proibição da comercialização de material de construção na região: vários depósitos já foram multados; há também atuação da prefeitura no horário noturno, realizando confiscos

arbitrários de tijolos, areia e pedras, sem nenhuma notificação e possibilidade de recuperar o material.

A população em si não é contra o projeto. Apoia pela questão ambiental e também devido à oposição à apropriação privada sistemática, que paulatinamente eliminou as áreas de lazer público. Mas percebe que novamente é ela que terá que ceder o lugar. E que não irá usufruir dos benefícios gerados, pois a obra não será para ela. Não por acaso os moradores da região não foram convidados para discutir o projeto e somente são tratados como obstáculos a serem removidos.

Os protestos vão continuar e prometem se intensificar, pois, a cada dia, mais pessoas se inteiram da situação. Vários movimentos de distintos setores e orientações políticas estão se unindo para exigir soluções duradouras, protestar contra o caráter excludente do projeto atual e impedir que aconteça uma verdadeira “catástrofe social”: despejar milhares de famílias, sem reassentá-las, para a construção de um parque para a Copa de 2014.

In: <http://www.brasildefato.com.br/node/1550>